

## O PCP continua PCP

Infelizmente, nenhum comentador explicou que novidade esperava no discurso do PCP



■ José Casanova

Pág. 21

### TRABALHADORES

## CGTP propôs à CIP acordo bilateral

• Comentário de  
José Ernesto Cartaxo

Pág. 10

## TESES

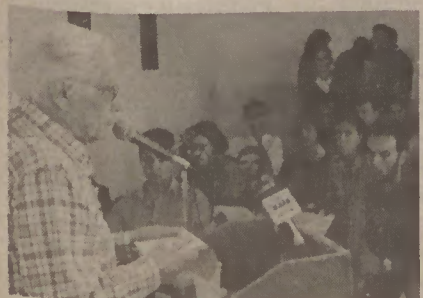
Este número do «Avante!» é acompanhado das Teses ao XV Congresso (Projecto de Resolução Política), em Suplemento que não pode ser vendido separadamente.



## Vontade de mudar Encontro Distrital de Setúbal da JCP

Álvaro Cunhal, presente nos trabalhos do Encontro, sublinhou o papel da juventude como grande força social e apoiou as orientações e reclamações dos jovens comunistas.

Págs. 20 e 21



# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 10 de Outubro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1193 • Director: Carlos Brito

## Carlos Carvalhas no comício de Lisboa

# O debate está lançado



PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

«O PCP está com confiança, força, serenidade e combatividade para continuar a luta e mobilizar todos os militantes para o debate e o exame do Projecto de Teses a submeter ao Congresso», afirmou Carlos Carvalhas no comício de Lisboa. Por seu lado, o «Avante!» abrirá, nas suas páginas, a partir da próxima edição, um espaço reservado aos debates preparatórios.

Págs. 5, 6 e 7

**Eleições Regionais  
no próximo domingo**



# AÇORES & MADEIRA

As eleições para as Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira realizam-se no próximo domingo. O «Avante!» acompanhou, no passado fim-de-semana, alguns aspectos da campanha eleitoral da CDU. Anabela Fino e Margarida Folque entrevistaram cabeças de lista da Coligação Democrática Unitária nas Ilhas.

Págs. 15 a 20

**Editorial Em marcha para o Congresso**



## EDITORIAL

## Em marcha para o Congresso



Carlos Carvalho no comício de 6ª feira, em Lisboa

## RESUMO

2  
Quarta-feira

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública propõe um aumento salarial de 7 por cento no próximo ano ■ A cimeira de Washington entre Yasser Arafat e Benjamin Netanyahu salda-se por um fracasso para os que pretendem salvar a paz no Médio Oriente ■ OS EUA anunciam que vão manter as suas tropas na Bósnia-Herzegovina pelo menos até Março de 1997 ■ Observadores da OSCE denunciam sérias irregularidades nas eleições presidenciais da Arménia ■ A líder da oposição birmanesa, Aung Suu Kyi, escapa ao cerco montado em volta de sua casa pelas tropas governamentais ■ O ex-primeiro-ministro búlgaro Andrei Lukanov é assassinado.

3  
Terça-feira

A CGTP propõe um acordo com a CIP sobre aspectos como o trabalho a tempo parcial, contratos de trabalho a termo, trabalho temporário e recibos verdes ■ Uma rede de tráfico de mulheres portuguesas para Espanha é desmantelada pela Polícia Judiciária ■ A cimeira de Paris entre os presidentes da Bósnia-Herzegovina e da Sérvia termina ■ A situação mantém-se tensa com os 700 trabalhadores moçambicanos ao serviço da Hidroelétrica de Cabora Bassa que se amotinaram na terça-feira ■ Realizam-se as eleições autárquicas no Brasil ■ O Canadá decide destruir dois terços das suas minas antipessoais ■ Boris Ieltsin anuncia uma reforma nas Forças Armadas russas ■ A poetisa polaca Wislawa Szymborska ganha o Prémio Nobel da Literatura.

4  
Sexta-feira

Carlos Carvalho participa no comício do PCP realizado no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa ■ A França critica a iniciativa dos EUA de reunir os líderes palestino e israelita em Washington, reclamando um maior papel para o Egipto nas negociações ■ Face ao perigo de amotinação geral, Ieltsin demite seis generais que se opunham à reforma no exército defendida por Lebed ■ Inicia-se em Estocolmo, na Suécia, a Conferência Internacional contra a Tortura.

5  
Sábado

Comemora-se em Portugal o 86º aniversário da instauração

da República ■ Realiza-se em Dublin a cimeira europeia extraordinária ■ A União Europeia decide enviar Dick Spring à Palestina e a Israel ■ O parlamento da Bósnia é inaugurado ■ Um atentado com explosivos danifica gravemente a Câmara Municipal de Bordéus, cujo presidente é o primeiro-ministro francês, Alain Juppé.

6  
Domingo

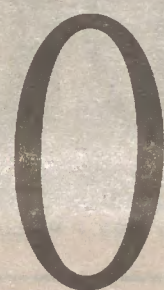
Carlos Carvalho visita o concelho de Loures, acompanhado por autarcas da Câmara Municipal e dirigentes locais do Partido ■ Termina o Congresso do PSD ■ Um acidente mata dois soldados portugueses na Bósnia ■ Palestinos e israelitas reúnem-se em Erez.

7  
Segunda-feira

Pina Moura, secretário de Estado adjunto, revela que a propina única para o Ensino Superior rondará os 60 contos ■ Marçal Grilo anuncia um novo esquema de atribuição de bolsas aos alunos do ensino superior privado ■ As forças policiais e os serviços de vigilância assinam um protocolo para otimizar a informação na luta contra a droga ■ Portugal e a Hungria assinam o seu primeiro acordo bilateral, durante a visita àquele país do ministro da Defesa ■ A UE anuncia que quer «ajudar política e economicamente» o processo de paz no Médio Oriente, apesar dos EUA rejeitarem a sua participação nas negociações ■ Duas bombas ferem mais de vinte pessoas num quartel da Irlanda do Norte ■ Alexander Lebed desloca-se à sede da NATO, em Bruxelas, para debater o alargamento da organização com Javier Solana.

8  
Terça-feira

Os ministros da Educação e da Administração Interna divulgam o programa «Escola Segura», com o objectivo de reforçar a segurança nos estabelecimentos de ensino ■ O ministro do Equipamento assina um protocolo que vai permitir uma operação de realojamento de mais de 1500 famílias de Lisboa ■ Deputados do PCP defendem na esquadra de Moscavide mais e melhor segurança ■ Alexander Lebed visita a sede da UEO, onde é recebido pelo seu secretário-geral, José Cutileiro ■ O Presidente israelita recebe Yasser Arafat, em Casereia, num esforço para salvar o processo de paz.



PCP já está em plena marcha para o XV Congresso. Todas as organizações partidárias preparam as Assembleias Plenárias para debate das Teses e eleição de delegados e promovem outras reuniões dedicadas aos trabalhos preparatórios.

O comício de Lisboa, do passado dia 4, que encheu o Pavilhão Carlos Lopes e onde o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, lançou o debate sobre as Teses do Comité Central, destaca-se nesta arrancada e marca-a, desde logo, com uma grande manifestação de confiança.

Nota destacada merece também o Encontro da Juventude do Distrito de Setúbal, muito participado e combativo, onde Álvaro Cunhal proferiu uma importante intervenção sobre os problemas da juventude e sobre matérias em debate nas Teses do Comité Central.

Na concepção de congresso que o PCP desenvolveu, a presente fase preparatória, em que todos os militantes e organizações são chamados a participar, tem a maior importância para os resultados dos três dias do Congresso, quando os delegados eleitos se reunem como instância máxima do Partido para culminar o debate e votar as decisões.

É por isso mesmo, que o Comité Central faz um veemente apelo, na nota introdutória ao texto das Teses, publicadas como suplemento da presente edição do «Avante!», «a uma intensa, interessada e activa participação de todos os militantes, sustentada numa firme consciência da importância do pensamento, da opinião, da experiência e da reflexão de cada um para o acerto das decisões colectivas».

Paralelamente aos trabalhos preparatórios do Congresso desenvolve-se a campanha de adesões ao PCP, com o maior alcance para a realização de um dos seus principais objectivos, explicitado no próprio lema: «Um Partido mais forte / Novo rumo para Portugal».

A este respeito, devem considerar-se encorajadoras as notícias dadas por José Casanova, no comício do Pavilhão Carlos Lopes, ao informar que no distrito de Lisboa estão quase atingidos os 50 por cento da meta de 1200 novos membros do Partido e que mais de metade dos novos inscritos são jovens com menos de 30 anos.

Faltam, no entanto, menos de três meses para o termo da campanha de adesões pelo que é necessário conferir-lhe uma atenção redobrada, adoptar medidas urgentes para a concretização dos objectivos e interligá-la tanto com os trabalhos preparatórios do Congresso, como com as eleições autárquicas do próximo ano.

A preparação do Congresso constitui, neste período, a tarefa prioritária dos comunistas. Mas é evidente que o PCP não prepara o seu Congresso à margem dos grandes problemas que afectam o nosso povo e nosso país.

O PCP prepara o Congresso intervindo activamente em todas as áreas fundamentais da vida nacional com redobrada atenção à política do Governo e aos maneios da direita, ao Orçamento de Estado e aos novos sacrifícios que com ele se quer impor aos portugueses, aos problemas sociais e à situação dos traba-

lhadores, à situação económica e às novas privatizações que se anunciam, à política de integração e às novas mutilações da soberania nacional que se preparam, às ameaças na revisão da Constituição, na alteração das leis eleitorais, a novos entendimentos PS-PSD para congelar a regionalização.

O PCP dedica os seus melhores esforços à dinamização da resistência e do protesto populares contra a política de direita, incentiva muito especialmente à intensificação da luta dos trabalhadores, apela à vigilância e à oposição em relação a novos atentados ao regime democrático na revisão da Constituição e na alteração da legislação eleitoral, insiste na necessidade de um referendo sobre a moeda única, prepara-se activamente para as autárquicas de 1997.

O discurso de Carlos Carvalho, no Pavilhão Carlos Lopes, que publicamos na íntegra na presente edição do «Avante!», constitui um exemplo feliz da combinação da abordagem de algumas questões centrais que estão em debate na preparação do XV Congresso do PCP, com a resposta pronta aos problemas mais graves e de maior actualidade que ocorrem no país.

Esta abordagem permite chegar com toda a lógica à conclusão de que: «A luta pela construção de uma alternativa democrática exige que se mantenha uma

pronta denúncia e combate pelo PCP, em aspectos essenciais e concretos, da convergência de políticas e orientações estratégicas entre o PS e o PSD e o CDS-PP. Exige igualmente uma firme orientação que não faça depender da postura da Direcção do PS o continuado esforço do PCP de diálogo e debate político visando, quer derrotar a política de direita, quer o desenvolvimento do mais amplo bloco e forças sociais e políticas capazes de sustentarem uma alternativa democrática de política de poder.»

*Na concepção de congresso que o PCP desenvolveu, a presente fase preparatória, em que todos os militantes e organizações são chamados a participar, tem a maior importância para os resultados dos três dias do Congresso, quando os delegados eleitos se reunem como instância máxima do Partido para culminar o debate e votar as decisões.*

Mal as Teses do Comité Central do PCP viram a luz do dia, e até talvez antes disso, correram alguns comentadores habitualmente de serviço, sempre os mesmos, a clamar que não tinham «nada de novo», que não lhes distinguiam «nenhuma novidade», que davam «uma sensação de «dejá vu»».

Mas esta expressão do «dejá vu» não se aplicará melhor ao pequeno coro de comentadores que a usa e que ano após ano, documento após documento, posição após posição, nunca foi capaz de descobrir qualquer novidade no que o PCP diz ou escreve?

Por exemplo, compreende-se bem que os tais comentadores, por força dos seus atavismos partidários-ideológicos, não percebam que há novidade na maneira como as Teses abordam o caminho da alternativa. E, no entanto, esta é muito notória e é uma questão central da luta política.

A novidade reside na própria ideia de caminho, como um processo, como um combate e não como uma qualquer negociação. Não tem apenas que ver com a maneira como é apresentado o papel do reforço do PCP, ou a importância da luta de massas, mas também na maneira como é apresentada a dinamização por parte do PCP de «um amplo movimento de debate, de reflexão e diálogo com correntes e sectores democráticos, com organizações e movimentos sociais, com todos os cidadãos que reconhecem ser indispensável a construção na sociedade portuguesa de uma alternativa à política de direita.»

## Avante!

Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Sotelo Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Sotelo Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.º A, 1100 Lisboa  
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de renema:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Lisboa — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B.L. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL

(Conteúdo e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$000;  
25 números: 3 487\$500

EUROPA

50 números: 24 750\$000

ESPAÑA

50 números: 13 300\$000

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$000

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$000

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## ACTUAL

## Contrato a prazo curto

Por mais que alguns órgãos de comunicação aclamem a vitória de Marcelo, a ideia que o congresso do PSD deixou é a de que, por enquanto, ninguém senão ele quer pegar naquilo.

Os santanistas lá fizeram os números habituais, antes e durante o congresso, mas mesmo os delegados laranja já perceberam que é só fumaça para chamar a comunicação social.

Até parece jogo combinado.

Entretanto, a apregoada «vitória esmagadora» de Marcelo transformou-o, afinal, no carregador da pesada cruz de conduzir o partido a um resultado vitorioso nas autárquicas, em que ninguém acredita.

A sentença ficou ditada, e até explicitada em várias intervenções: a perda das autárquicas acarreta, de certo modo automaticamente, a perda da liderança. Mas mesmo uma hipotética e improvável vitória nessas eleições dificilmente alteraria o carácter de uma liderança que nasceu transitória e que transitória continua na consideração da maioria dos pessedês.

Os votos e os aplausos que Marcelo recebeu no congresso representam, por isso, um verdadeiro contrato a prazo e a prazo curto.

Além da festa mediática que sempre ajuda, não se percebe bem que novos triunfos tenha o congresso proporcionado ao líder para se sair melhor do que se tem saído até agora.

As alterações ao estatuto são uma questão demasiado interna para ter repercussão pública ou sequer no partido, para além da direcção. O silêncio das oposições só vai durar enquanto não surgir um novo «totonegocio» ou outro qualquer negócio. A nomeação dos «porta-vozes», num partido de «barões», vai tornar-se com alta probabilidade numa nova fonte de problemas. As instruções para as autárquicas constituem mais um caderno de encargos do que colaborações asseguradas.

A verdade é que nem Marcelo nos seus demorados discursos, nem qualquer dos seus colaboradores ou opositores foram capazes de formular quaisquer ideias programáticas que se distingam da política que Guterres está a realizar, muito semelhante, por sua vez, nas linhas essenciais, à que Cavaco praticou.

O actual líder do PSD ainda interrogou: «Como é que chegamos à moeda única, com que custos, com que perspectivas de futuro?» Mas quando um jornalista lhe pediu para concretizar embatucou e tergiversou, demonstrando que não é dali que se pode esperar verdadeira oposição ou qualquer alternativa.

O que parece que se deve esperar é uma maior colaboração PS-PSD na imposição dos objectivos, das soluções e da política de «bloco central», hoje liderada pelo PS.

Marcelo congratulou-se, ao encerrar o Congresso: «O Governo começa a perceber finalmente que o PSD é um garante das questões de regime.»

Por seu lado, o representante do Governo, António Costa, regozijou-se: «Este congresso correu muito bem. Os contributos da oposição são essenciais à estabilidade política.»

Por tudo isto, atenção ao Orçamento ao gosto de Maastricht, à revisão da Constituição, à alteração das leis eleitorais, ao congelamento da regionalização, à negação de qualquer referendo sobre a moeda da única!

■ Carlos Brito

## PS 94 - PS 96

O projecto de *Lei-quadro de desenvolvimento e expansão da educação pré-escolar* elaborado pelo Ministério da Educação constitui, sem dúvida, uma das peças legislativas mais retrógradas que surgiram na área educativa desde o 25 de Abril. Pela orientação privatizadora que emerge, como linha fundamental, em relação à expansão desse decisivo patamar inicial da educação básica. Mas também pelo que representa, numa perspectiva mais geral, de avanço de uma política neoliberal, conducente à mercantilização educativa e à redução, subalternização e enfraquecimento da educação pública no nosso país.

Estabelecendo a Constituição da República que «incumbe ao Estado criar um sistema público de educação pré-escolar» (artigo 74º) e «criar uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população» (artigo 75º), como se pode compreender, por exemplo. Que no projecto do Governo PS de *Lei-quadro do pré-escolar* o conceito básico seja o de uma «rede nacional», integrante quer da «rede pública» quer da «privada», tratadas ambas num plano de igualdade? E que o Ministério da Educação pretenda consagrar que a educação pré-escolar privada passe a ser em grande parte financiada pelo Estado - quanto à construção, aquisição, ampliação, remodelação, equipamento e apetrechamento das instalações, e quanto às próprias despesas de financiamento das unidades de educação pré-escolar?

Como se compreende, também, que enquanto na Constituição da República se fixa a incumbência do Estado «estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino», o projecto do Governo do PS da *Lei-quadro do pré-escolar* tenta consagrar o princípio oposto de que «aos pais e encarregados de educação, no exercício da sua responsabilidade educativa (sic), compete participar nos encargos com a frequência da educação pré-escolar dos seus filhos?»

A primeira e evidente conclusão é que o ministro da Educação não só não gosta da Constituição da República e dos princípios fundamentais de política educativa que ela consagra, como pretende subvertê-los por via legislativa. E que à educação pública, como sua primeira e fundamental responsabilidade, prefere de facto o papel de ministro da Educação privada.

Quanto aos eleitores do PS, esses têm um outro problema e outras ilações a retirar.

Pois este não é o Governo do partido que propôs, no processo de revisão constitucional de 1994, que o Texto Fundamental não só mantivesse a *incumbência do estado criar um sistema público de educação pré-escolar*, como expressamente consagrasse que ela deveria ser *universal e gratuita*?

■ Edgar Correia

## Desconversando

Exercendo o inalienável direito a desconversar, levantamos hoje a voz contra um extermínio cívico que está sendo praticado por mentores da chamada «democracia (só) de opinião», essa luminosa conquista que nos há-de enclausurar a todos em casa, a ver televisão, a fazer chamadas de valor acrescentado e a papar sondagens, assim nos libertando das arcaicas grilhetas de pensar pela própria cabeça, erguer a própria voz e, solidariamente, participar e lutar. Estamos a falar do que injustamente está sendo feito aquelas centenas ou milhares de portugueses que, sendo inquiridos em sondagens, cometem o sacrilégio de dizer que «não sabem» ou que «não respondem».

A verdade é que estes portugueses são tão dignos componentes da «amostra» das sondagens como os que têm firmes opiniões. Sem eles, as própria

«amostras» não teriam dimensão credível. E, se as sondagens tivessem de facto em vista retratar as correntes de opinião existentes num dado momento, então não poderiam desvalorizar ou sonegar a relevância para os seus resultados dos que não têm mesmo opinião ou, simplesmente, não querem responder.

No entanto, em muitos casos, o que está a acontecer é que os que «não sabem» ou «não respondem» ou são proporcionalmente distribuídos pelas opções concretas que outros formularam (ou seja, não quiseram escolher) ou são dados como inexistentes e sobretudo não entram nem nos resultados globais nem nos títulos e gráficos que os projectam nos «média».

É que na «democracia (só) de opinião» os sem opinião são obviamente uns desmancha-praze-

res e entrar em linha de conta com eles seria estragar imensos títulos «jeitosos» e prejudicar «boas» ideias que se quer «vender».

Por exemplo, numa recente sondagem sobre intenções de voto, se os 27% que não responderam tivessem direito à existência política, os 48,3% atribuídos ao PS baixariam logo para 34,6%, mas esse número já não dava para titular «o país de rosa ao peito» ou para falar de «cenário de clara maioria absoluta do PS». Igualmente numa sondagem sobre modalidades (só Lisboa, só municípios de maioria PS ou PCP, ou em todas as Câmaras) de alianças PSD-PP nas autárquicas (em que foi excluída a possibilidade de responder «em nenhuma»), se os 49,7% que não responderam tivessem sido considerados para os resultados finais, já um jornal não podia ter escrito que a sondagem revelava um «desejo de coligações PSD-PP», porque o que

ela revelava era que metade dos inquiridos se estava marimbando no assunto e que só 27% (e não 54%, como foi divulgado) pensava que tais alianças deviam ocorrer em todas as Câmaras.

Finalmente, acrescente-se ainda que a raiva aos que não respondem é tão grande que o facto de 44% não ter respondido à angustiante questão de saber quanto tempo vai durar Marcelo Rebelo de Sousa como líder do PSD foi arrogantemente qualificado por um jornalista como um «sintoma de algum desinteresse pelo fenómeno político».

Descansemos, porém. No próximo seminário sobre sondagens, os que fazem tudo isto vão voltar a dizer umas coisas sensatas, equilibradas e até autocriticas q.b. Mas, depois, o espectáculo tem de continuar.

■ Vítor Dias

CENAS  
Made in USA

Médio Oriente. A montanha pariu um rato. Clinton entendeu que chamar a Washington Arafat e Netanyahu seria um grande acontecimento na sua campanha eleitoral. Segundo os seus estrategos, Clinton "secava" Dole. Pelo menos durante uns dias não se ouvia falar de Dole. E se se lhe perguntasse algo sobre o conflito ver-se-ia aflito para se demarcar de Clinton. É que sem o apoio dos EUA de Clinton e Dole, Israel não continuaria a ocupar militar e ilegalmente o Sul do Líbano, os montes Goulão da Síria e a faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém leste. Nem a ter encarcerados cerca de cinco mil presos políticos palestinianos.

Clinton chamou Arafat e Netanyahu e deu-lhes "ordens" para se entenderem. É claro que esta notícia, esta espécie de mensagem transmitida "urbi et orbe", apresenta os EUA como um país de paz. Esta habilidade é imediatamente "assimilada" por certos jornalistas como, por exemplo, entre outros, Margarida Santos Lopes, no Público de 3.10.96. Ora Clinton e Netanyahu estão do mesmo lado, e precisam de dar a entender que, estando, não estão. O líder ultradireitista Netanyahu ao ordenar a reabertura do túnel de Jerusalém leste recebeu uma condenação universal, salvo de Bill Clinton.

A Arafat, líder do povo palestiniano, quiçá não lhe restava outra alternativa. O seu peso naquele conclave era o do levantamento popular contra a reabertura do túnel, pela retirada militar de Israel de Hebron, pela libertação dos presos palestinianos, pelo termo dos colonatos e pelo prosseguimento da discussão sobre o futuro estatuto de Jerusalém.

Mas porque Netanyahu com o apoio dos EUA não cedeu, mostrando ao mundo que Israel continua um país fora da lei, os "imparciais" comentários apresentam-no como vitorioso e a Arafat como derrotado. É a história do vestido que antes de ser já o era.

Na Palestina, entretanto, os palestinianos continuam a sofrer a brutal ocupação e repressão israelita. E a lutarem. Até à vitória, que chegará.

Afeganistão. O crime aconteceu. Invocando o Santo nome de Deus em vão os crimes vão sendo cometidos. Contra a liberdade, a democracia, o progresso, a civilização, o Homem. Em nome de uma oligarquia que se esconde atrás de um biombo religioso, mas cujas teias se urdem nos EUA, no Paquistão e noutros locais "amigos" do Ocidente. Quem poderá esquecer que o primeiro sinal da horda dos Taliban foi fuzilar e pendurar Najibulah, ex-Presidente do Afeganistão, que se encontrava sobre protecção no edifício da ONU em Cabul? Em nome de que princípios, de que ideais, de que direito internacional, se pode cometer semelhante monstruosidade? São estes, os homens de fé, puros, incorruptos? São estes, os que matam a frio, os que impedem as mulheres de trabalhar, os que querem colocar a ferro e fogo o Afeganistão? Este é o fascismo clerical.

O Público mostrou Najibulah pendurado num poste. E disse que tinha morrido como tinha vivido. Ao fazê-lo deste modo, o Público prestou um enorme serviço à horda de assassinos que por estes dias perseguem fanáticos os mais elementares sinais de liberdade, de cultura e de civilização no Afeganistão. Os "Taliban" é natural que lhe agradeçam. Que ninguém tenha ilusões. A quem mandou executar Najibulah, a quem manda matar à pedrada os que bebem álcool, a quem manda matar as mulheres que dão a cara, a quem persegue a liberdade, a cultura e a vida, há que combatê-los e derrotá-los o mais brevemente possível. Para que o mar de crimes estanque e o povo afeganistão respire.

■ Domingos Lopes



## SEMANA

Ataques  
a Lebed

Aproveitando a ausência do general Alexander Lebed, chefe do Conselho de Segurança da Rússia, numa visita à sede da NATO em Bruxelas, o programa semanal «Itogi» da cadeia russa de televisão privada NTV apresenta uma série de reportagens atacando directa ou indirectamente Lebed, intercaladas



com declarações do presidente Bóris Ieltsin que, ainda recentemente, se referiu ao general como alguém que «briga com toda a gente ao mesmo tempo que coopera com toda a gente». Mas não se ficaram por aqui, os ataques a Lebed na Rússia durante esta semana. O ministro do Interior, Anatoly Kulikov, acusou-o de estar «rodeado por criminosos», numa alusão a Sergei Drobuch, o homem que preparou as viagens de Lebed à Chechénia e que teria estado implicado num caso de desvios de fundos bancários, em 1992. Esta acusação embaraçou os círculos próximos de Lebed, que não desmentiram esta acusação e limitaram-se a justificar que nos primeiros contactos com os independentistas chechenos «era imperativo utilizar todas as possibilidades de apressar o final do conflito». Recorde-se que a popularidade de Lebed se deve, em grande medida, à imagem que este cultivou de «honesto» e «incorrupível».

Reitores descontentes  
com incumprimento  
do Governo

Os reitores das universidades públicas reuniram-se durante dois dias em Lisboa para discutir a proposta de Orçamento das Universidades para 1997 apresentada pelo Governo e com a qual estão profundamente em desacordo, conforme já haviam feito saber ao Executivo através de uma carta enviada ao Secretário de estado do Ensino Superior, onde alertavam os responsáveis governamentais para a «necessidade de revisão do

«plafond» orçamental atribuído às universidades para impedir que se verifique uma degradação progressiva da qualidade do ensino». Os reitores avançam duas críticas concretas ao Governo: uma, por este ter aplicado cortes orçamentais às universidades, contra as expectativas criadas, e outra, pela inércia em que caiu a questão do financiamento ao ensino superior, o que inclui a questão das propinas.

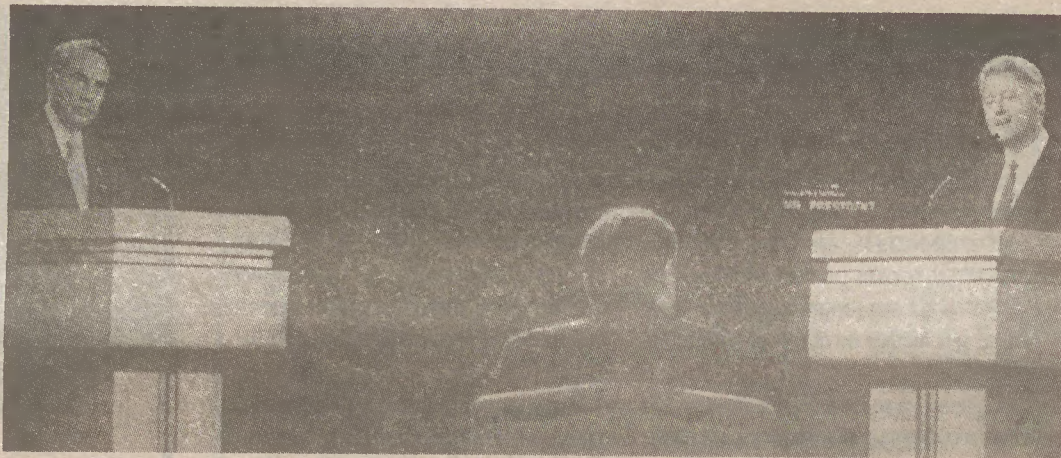
## Regime iraniano critica «talibans»



O ayatollah Ali Khamenei, actual líder do regime fundamentalista islâmico que domina o Irão, afirmou que o movimento dos «estudantes de teologia» do Afeganistão, conhecidos por «talibans», «é não islâmico» e apoiado pelos EUA. Ali Khamenei criticou os «taliban» por terem imposto às populações um conjunto de normas muito estritas

em nome de Alá. «Nem sequer sabemos qual é o seu grau de conhecimento do Islão», afirmou. Para o líder iraniano, «o que se passou no Afeganistão e sobretudo o apoio dos EUA a esse grupo confirmam claramente que a propaganda americana em favor dos direitos humanos e da mulher é totalmente mentirosa». O regime iraniano tinha boas relações

com o governo do presidente Burhanuddin Rabbani, derrubado pelos «taliban». Entretanto o próprio Paquistão, acusado de ter apoiado desde o início este movimento, está a efectuar manobras diplomáticas para conseguir um cessar fogo em Cabul, capital do Afeganistão posta a ferro e fogo pelos «taliban», inquieto com o rumo dos acontecimentos.



## Clinton e Dole

O presidente norte-americano Bill Clinton e Bob Dole, ambos candidatos à presidência dos EUA, o primeiro pelo partido Democrata e o segundo pelo partido Republicano, participam num debate televisivo a

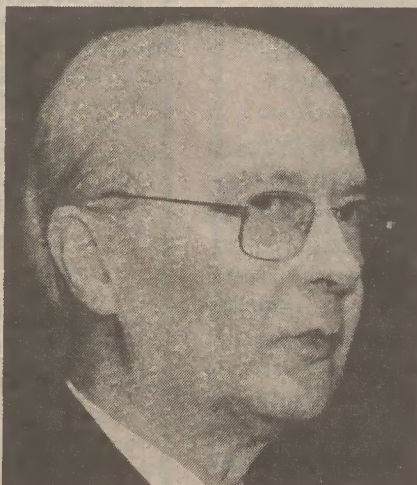
dois que, segundo os comentadores, foi tão morno e desinteressante que, em vários momentos, se tornou difícil de acompanhar. No final, as sondagens e as opiniões dos comentadores coincidiram na ideia de que este primeiro

debate televisivo (vai haver um segundo no próximo dia 16) em nada alterou as posições relativas dos dois candidatos nas intenções de voto dos eleitores, onde Clinton leva uma confortável vantagem entre 15 a 20 pon-

tos. Ross Perot, o terceiro candidato ainda no terreno, não foi admitido no debate, o que mereceu do comentador Mark Russel escrever no *Liberal Opinion Week* citado pelo *Diário de Notícias*: «Ross Perot deveria participar

nos teledebates presidenciais para provar a validade daquela conhecida teoria que diz que três homens a repetir uma coisa que já ouvimos vezes sem conta trazem muito mais variedade do que serem só dois a fazê-lo».

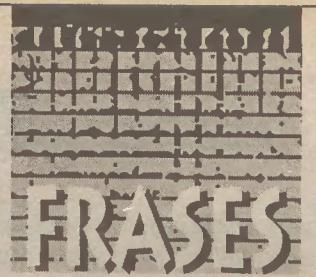
## Meneres Pimentel escreve a Vera Jardim



Em carta enviada ao ministro da Justiça, Vera Jardim, o Provedor de Justiça Meneres Pimentel manifesta «grande satisfação» por saber que deficiências por si apontadas no sistema prisional foram corrigidas, mas afirma-se surpreendido pela «ausência de resposta legalmente exigível» por parte do ministro a várias

recomendações contidas no relatório que lhe enviou sobre a situação prisional no nosso País. Afirmo Meneres Pimentel que «não posso, pois, contentar-me com a simples menção da remessa das recomendações em causa para uma comissão em funcionamento no Ministério da Justiça, sem que o ministro elucide qual a sua

posição, ao menos de princípio, sobre o fundo da questão». O Provedor de Justiça juntou à carata um documento sobre o estado das prisões de Alcoentre, Regional de Coimbra, Monção e Montijo, reiterando as deficiências já apontadas no seu relatório e respondendo aos aspectos rejeitados pelo ministro.



«Um partido não se pode sustentar apenas na capacidade de fazer cabeçalhos dos jornais.»

(Francisco Lucas Pires, sobre o CDS/PP - «Semanário», 05.10.96)

«O PP tem feito de conta que é um partido popular, preocupado com o povo, mas quando se zangam as «comadres» lá se descobre o cheque do Champalimaud, os interesses que o comandam, a correia de transmissão da CIP e as velhacarias e hipocrisias entre dirigentes de um partido que já foi apelidado de partido dos «sobrinhos» e tutelado pelos «tios».»

(Carlos Carvalhas, no comício do Pavilhão Carlos Lopes - «TSF», 05.10.96)

«Há manifestações isoladas e, porventura, empoladas de críticas e de opiniões não favoráveis de alguns militantes do PS, na maior parte dos casos anónimos, em relação à actividade de algum membro do Governo que não é do PS ou o é há pouco tempo. É um problema que não me preocupa, portanto.»

(Joaquim Pina Moura - «Público», 05.10.96)

«O líder fala para o Pedro Santana Lopes, o Pedro Santana Lopes responde falando para o Pacheco Pereira, não sei para quem é que o Pacheco Pereira vai responder, talvez seja para o Rui Gomes da Silva, o partido aplaude e não percebe que tem que ser melhor que isto.»

(Jorge Moreira da Silva, no Congresso do PSD, citado em «Público», 06.10.96)

«Sinto que este congresso tem estado muito tenso, há muita electricidade no ar.»

(Pedro Santana Lopes, idem)

«Que alegria ouvir hoje companheiros aqui reafirmarem a sua solidariedade, mesmo quando discordam.»

(Marcelo Rebelo de Sousa, idem)

«Como Santana ia arruinando o Sporting?»

(título de primeira página, no dia do início do Congresso do PSD - «Público», 04.10.96)

«Para muitos dos nossos cidadãos eram muito bom que tivessem, pelo menos, um tratamento semelhante ao que a Sociedade (Protectora dos Animais) dá aos cães.»

(Padre Edgar da Silva, CDU, numa sessão pública na Madeira, citado em «Público», 03.10.96)

«Vivemos uma situação tendencialmente totalitária, que torna a sociedade fechada, onde a própria hierarquia da Igreja tem desempenhado um papel determinante para a perpetuação do poder político.»

(Padre Edgar da Silva, CDU - «Expresso», 05.10.96)

«A intervenção do bispo do Funchal é tão lamentável como a multiplicação dos padres-políticos, que tanto usam o púlpito como o megafone, conforme a conveniência do momento.»

(Fernando Madrinha, jornalista, sub-director do «Expresso» - «Expresso», 05.10.96)

«O padre não é um ritualista do altar.»

(Padre Mário Tavares, CDU - «Expresso», 05.10.96)

«Não me candidato como padre nem como católico. É o meu direito de cidadão que me leva a esta opção.»

(Padre Edgar da Silva, CDU - «Expresso», 05.10.96)

«Será muito difícil negar o papel da televisão, através do que mostra e oculta, na reconfiguração das ideias, dos afectos, dos medos e dos desejos de muita gente. Se o país está indevidamente assustado, importa que alguns meios de informação revejam os seus métodos e pratiquem melhor a ética da responsabilidade, para dar ao país o prazer de uma maior verdade acerca de si mesmo.»

(Frei Bento Domingues - «Público», 06.10.96)

«A SIC tem a maioria absoluta no país.»

(Emídio Rangel - «TV Mais», 04.10.96)

«Carlos Narciso foi a cara da SIC no mais perigoso momento jornalístico da década de noventa.»

(«Semanário», 05.10.96)

«Os jornalistas (mesmo os prevaricadores intencionais) sabem bem que a intimidade das pessoas é uma fronteira intransponível - e, podem tranquilizar-se todos, os delitos não ficarão impunes.»

(Óscar Mascarenhas - «Diário de Notícias», 02.10.96)



**O** PCP aqui está com confiança, com força, serenidade e combatividade para, num grande acto de afirmação, continuar a luta e mobilizar todos os militantes (...) para o debate e o exame do Projecto de Teses a submeter ao Congresso, disse Carlos Carvalhas (ver discurso nas páginas seguintes) no encerramento do Comício realizado, na passada sexta-feira, em Lisboa.



## Comício em Lisboa

O grande comício no Pavilhão dos Desportos traduziu a crescente influência do Partido no distrito de Lisboa

# Carvalhas lança debate preparatório do Congresso

Estava assim lançado o debate que marcará a actividade do Partido nos próximos meses e que culminará com a realização do Congresso, nos dias 6, 7 e 8 de Dezembro, na cidade do Porto.

Depois da actuação do grupo a «Quadrilha», deu-se início ao comício que foi presidido por Miguel Santinho, dirigente da JCP e membro da DORL. Tomando de seguida a palavra, Manuela Prates, sindicalista e membro da DORL, falou com preocupação sobre a situação social. Segundo referiu, «o número de desempregados inscritos nos centros de desemprego do distrito neste último ano aumentou de 96.565 para 118.753. O distrito regista 26,9 por cento do desemprego global do continente».

A agravar este quadro, disse, «o trabalho precário é uma negra reali-

dade para uma larga percentagem da população activa» que, ao contrário das promessas do PS, tem assistido à redução do seu poder de compra.

Manuela Prates sublinhou que «muitos dos trabalhadores que ansiavam por uma mudança de política sentem-se enganados face à não resolução dos principais problemas do país».

Por isso, «os trabalhadores têm mais do que razões para utilizarem o direito à indignação, ao protesto e à luta», explicou, saudando mais adiante os processos reivindicativos que decorrem em dezenas de empresas do distrito. Neste sentido, elegeu como «tarefa prioritária no presente momento» a organização da luta a partir dos locais de trabalho. Manuela Prates destacou ainda

a jornada de luta da CGTP-IN, marcada para o próximo dia 30 deste mês, e apelou a todos os militantes que participem activamente na preparação do 15º Congresso do PCP.

### À maneira do PCP

A temática do Congresso dominou grande parte da intervenção de José Casanova, membro da Comissão Política do PCP, que se seguiu no uso da palavra. Falando sobre a reunião magna dos comunistas portugueses, Casanova sublinhou que «queremos que seja, e será, à nossa maneira; à maneira do PCP; e por isso diferente de todos os congressos de todos os outros partidos; um congresso mil vezes mais democrático do que o mais democrático congresso de qualquer dos outros partidos».

O dirigente comunista referiu-se ao congresso do PSD, dizendo que é «mais um referendo [ao seu líder] do que outra coisa, um congresso que é desnecessário, visto que seria muito mais simples os delegados transmitirem o seu voto pelo telefone, em chamadas de valor acrescentado, ou pelo correio azul» (...).

«A realização deste comício e o apelo que daqui fazemos aos militantes da ORL para participarem activamente na discussão das Teses, marca a diferença entre nós e os outros. Diferença que tem expressão, igualmente, na política que defendemos para o nosso povo e para o nosso país - no projecto de sociedade por que lutamos, no funcionamento democrático interno que é o nosso; na prática política que assumimos. O XV Congresso será tanto mais positivo quanto maior e mais forte for a participação individual e colectiva de todos nós. Queremos que o Congresso seja o culminar de um amplo e profundo debate, a síntese das opiniões de cada um de nós e de todos nós, pois é assim que nos tornaremos mais fortes e melhor preparados para a luta».

### Oposição consequente

Considerando que o PCP é «a única oposição, de facto», José Casanova teceu duras críticas à política de direita que continua a ser seguida no plano social contra os trabalhadores em contraste com «a política de privilégios para o grande capital». Condenou «o vergonhoso processo de privatizações» e alertou para os «planos do Governo de intensificar a sua política

fiança de que reforçaremos a nossa expressão eleitoral noutros concelhos do distrito - nuns casos reelegendo e elegendo novos camaradas para os diversos órgãos autárquicos - noutros casos, ganhando novas maiorias e levando a outros municípios do distrito de Lisboa, o trabalho, a honestidade e a competência da gestão CDU. E destas possíveis novas maiorias é justo destacar as enormes possibilidades - maiores do que em qualquer

são camaradas com menos de 30 anos, jovens, portanto. Jovens que, somados aos muitos que continuam a inscrever-se na JCP, nos permitem, com propriedade, falar do PCP como o Partido do Futuro; jovens nos quais é importante apostar, confiando na sua capacidade, na sua inteligência, na sua criatividade, na sua firmeza revolucionária, jovens que é necessário chamar a maiores responsabilidades nas diversas áreas da

## Teses no «Avante!»

A partir da próxima edição, o «Avante!» abre nas suas páginas um espaço reservado aos debates preparatórios do 15º Congresso, como forma de contribuir para a dinamização da reflexão e da discussão colectivas de todo o Partido sobre as Teses propostas pelo Comité Central.

Este espaço, com a designação «Teses em Debate», compreenderá tanto iniciativas promovidas pela Redacção - textos temáticos, entrevistas, reportagens, mesas-redondas, entre outras - como colaborações de militantes sobre os temas em discussão.

Quanto a estas colaborações, julga-se conveniente limitá-las, em princípio, a um máximo de 60 linhas, para permitir a participação do maior número possível de militantes.

Pela mesma razão, no caso de textos de maior extensão, entende a Redacção que deve ter a prerrogativa de seleccionar os trechos que julgar mais significativos sobre as matérias em apreço.

Na nota introdutória ao texto das Teses, o Comité Central lança o apelo a «uma intensa, interessada e activa participação de todos os militantes».

Com a iniciativa da abertura deste espaço, o «Avante!» corresponde a este apelo e à resolução do CC, de 29 de Junho, sobre o papel da imprensa partidária nos trabalhos preparatórios do 15º Congresso, e fica a aguardar que os militantes do Partido participem activamente com as suas posições e contribuições.



de direita em 1997», anunciando para o mês de Novembro a realização no distrito de iniciativas de esclarecimento sobre o Orçamento do Estado.

A batalha das eleições autárquicas foi outra nota da sua intervenção, sublinhando por um lado «a necessidade da conjugação dos esforços», e por outro «a confiança num muito bom resultado eleitoral».

Segundo disse, o Partido prepara-se para as autárquicas «com a confiança de que ganharemos, reforçando as nossas posições, as Câmaras de Loures, Amadora, Vila Franca de Xira e Sobral de Monte Agraço; com a confiança de que, no âmbito da Coligação «Com Lisboa», renovaremos a vitória na capital; com a con-

situação anterior - de ganharmos a presidência da Câmara Municipal de Sintra».

### Jovens aderem ao Partido

Para o final do seu discurso, José Casanova tinha reservado a campanha de adesões ao PCP, na qual a ORL tem como objectivo recrutar 1200 militantes: «Neste momento, no distrito de Lisboa, atingimos quase 50% dos nossos objectivos de recrutamento e é com grande satisfação que posso informar-vos que mais de metade dos novos inscritos

actividade do Partido e da JCP. O facto de este comício ser presidido por um jovem, o camarada Miguel Santinho, membro da Comissão Política da DN da JCP e membro da DORL do PCP, é significativo do que acabo de dizer.

É possível trazer ao Partido muitos mais militantes. Basta para isso que façamos do recrutamento uma tarefa de todos os dias; que nos dirijamos a todos os que se identificam com a nossa luta, os nossos ideais, os nossos valores, os nossos objectivos, e lhes demonstremos a necessidade e a importância de tomar partido», disse José Casanova.



Carlos Carvalho no comício em Lisboa

# A solução dos problemas nacionais é inseparável dos interesses dos trabalhadores

Encerrando o comício de Lisboa, perante uma assistência numerosa e entusiasmada, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, proferiu a intervenção que passamos a transcrever.

Aqueles que tomando os desejos pela realidade gostariam que estivessemos divididos, paralisados e desmobilizados, ficam muito perplexos por o PCP, depois de ter realizado o grande comício da Festa do Avante, estar aqui hoje de novo, com energia, num ambiente caloroso e fraterno, determinado e confiante, voltado para fora e para o futuro e mobilizado para a luta e para as tarefas que temos pela frente.

Mas nós dizemos a esses: não fiquem espantados, nem perplexos, por a realidade não se encaixar nos esquemas que construíram.

O PCP aqui está com confiança, com força, serenidade e combatividade para, num grande acto de afirmação continuar a luta e mobilizar todos os militantes e toda a Direcção de Organização Regional de Lisboa, para o debate e o exame do Projecto de Teses a submeter ao Congresso.

Elas constituem uma importante contribuição para a reflexão colectiva quanto às nossas orientações. As Teses são um documento que agora receberão as propostas, as rectificações e as novas ideias que resultarem do debate democrático do colectivo partidário. Por isso, se apela a uma activa participação de todos vós para o debate e para a eleição de delegados ao Congresso. Todos e cada um devem contribuir para o acerto das nossas decisões.

E todas estas iniciativas irão ter lugar conjuntamente com uma forte e dinâmica intervenção dos comunistas nas instituições e fora delas, activamente empenhados em honrar, para hoje e para amanhã esse grande compromisso com os trabalhadores e com o povo português, esse grande compromisso com a causa da liberdade, da democracia, da paz e do socialismo que é o mais significativo e permanente fio condutor da nossa história ao longo de sete décadas e meia.

Ao prepararmos o XV Congresso, nós, homens, mulheres e jovens do século XX à beira do século XXI, sabemos que vale a pena lutar e honramo-nos de ter um passado e um presente construído pela dedicação, pelo esforço pela inteligência, pela coragem e pela generosidade de gerações de comunistas ao serviço do povo e de Portugal.

## A política do «faz de conta» e o novo estilo

A preparação do nosso Congresso decorre também num quadro político marcado pelo crescente desencanto dos muitos, que em Outubro passado quiseram ver a política de direita derrotada.

Ao longo deste ano um dos traços mais salientes do actual quadro político dos partidos situacionistas é sem dúvida a política do «faz de conta».

O PSD teve que fazer de conta que tem grandes divergências com a política económica do Governo e com as questões políticas mais estruturantes quando toda a gente sabe que as diferenças nestas questões são praticamente nulas.

Por sua vez, o PP tem feito de conta que é um Partido popular, preocupado com o povo, mas quando se zangam as «comadres» lá se descobre o cheque do Champalimaud, os interesses que o comandam, a correia de transmissão da CIP e as velhacarias e hipocrisias entre dirigentes de um partido que já foi apelidado de partido de «sobrinhos» financiado e tutelado pelos tios ricos.

Quanto ao PS lá vai fazendo de conta que tudo corre pelo melhor dos mundos, e que agora é que Portugal é um «oásis» rosa...

O aumento do desemprego, a desesperada situação de muitas famílias e de muitos reformados, a crise da agricultura e das pescas, a destruição do aparelho produtivo nacional são coisas menores.

Assim, à falta de medidas concretas e de soluções para os graves problemas, oferecem-se promessas e projectos para o ano «x», para o ano «y» e para o ano 2000.

No presente, e tal como fez o PSD, o PS vai desbaratando o património do Estado, tal como aqueles que vão vendendo as jóias e as pratas da família.

Enquanto houver para vender vai-se vendendo, depois quem vier que feche a porta!

Temos de facto um Partido Socialista em que um ministro diz que bebe uma taça de champanhe por cada privatização que é feita, um outro que vai a Nova Iorque à Internacional Socialista verberar contra o neoliberalismo e o desemprego, acompanhado, não de sindicalistas ou membros de comissões de trabalhadores, mas sim, de banqueiros e dos grandes senhores da finança, e temos até um Presidente de uma Associação do grande patronato que afirma que é com os governos do PS que os empresários ganham mais dinheiro.

É um socialismo brilhante...

Dizem alguns que tudo isto é verdade, mas contrapõem que houve uma grande mudança: a de estilo.

Mas será então que os desempregados e os desempregados de longa duração estão confortados com o novo estilo?

Será que os jovens encontram saídas profissionais e empregos com o «novo estilo do Governo»? Será que o estilo faz crescer as magras reformas e o aumento diário de 50 escudos por dia como sucedeu com os aumentos do ano passado?

Será que foi também em nome do tal «novo estilo» que o PS fez aprovar a lei da polivalência e da flexibilidade? Terá sido também em nome do novo estilo que o PS recusou votar o projecto do PCP que repunha a idade da reforma das mulheres em 62 anos, seguindo uma política que vai colocar as avós a trabalhar mais anos e os netos no desemprego?

Quer dizer, a politiquerice pode ser a mesma, o que interessa é que o «estilo» seja diferente...

E para que a mascarada ganhe credibilidade há que meter todos os partidos no mesmo saco e fazer crer que a oposição se reduz aos partidos fotocópias e como estes estão com problemas internos, fazer crer que o PS não tem oposição. Isto é, procuram difundir a ideia de que um partido quanto mais cúmplice e muleta for, mais oposição é...

Para esses ser oposição não é apresentar projectos de lei alternativos, não é apresentar propostas e soluções diferentes, não é denunciar

patriota de não submissão aos interesses estrangeiros, de não aceitação da liquidação da nossa agricultura, pescas e de importantes ramos da indústria nacional.

Nós, comunistas portugueses, nunca aceitaremos que Portugal se transforme numa espécie de província sem alma de uma União Europeia ao serviço do grande capital financeiro.

Nós não aceitaremos uma política de austeridade e de deflação da economia em nome do fundamentalismo neoliberal de Maastricht.

Por cada ponto que se perde no crescimento, no Produto Interno Bruto, aumenta a pressão sobre o défice orçamental, sobre o emprego e prolonga-se a distância entre o nosso nível de desenvolvimento e o da média europeia.

Não há muitos caminhos para em nome dos sacrossantos critérios de Maastricht se reduzir drasticamente o défice orçamental: ou se aumentam os impostos, ou se reduzem as despesas sociais (saúde, ensino, habitação social) e se congelam os salários dos trabalhadores da Função Pública, ou se faz as duas coisas ao mesmo tempo, que é o que o Governo PS se prepara para fazer, o que é inaceitável e intolerável.

Por isso, continuaremos a lutar por uma construção europeia de países livres, soberanos e iguais em que o princípio da coesão económica e social, o emprego, o bem-estar das populações e a aproximação dos níveis de desenvolvimento sejam os principais objectivos e fios condutores...

Por isso, continuaremos a lutar pela defesa do aparelho produtivo nacional e pela defesa e valorização da nossa produção.

Nesta Cimeira comunitária de Dublin, que se realiza este fim-de-semana, o Governo não pode continuar a encenar vitórias e a privilegiar o marketing político para consumo interno, mas, sim, tomar uma posição de firmeza em defesa dos interesses nacionais.

E isto tanto nas matérias institucionais - voto por maioria, línguas de trabalho, número de comissários, votos dos pequenos países... - como na cegueira dos critérios de Maastricht e na devoção ao Banco Europeu de Frankfurt, como também em relação à

lista dos têxteis. Nas negociações que se vão seguir, a defesa dos interesses dos têxteis portugueses não estão de todo garantidos. A pressão tem que continuar.

Na verdade a Comissão não fechou de forma inequívoca as portas a acordos entre a UE e países terceiros, tal como já aconteceu com a Índia e o Paquistão.

Pela nossa parte, chamámos a atenção do Governo para o que a Comissão estava a preparar, denunciámos a trama e tudo temos feito para potenciar o poder de negociação de Portugal, e para pressionar a Comissão e o Conselho. Estaremos particularmente atentos à reunião do Conselho a realizar em Novembro.

O Governo não pode ficar indiferente à fragilização do nosso aparelho produtivo e ao aumento do desemprego.

É o presente e o futuro do nosso país que está em causa.

Por isso, continuaremos a exigir que o povo português se possa pronunciar através de referendo sobre a revisão do Tratado e sobre a «moeda única».

O Governo, a continuar com as políticas monetaristas e neoliberais vai lançar para a rua mais uns milhares de desempregados e arruinar ainda mais empresas do nosso cada vez mais frágil tecido produtivo.

Mas é também certo e sabido que quando a contestação subir de tom, lá virão o PSD e o PP dizer que o descontentamento é a consequência da política de esquerda. E o PS no puro estilo do «faz de conta» lá gritará: «Socorro, votem em nós, a direita vem aí!» É um velho truque.

Não. Não é a política de direita que virá aí porque esta está instalada no poder. E o desemprego e a liquidação do aparelho produtivo não são a consequência da política de esquerda, mas sim a consequência da continuação da política de concentração de riqueza, da política que no essencial serve os privilegiados da fortuna.

Quem defende e luta pela concretização dos valores da esquerda, quem apresenta ao povo português uma política de esquerda, uma política de defesa e valorização do aparelho produtivo nacional e de valorização de quem trabalha é este grande Partido, o Partido Comunista Português.



injustiças e compadrios, não é levantar e defender grandes causas, não é dar voz a quem não tem voz, não é organizar e ampliar o movimento social de protesto, mas sim criticar o acessório, conservar alguns lugares na mesa do Orçamento e servir de muleta quando se trata do essencial, isto é, quando se trata de canalizar os recursos da nação em favor dos grandes senhores do dinheiro, das clientelas e dos «boys».

Para estes o que contaria e o que gostavam era de uma oposição formal, de uma alternativa, quanto ao estilo e de berraria para o disfarce.

Mas certamente que vós estais de acordo que o PCP continue com a sua postura firme e clara, que desmascare o que deve ser desmascarado, que não faça concessões às politiquerices e hipocrisias e que se oponha firmemente à política de desemprego, de destruição e de venda do país ao estrangeiro.

E certamente que vós estais de acordo também que do que o País precisa não é de uma mudança de forma, de uma mudança de estilo, mas sim, de uma verdadeira mudança de rumo, de uma nova política que sirva o povo e o país.

## A Nação não é um arcaísmo - a Cimeira de Dublin

E esta afirmação, «ao serviço do povo e do País» ganha um particular significado quando assistimos a crescentes perdas da soberania e perdas de poder de decisão na construção de uma União Europeia comandada pelos interesses das transnacionais e por um «Directório» de grandes potências.

Nós continuamos a pensar que quem deve decidir dos destinos de Portugal são os portugueses e as portuguesas e não os franceses, alemães ou ingleses, em Bruxelas ou Estrasburgo.

Para nós, a nação não é um arcaísmo nem o patriotismo uma crapação.

A opção não está entre um nacionalismo xenófobo e a alienação da soberania e da independência nacionais. O caminho está numa posição





# UM PARTIDO MAIS FORTE

## NOVO RUMO PARA PORTUGAL

PCP



### O caminho da alternativa

O lema do nosso Congresso, «Um Partido mais forte, um novo rumo para Portugal», é a expressão condensada de duas grandes ideias essenciais que se encontram espelhadas no Projecto de Teses em debate em todo o Partido.

A necessidade de uma nova política é cada vez mais sentida por largas camadas da população. Milhares de trabalhadores, milhares de famílias, milhares de jovens e de reformados afirmam que isto não pode continuar.

A medida que o tempo passa cresce o desencanto e a frustração dos que há um ano quiseram ver derrotada a política de direita.

Por isso, a grande questão que se coloca é a de como construir uma alternativa política que dê corpo a uma nova política.

No Projecto de Teses é sublinhado que no combate à política que no essencial serve o grande capital e na construção de uma alternativa estão objectivamente interessadas classes e camadas sociais muito amplas da sociedade portuguesa. A construção de uma frente social alargada de resistência e de combate à política de direita e de submissão aos interesses do capital estrangeiro, é indispensável à elevação da consciência social sobre as causas e os responsáveis dessa política e à aquisição da consciência de que há outro caminho, de que existe alternativa à política de direita, com o PCP e com a participação organizada dos trabalhadores e das populações.

Neste processo tem um papel decisivo a acção política geral do Partido e de todas as suas organizações e militantes, numa relação viva, dinâmica e transformadora com a sociedade.

Não existe correspondência na sociedade portuguesa entre os interesses das classes e camadas sociais não monopolistas e a sua opção eleitoral maioritária.

Estes fazem a sua opção eleitoral num quadro de choques e conflitos que, além de visarem esconder convergências em questões essenciais, traduzem diferenças de opinião quanto aos caminhos que melhor asseguram a defesa dos interesses que protagonizam, exprimem a própria oposição de interesses entre diversos sectores do grande capital e são também reflexo no seu comportamento, nos seus avanços e recuos, das lutas e movimentos sociais e da correlação política de forças. O preocupante e crescente apagamento das diferenças estratégicas entre o PS e PSD configura a tentativa de reduzir as opções políticas dos portugueses a um «bloco central» inorgânico, funcionando na base da alternância de figuras e não de políticas, em que tendo sido reservado ao CDS-PP o papel de, através da sua demagogia populista, tentar evitar a canalização para o PCP, do descontentamento popular causado pelos efeitos da política de direita e nomeadamente pelas consequências da actual política de integração europeia.

A luta pela construção de uma alternativa exige que se mantenha uma pronta denúncia e combate pelo PCP, em aspectos essenciais e concretos, da convergência de políticas e orientações estratégicas entre o PS e o PSD e o CDS-PP. Exige igualmente uma firme orientação que não faça depender da postura da Direcção do PS o continuado esforço do PCP de diálogo e debate político visando, quer a derrota da política da direita, quer o desenvolvimento do mais amplo bloco de forças sociais e políticas capazes de sustentarem uma alternativa democrática de política de poder.

O processo de construção de uma alternativa de esquerda exige uma ruptura decidida com a actual política e com a sua dependência dos grandes senhores do dinheiro e de Bruxelas.

Mas tal construção exige o reforço do PCP, exige que o PCP se afirme cada vez mais pela sua prática, pelo sua intervenção e pela irradiação das suas propostas, soluções e projecto, como força aglutinadora da esquerda e de uma alternativa democrática.

Nas Teses são também apontadas diversas linhas que deverão convocar à reflexão cuidada para a ampliação da influência social, política e eleitoral do PCP e para diminuir o fosso entre a nossa influência social e eleitoral.

Entre essas linhas considera-se como necessária uma persistente, ampla e qualificada comunicação do Partido com a sociedade que ajude a superar o fosso e a contradição existentes

entre as escolhas políticas dos cidadãos e os graves problemas sociais que sofrem no seu quotidiano. Que contribua para que as opções políticas dos portugueses, e em primeiro lugar da classe operária e dos trabalhadores, sejam mais conformes com as suas aspirações e interesses de classe.

Uma intervenção dinâmica, viva, firme e serena do Partido, que não se conforme com a transformação da política em espectáculo e em «feira de vaidades», que alerte contra a perigosa substituição na vida política da escolha entre projectos e orientações por figuras, imagens e «estilos». Uma intervenção política que desperte nos cidadãos um movimento de indignação e recusa da sua conversão em meros consumidores de informação efémera e superficial, de cultura e de «subvalores», comandados pela medida perversa das audiências, com que as forças dominantes no poder e que alguns media procuram estimular a resignação e o conformismo dos portugueses face à política de direita ao mesmo tempo que procuram degradar valores, e condicionar a elevação da consciência política activa dos cidadãos.

A ampliação da nossa influência exige também, que continue a manifestar-se uma confiante afirmação, em todos os planos da intervenção do Partido, das suas organizações e militantes, do valor próprio das propostas e do projecto político do PCP, com destaque para o seu projecto de uma democracia avançada.

Nós não podemos contar com os recursos financeiros que têm os outros partidos, favorecidos com as dádivas interesseiras do



grande capital. Mas também nenhum outro Partido tem o que nós temos: a generosidade e humanismo das nossas propostas e dos nossos objectivos, a força das nossas convicções, a militância, as horas de lazer e de repouso oferecidas por homens, mulheres e jovens que lutam por uma sociedade mais justa, mais solidária e mais fraterna, por uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem.

E é a força das convicções e da razão, as raízes que temos nos trabalhadores e no povo, o sabermos que lutamos contra as injustiças, os farisaísmos, a exploração e a miséria mais descalça e é essa dádiva, essa entrega generosa, essa energia que nos impulsiona, isto é, é esse belo conceito e prática que se chama militância, que faz com que sejamos um grande partido nacional, necessário e imprescindível à classe operária, aos trabalhadores e à democracia portuguesa.



Que nos permite estar nas pequenas e grandes lutas por justas reivindicações e nos permite realizar um valioso trabalho, reconhecido mesmo pelos nossos adversários no Poder Local. Que nos permite uma intervenção ímpar nos sindicatos, nas associações recreativas e culturais, nas instituições e em todas as esferas da vida nacional.

Que nos permite realizar a maior e mais bela manifestação política cultural e que mais nenhum partido pode fazer, que é a Festa do «Avante!».

Que nos permite encarar o presente e o futuro com determinação e confiança.

### Um Partido Comunista e português na passagem para o séc. XXI

Não faltam razões para termos confiança no reforço da nossa influência. Não faltam razões para afirmarmos que entraremos no século XXI, não paralisados por uma pretensa eternidade do capitalismo, mas sim prosseguindo com renovado empenho e esperança a luta por um projecto humanista de transformação social, de democracia e do socialismo.

É com confiança e determinação que daqui saudamos o povo de Lisboa, que daqui saudamos os trabalhadores apelando para que

continuem a luta contra a aplicação discricionária da lei da flexibilidade e da polivalência, defendendo e potenciando o direito à negociação e à reposição e valorização dos seus salários.

Não estarão sozinhos, com eles estará o Partido Comunista Português. Com eles estarão milhares de comunistas no movimento sindical, nas comissões de trabalhadores, nos locais de trabalho e nas instituições.

É com confiança e determinação que daqui saudamos a juventude e a JCP, as suas lutas e as suas justas reivindicações e a sua campanha por um Ensino Público gratuito e de qualidade; que saudamos as mulheres, primeiras vítimas do desemprego,

dizendo-lhes que podem contar com o PCP na sua luta pela sua participação em igualdade.

É com confiança e determinação que daqui saudamos todos os movimentos sociais e de uma maneira muito especial a CGTP-IN, a grande central dos trabalhadores portugueses.

É com confiança e determinação que continuaremos a marcar a nossa intervenção pela positiva, pelas propostas e soluções, pela apresentação de medidas concretas, exprimindo através dos actos o carácter profundamente construtivo da nossa atitude e intervenção na sociedade portuguesa.

Somos um partido que critica e constrói, que denuncia e apresenta soluções, um Partido que dá voz às mais justas e sentidas reivindicações e aspirações populares.

É para nós perfeitamente claro, tal como se afirma nas Teses «que a justa solução dos problemas nacionais é inseparável da satisfação dos interesses e aspirações dos trabalhadores. A consciência da sua força e do seu protagonismo são decisivos na vida política e social do País. A participação activa dos trabalhadores e das suas organizações representativas, são fundamentais para a construção da autêntica alternativa democrática».

Camaradas:

Estamos confiantes que o nosso Congresso representará um novo e forte impulso para a intervenção e reforço do nosso Partido, que prosseguirá, com energias renovadas, com a luta pelo desenvolvimento e progresso social, pelo aprofundamento da democracia, pelo socialismo, por Portugal.

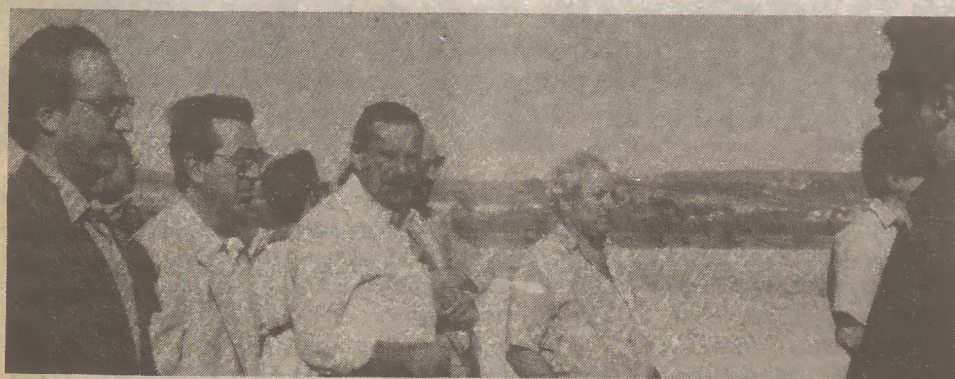
Este é o grande Partido de esquerda aberto à reflexão crítica e ao diálogo, sempre voltado para a conjugação de esforços, vontades e energias em defesa dos interesses nacionais, o Partido que não ajoelha perante a dureza das batalhas, que honra os seus compromissos, o grande Partido da alternativa ao serviço dos trabalhadores, das portuguesas e dos portugueses.

A grande força política inseparável da caminhada e da trajectória do povo e do país, inesquecível criação da classe operária e dos trabalhadores portugueses, o Partido Comunista Português.



# Carvalhas visita obras em Loures

Carlos Carvalhas esteve, no passado domingo, no concelho de Loures para efectuar contactos com as populações e observar algumas das grandes obras que o município tem em curso.



Entre outros locais, foi visitado o aterro de Santa Iria da Azóia que será transformado em parque urbano

Entre os locais visitados, destaca-se a Biblioteca D. Diniz, em Odivelas, que em breve surgirá no espaço da antiga cantina do Convento com o mesmo nome. Esta iniciativa da Câmara

está orçada em 300 mil contos e deverá ser inaugurada em Outubro do próximo ano.

A visita passou depois pelo terreno para onde será transferida a Feira do Silvado, que actualmente se realiza às segundas-feiras nas ruas de Odivelas, com evidente prejuízo para a circulação viária.

Sempre acompanhado por um grande grupo de autarcas e dirigentes locais do Partido, o secretário-geral observou ainda a zona de intervenção do eléctrico rápido, que irá descongestionar a região de Odivelas, Olival Basto, Póvoa de Santo Adrião e Famões.

Seguiu-se a construção da

ETAR de Frielas, considerada a maior estação de tratamento de águas residuais do País, que em conjunto com os restantes sistemas, irá permitir o tratamento de 95 por cento dos esgotos domésticos já a partir de 1998. Assinala-se que a taxa média nacional situa-se hoje em 25 por cento. Esta obra de grande envergadura é da responsabilidade municipal e custará cerca de 8,5 milhões de contos com financiamento comunitário.

Carlos Carvalhas pôde também constatar no local as razões que levam a autarquia a exigir que o Governo assumira sem equívocos a construção da 2ª fase da variante à EN 10, funda-

mental para resolver os actuais engarrafamentos e garantir uma boa acessibilidade à zona oriental do concelho de Loures, ligando a Nova Travessia sobre o Tejo à A1.

Por fim a comitiva esteve no aterro municipal de Santa Iria da Azóia, que se encontra na fase de selagem e será transformado num parque urbano. Trata-se de um projecto pioneiro em Portugal cujo investimento ultrapassa os 300 mil contos e que revela as preocupações ambientais da Câmara de Loures.

A iniciativa culminou com um participado almoço de convívio realizado no refeitório dos trabalhadores da autarquia.

## PS trai sentido de voto dos alentejanos

Os comunistas acusam o PS de «não ter palavra, de não cumprir o que promete e de trair o sentido de voto dos alentejanos». Em conferência de imprensa realizada na passada segunda-feira em Évora, Organismo Inter-Regional do Alentejo (OIRA) do PCP considerou que «o PS não é um partido de confiança» e que tem «um programa que não serve os interesses do Alentejo».

O OIRA acusou ainda o Governo de «meter na gaveta as promessas eleitorais e de continuar surdo às propostas avançadas pelo PCP para arrancar o Alentejo da gravíssima crise em que tem vindo a ser mergulhado por sucessivos Governos».

Ao fazer o balanço do primeiro ano de governação socialista, os comunistas concluem que a situação económica e social do Alentejo «continua a agravar-se» e que o Executivo «opta por prosseguir, no essencial, a política de direita, traindo aqueles que ao votar PS o fizeram para pôr fim à política que o PSD vinha praticando».

O OIRA do PCP referiu que «o desemprego estrutural continua a aumentar no Alentejo», onde a taxa é «a mais elevada do País», e indicou o exemplo do encerramento das Pirites Alentejanas, em Aljustrel, e da fábrica Melka de Évora, além da anunciada intenção de transferir a fábri-

ca de papel Portucel Recicla de Mourão para fora do Alentejo.

Os comunistas sublinham também que «continuam parados, a marcar passo ou a sofrer de atrasos inaceitáveis na sua concretização» vários projectos estruturantes para o Alentejo, entre eles o Plano de Rega, incluindo a Barragem de Alqueva e um conjunto de pequenas barragens.

Reivindicam, por outro lado, um Plano Integrado de Desenvolvimento para o Alentejo, que defina as prioridades, «permita uma gestão transparente e participada dos meios financeiros disponíveis para o investimento na região e que ponha termo à navegação à vista que só serve para favorecer clientelismos e compadrios».

O OIRA do PCP considerou ainda que «não há uma política governamental de incentivos ao investimento na região, persistindo uma opção que aprofunda cada vez mais a litoralização e concentração megalómana em torno dos grandes centros de Lisboa e Porto».

Quanto à regionalização, constata que «continua a ser escandalosamente adiada pela manifesta falta de vontade do PS traduzida nas cedências a chantagem do PSD».

Por outro lado, o PCP defende que a situação do Alentejo

exige um Orçamento de Estado para 1997 que contemple, entre outras, «verbas significativas para o investimento nos projectos considerados estruturantes para a região e susceptíveis de criar emprego durável e sustentável».

«Não basta afirmar abertura ao diálogo. O diálogo é importante e positivo desde que tenha tradução em acções concretas indispensáveis à resolução dos problemas que afligem as populações», conclui o OIRA do PCP.

## Suíça

## Retórica não resolve problemas

O Organismo de Direcção Nacional na Suíça do PCP, reunido no passado domingo, em Neuchâtel, manifesta-se descontente com a política de emigração que o Governo PS tem vindo a desenvolver, afirmando que os problemas da comunidade continuam por resolver.

Em comunicado, a organização do PCP na Suíça refere que entre a governação do PSD e a do PS a única mudança visível é a de

«estilo», já que o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Lello, apenas «recorre à retórica» sem resolver os problemas dos emigrantes que se agravam cada vez mais.

São disso exemplos:

«A escandalosa situação dos trabalhadores temporários que na Suíça descontam para o desemprego, mas quando desempregados e obrigados a regressar a Portugal não têm direito a esse subsídio.

«As dificuldades burocráticas que estão a ser criadas pelas autoridades suíças quando da renovação de autorizações de estadia e do direito ao reagrupamento familiar, sem que uma enérgica oposição das autoridades portuguesas se faça sentir.

«A especulação em torno da existência de prazos para o levantamento do fundo das caixas de pensões (2º pilar), sem que as autoridades portuguesas desenvolvam acções suficientemente esclarecedoras sobre a situação, tornando-se cúmplices de uma situação de grande confusão que leva milhares de portugueses a deixarem a Suíça.

«A falta de apoios jurídico e social junto dos consulados, no momento em que a exclusão social, as discriminações e o desemprego atingem a comunidade como consequência da crise económica e social que a Suíça atravessa».

Por outro lado, a organização do PCP saúda a decisão de abrir em breve escritório consular em Sion, salientando que «decisões semelhantes são necessárias em

outras regiões afastadas dos centros consulares, como por exemplo, os cantões do Ticino, Grisões e Neuchâtel. O PCP considera importante que seja efectuado «um estudo sobre as necessidades consulares de cada região de forma a encontrar soluções que vão ao encontro do interesse dos emigrantes e não de interesses partidários».

Os comunistas manifestam também preocupação pelo facto de o Governo ainda não ter publicado a portaria que define os círculos eleitorais e o respectivo número de membros a eleger no Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) e alertam para o «grande atraso que se está a registar na elaboração dos cadernos eleitorais devido à falta de meios existentes nos postos consulares».

O organismo denuncia ainda a «desestabilização existente nos consulados portugueses na Suíça, em particular no de Zurique, provocada por funcionários destes organismos com responsabilidades dentro do PS».

Por último, o comunicado dá conta do empenhamento da organização na actual fase dos trabalhos preparatórios do XV Congresso do Partido, tendo tomado algumas medidas orgânicas de forma a garantir a participação do maior número possível de militantes. Neste quadro, foi convocada para o dia 24 de Novembro a Assembleia Plenária para eleição de delegados e realiza-se, no dia 20 de Outubro, um debate em Genebra, promovido pela organização local do PCP.



## Porto Taxa do lixo é ilegal

A DORP do PCP considera que a Junta de Metropolitana do Porto (JMP) não tem legitimidade legal para aplicar uma taxa mensal de recolha de resíduos sólidos aos cidadãos que residem nos municípios que integram a LIPOR e na Póvoa do Varzim.

A concretizar-se, a decisão anunciada pela JMP teria efeitos já a partir do próximo ano, mas o PCP acusa a Junta de estar a «usurpar as competências dos órgãos representativos dos Municípios encolvidos», afirmando que estes são «os únicos com competência para fixar taxas e tarifas relativamente a serviços prestados pelos próprios».

Por outro lado, os comunistas sustentam que a medida «é socialmente injusta e representa, na prática, um aumento dos impostos», destinando-se a custear o futuro investimento na LIPOR 2.

Segundo a DORP a fórmula de cálculo proposta pela JMP estabelece um relação directa entre consumos de água e produção de resíduos, o que não permite uma medição exacta do serviço prestado, transformando a taxa num «verdadeiro imposto, para cuja criação nem os órgãos metropolitanos, nem os municipais têm competência».

Os comunistas afirmam que a JMP pretende assim resolver o «previsível e exagerado aumento dos custos de tratamentos dos resíduos sólidos» na futura estação LIPOR 2, cuja tecnologia - a incineração - a DORP não questiona defendendo outras soluções ambientalmente mais correctas e menos onerosas.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Humberto Pinheiro

Faleceu, no passado dia 5 de Setembro, Humberto Pinheiro. Era membro do Partido já antes do 25 de Abril e foi membro da Comissão de Freguesia de S. Julião do Tojal.

#### Henrique Nogueira

Faleceu, no passado dia 11 de Setembro, em Vale Milhaços, no concelho do Seixal, Henrique Nogueira. Militante do Partido desde 1975, contava 62 anos e estava organizado no sector da Emigração.

#### Manuel Cardoso Guerra

Faleceu com 52 anos de idade Manuel Cardoso Guerra. Era membro da Comissão Concelhia da Amadora, da Direcção do Sector Empresas de Loures, da CT da Cometna e dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos da Lisboa.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Pirites de Aljustrel

A DORBE do PCP acusa o Governo andar há um ano a enganar os mineiros e o povo de Aljustrel, afirmando que o encerramento definitivo da Mina sempre esteve nos planos do Executivo.

O facto é que depois de meses de discursos contraditórios, encomendas de mais estudos, projectos alternativos e de sucessivos adiamentos das respostas exigidas, tudo continua na mesma, ou seja a Mina continua ameaçada assim como o futuro de centenas de trabalhadores e de toda uma comunidade que dela depende. Os comunistas exigem que o Governo clarifique de vez a situação e que assumira as suas responsabilidades dizendo verdade ao povo.



## MONTIJO

## Obras de um mandato

No passado domingo, cerca de três dezenas dirigentes comunistas, eleitos autárquicos e activistas da CDU participaram numa visita ao concelho do Montijo. A iniciativa começou de manhã nos Paços do Concelho, onde foi apresentado um conjunto de projectos que serão concretizados a curto e médio prazo, nomeadamente, a reconversão da zona ribeirinha e a escola profissional. Ressalta também o apoio a diversas associações como a CERCIMA, Columbófila, PISOA, entre outras, a construção de vários mercados-tipo, e a criação de uma rede de núcleos museológicos. A visita prosseguiu depois de autocarro sendo efectuadas paragens que permitiram observar obras já concluídas e em curso, bem como contactar as populações. O percurso cobriu todo o concelho, incluindo as freguesias de Canha, Santo Isidro e Pegões, que ficam a 40 quilómetros da sede da autarquia.

## BRAGA

## Delegação do PE no Ave

Uma delegação da Comissão Económica de Relações Externas do Parlamento Europeu esteve na passada semana no Vale do Ave, onde entre outras iniciativas, participou numa reunião sobre o impacto dos acordos do GATT - Uruguay Round, na Indústria Têxtil e vestuário. Aproveitando o convite que lhe foi feito, José Antunes, coordenador da DORBraga do PCP, interveio naquele encontro chamando a atenção para as graves ameaças que pesam sobre o sector, responsável em Portugal por um terço do emprego na indústria e do qual a região do Ave depende quase totalmente.

José Antunes manifestou preocupação com a política seguida pela Comissão Europeia, e recordou que o PCP sempre esteve contra os acordos da Comunidade Europeia para a integração dos Têxteis e do Vestuário na Organização Mundial do Comércio. Neste sentido, sublinhou que o Governo português deverá evocar «o interesse vital» para bloquear as recentes propostas da Comissão que visam aumentar a liberalização do cabaz de produtos na 2ª fase de integração.

## CASTELO BRANCO

## Empresas encerram

Fazendo o balanço de um ano de governação socialista, a Direcção Regional de Castelo Branco considera que foram frustradas as expectativas criadas, o que está a criar crescente indignação. No distrito continuam a encerrar empresas, principalmente têxteis da Covilhã e Cebolais de Cima, assim como cresceu o número de trabalhadores com salários em atraso. Noutras áreas, o panorama não é melhor, nomeadamente na educação, onde permanecem os mesmos problemas de sempre (sobrelotação, falta de espaços desportivos, equipamentos e pessoal); na saúde, com o protelamento da construção do Hospital da Beira e a contínua degradação dos serviços; nas acessibilidades, onde não se avançou com nenhum novo projecto. Por tudo isto, afirma a DORCB, «para a maioria dos portugueses a vida continua difícil e madrastra como há um ano».

## SESIMBRA

## Pescadores com contrato

A Comissão Concelhia de Sesimbra congratula-se com a aprovação na Assembleia da República de dois diplomas, um do PS outro do PCP, que estabelecem o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca, salientando que os comunistas há muito vinham lutando por este objectivo. Recordando que a legislação em vigor datava de 1964, a concelhia destaca a importância do novo regime como instrumento fundamental para a defesa dos direitos dos pescadores. Na sua reunião, a estrutura comunista analisou ainda o trabalho autárquico, em particular o conjunto de obras que estão em execução nas áreas da habitação, vias rodoviárias e tratamento de águas residuais.

## Ensino

## Municípios exigem empenhamento do Estado

A política de desresponsabilização do Estado, em áreas sociais, nomeadamente equipamentos escolares e ensino, é contestada pelas autarquias, que suportam parte dos custos de tal política.

"Os recursos que o Estado parece ter disponíveis para financiar o sector privado de educação devem ser utilizados numa efectiva e coerente expansão da Rede Pública" - esta uma conclusão avançada pelo vereador Rui Godinho, da Câmara de Lisboa, em comentário ao Projecto de Decreto-Lei regulamentador da Lei-Quadro do Desenvolvimento e Expansão da Educação Pré-Escolar.

No mesmo comentário, dirigido à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), sublinha-se que "ao retirar-se o Estado/ME de uma intervenção directa na expansão da rede pública, verificar-se-á uma diminuição da sua oferta e um aumento da influência social pelo sector privado, *facilitador de clivagens sociais geradoras de exclusão das camadas economicamente mais débeis*". Ao arrepio do princípio constitucional de um ensino tendencialmente gratuito.

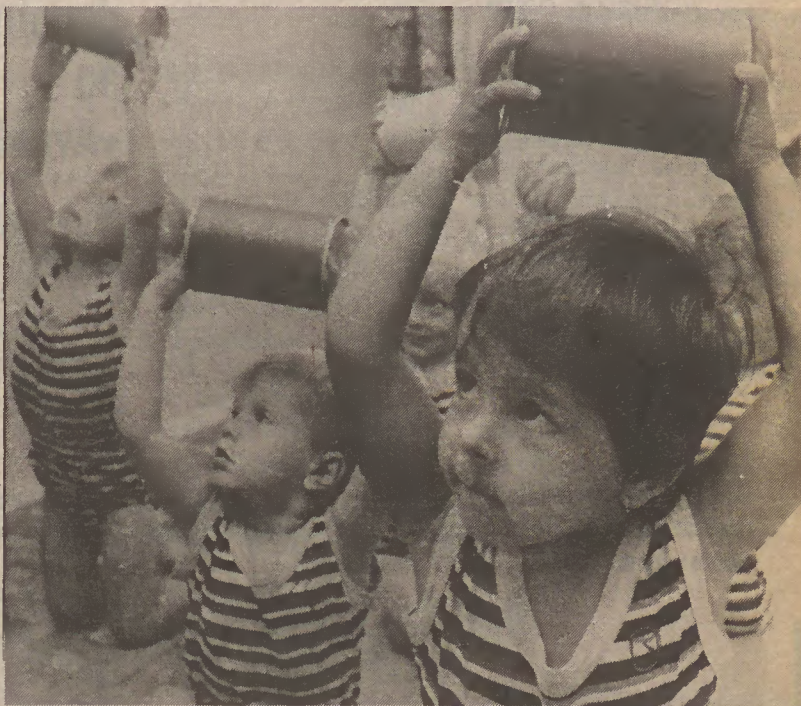
Assim, o Município de Lisboa considera importante que seja reclamado junto do Governo - políticas dirigidas à concretização de uma rede pública universal e gratuita de Educação Pré-Escolar, com a assunção pelo Governo das suas responsabilidades nesta área, nomeadamente no que respeita à colocação do necessário pessoal docente e não docente; e que "o quadro de apoios financeiros à construção ou remodelação de instalações para o funcionamento da Educação Pré-Escolar por parte das autarquias se faça na base de *critérios claros e objectivos* antecipadamente publicados e elaborados de acordo com a ANMP".

## Barreiro comparticipa em projectos educativos

A política de desresponsabilização do Governo em relação ao ensino não se circunscreve à Educação Pré-Escolar, antes se estende por todos os outros sectores, com tendência - como já anteriormente havia sido referido pela Associação Nacional dos Municípios Portu-

gueses - a "remeter injustificadas responsabilidades para os Municípios".

Um exemplo dessa orientação são as resistências do Ministério da Educação em corresponder ao esforço necessário à criação de alguns equipamentos imprescindíveis para dar resposta às necessidades edu-



Estado não pode desresponsabilizar-se nas despesas com a educação

cativas no Barreiro. A Câmara Municipal aprovou entretanto uma proposta de comparticipação, nomeadamente para a reconstrução da actual Escola Preparatória Mendonça Furtado.

A substituição desta escola pela construção de um novo edifício, adaptado às exigências de hoje, é uma velha aspiração local. No "Forum Educação", que decorreu em 1995, foi consensual a fixação de três prioridades no que respeita a equipamentos para dar resposta às actuais necessidades educativas - substituição da Escola Mendonça Furtado (onde se propõe a instalação do Centro de Recursos); instalação do Centro de Recursos para a comunidade educativa; instalação de Ensino Superior no Concelho do Barreiro.

Neste sentido, a Câmara avançou já com algumas iniciativas, propondo ao Ministério da Educação um protocolo que permitiria, com a comparticipação do Município, a concretização das prioridades aprovadas pelo "Forum Educação".

## Agricultura

## APA defende Vinho Verde contra mixórdias importadas

Frente à estátua de BACO, o deus do vinho, no Porto e aproveitando "o seu simbolismo", a Associação dos Agricultores do Porto - APA promoveu ontem uma conferência de imprensa para abordar questões como: defesa da genuinidade da produção de Vinho Verde e da sua Região Demarcada; denúncia pública das *mixórdias* importadas; responsabilização das entidades governamentais pelos prejuízos causados aos agricultores da região.

Participaram igualmente nesta conferência de imprensa, a ARAAM - Associação Regional dos Agricultores do Alto Minho e a ADADB - Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga.

A APA denunciou recentemente a importação de várias *mixórdias*, mistura de vinhos de diferentes países da U.E., para

penetrar no mercado de Vinho Verde.

Na conferência de imprensa, foi sublinhado que "é num ano onde se espera uma colheita razoável de vinho verde (mais 25% de produção que no ano passado), que deparamos com novas dificuldades de escoamento e de preços justos na produção (baixa de cerca de 50% em relação ao ano passado), que assistimos às importações de vinhos de todo o mundo sem qualquer controlo e ao preço da chuva (20 a 30 escudos o litro), o que deixa adivinhar lucros fabulosos para os *mixordeiros/importadores*, não havendo, desses baixos preços, qualquer repercussão no preço no consumidor".

Face a esta situação, a APA solicitou ao Governo "a retirada imediata do mercado duma Mistura de Vinhos Comunitá-

rios importados e colocados no Mercado do Vinho Verde, à pressão, por uma importante Central Cervejeira", a UNICER/UNIVIN.

Perante a resposta oficial de que "está tudo na maior das legalidades comunitárias", a APA comenta que o Governo se limita, assim, "ao cumprimento de uma função de *câmara de eco* das Leis Comunitárias que contrariam a defesa de *interesses vitais* do nosso país".

A APA considera ainda estar-se, no mínimo, perante publicidade enganosa e invoca a lei que proíbe a utilização "em outros produtos víquicos de nomes, marcas, termos, expressões ou símbolos susceptíveis de (...) induzirem a confusão do consumidor".

Ao não esclarecer a situação criada, "o Governo não está a proteger os mais fracos, como seria de esperar (os milhares de

pequenos e médios produtores de Vinho Verde), antes se comporta como o protector dos interesses de grandes empresas", denuncia a Associação de Agricultores.

Neste quadro, a Direcção da APA reclama do Governo: a baixa do grau mínimo obrigatório do Vinho Verde, que tenha em conta as características da região; o aumento da produtividade por hectare, que actualmente cria um excedente "ilegal"; medidas adequadas para obrigar a uma correcta identificação da proveniência e características do vinho; uma adequada representação, nas entidades ligadas à vitivinicultura, dos produtores, acabando com a "desmesurada representação dos interesses do sector do comércio e armazenistas em detrimento dos interesses dos produtores".



## TRABALHADORES

# A CGTP propôs à CIP um acordo bilateral «A bola não está do nosso lado»

Na semana passada, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional remeteu à Confederação da Indústria Portuguesa uma proposta de acordo sobre alguns temas prementes das relações laborais. Iniciativa inédita, surpreendeu especialmente os que se deixaram enovelar na estafada cassette da «falta de disponibilidade para o diálogo» que seria característica da CGTP.

Solicitámos a José Ernesto Cartaxo, que na Comissão Executiva da CGTP responde pelo pelouro da acção reivindicativa e acompanha de perto as negociações em que a central participa, um breve depoimento sobre o significado desta proposta e as suas possíveis consequências.

**Avante!: O formalizar da proposta de acordo significa que há possibilidades reais de chegar a entendimento com a CIP?**

**José Ernesto Cartaxo:** Uma proposta de acordo é mais do que uma proposta inicial, porque já traduz resultados de reuniões havidas. Quando dizemos resultados, estamos a referir quer a aproximações e a pontos de consenso, quer a divergências. Por isso, o acordo pode ser ou não ser possível. Nós fizemos e assumimos uma proposta de acordo. Como se diz na gíria, a bola não está do nosso lado.

- comenta  
**José Ernesto Cartaxo, em depoimento ao «Avante!»**

Que resultados espera a CGTP de um eventual acordo baseado nesta proposta?

Dizemos, na nossa procura de um resultado



prático para o diálogo encetado entre as direcções da CGTP-IN e da CIP seria destituída de qualquer sen-

tido e mesmo um contra-senso caso, ao nível dos sectores, se mantivesse a existência de irregularidades ou de situações de bloqueio na negociação colectiva e, ao nível das empresas, continuasse a obstrução à actividade sindical e, inclusive, a discriminação e a repressão a trabalhadores por serem sindicalizados, delegados ou dirigentes sindicais».

Ou seja, o acordo faz sentido se se inserir num processo de desbloqueamento da contratação colectiva e de respeito pelos direitos sindicais.

**O que se vai alterar nas negociações em curso (contratação colectiva e concertação estratégica) por parte da CGTP, depois desta iniciativa?**

Já abordámos a contratação colectiva.

Quanto à concertação social, não pode continuar a servir para moderar os salários, limitar os direitos dos trabalhadores («flexibilização») e pôr obstáculos ao livre exercício da negociação colectiva. Insistir nesta via é prosseguir a prática dos governos de Cavaco Silva.

Se este processo tiver êxito, terá sido dado um passo importante para um diálogo social efectivo a nível confederal, necessariamente com reflexos na negociação colectiva a nível sectorial e de empresas - que, independentemente de haver ou não acordo com a CIP, vai prosseguir, com envolvimento e participação dos trabalhadores.

## As dez propostas da CGTP-IN

Ao fundamentar a sua proposta de acordo, a *Inter* começa por referir que as reuniões bilaterais realizadas com a CIP «permitiram estabelecer pontos de entendimento sobre algumas matérias e consenso quanto à necessidade de encontrar respostas para alguns problemas que se põem aos trabalhadores e às empresas, sem que, contudo, fosse possível avançar na forma e soluções para os resolver».

Para a CGTP há que «assegurar que o diálogo estabelecido entre as duas confederações se faça repercutir na resolução das ilegalidades e obstruções à normalidade da negociação».

Na carta enviada à Confederação da Indústria reafirma-se «a posição da CGTP-IN de não viabilizar qualquer acordo quanto à revisão da legislação laboral pretendida pela CIP, sem que isso impeça a procura de acordos em diversas matérias, inclusive propostas pela CIP, desde que inseridas no quadro geral da legislação existente».

A proposta de acordo foi elaborada «tendo presente os entendimentos emergentes das reuniões» e considerando a *Inter*, «estarem criadas condições para se concretizar, com brevidade, um acordo de conteúdo eficaz entre as duas confederações, que se traduzirá ainda num contributo para o processo de concertação estratégica em curso».

A central sindical propõe à CIP um acordo que contempla 10 áreas:

### 1. Desemprego de trabalhadores com mais de 50 anos

a) Prolongamento do subsídio de desemprego para desempregados com mais de 50 anos; prorrogação por períodos de 6, 8, 10 e 13 meses, conforme tenham 20, 25, 30 e 35 anos de contribuições;

b) Consequente prolongamento do subsídio social de desemprego;

c) Estas medidas deverão ser complementadas com a possibilidade de antecipação da idade de reforma, por vontade do trabalhador, com pensão completa, desde que tenha efectuado toda a carreira contributiva (40 anos).

### 2. Comunicação às instituições de Segurança Social de novas admissões

Aperfeiçoamento do sistema de comunicação prévia à Segurança Social de novas admissões, através do alargamento do prazo desta comunicação, com garantia de haver no local de trabalho prova de efectiva data de admissão do trabalhador, em situações devidamente justificadas.

### 3. Incentivos à admissão e qualificação de trabalhadores não qualificados

a) A CIP e a CGTP-IN convergem à necessidade da criação de incentivos à admissão de trabalhadores sem qualificação, com o objectivo expresso da sua qualificação;

b) Que esses casos sejam objecto duma verba calculada por indexação ao salário mínimo nacional, a pagar uma parte no acto de admissão e a restante passado um ano, mediante comprovação da qualificação adquirida ou que ao trabalhador

foram efectivamente proporcionadas as condições de formação e qualificação;

c) Pela sua natureza, essa verba deverá sair de uma das fontes de financiamento da Formação Profissional.

### 4. Trabalho a tempo parcial

Considerando que só é permitido o trabalho a tempo parcial nos casos em que a contratação colectiva expressamente os consagra (DL 409/71, art.º 4311 do), a CIP e a CGTP-IN empenhar-se-ão na sua regulamentação na contratação colectiva, subordinada às seguintes regras:

a) O trabalhador a tempo parcial auferirá a totalidade dos direitos e regalias praticados na empresa, na proporção do tempo de trabalho, acrescido dum factor de compensação;

b) Tratando-se de admissão de trabalhadores sem qualificação com vista à sua qualificação, a empresa beneficiará do incentivo previsto no ponto 3. deste acordo.

As partes entendem ainda que os trabalhadores a tempo parcial gozam de todos os direitos da Segurança Social.

### 5. Contratos de trabalho a termo e trabalho temporário

a) As partes declaram que envidarão esforços junto das empresas e da Administração do Trabalho no sentido da aplicação efectiva das normas legais e convencionais sobre contratos de trabalho a termo e trabalho temporário;

b) Em sede de contratação colectiva, deverão as normas legais sobre os contratos a termo ser adequadas à realidade do sector ou da empresa em presença, mantendo-se o seu carácter excepcional.

c) Garantia de que só as empresas legalmente constituídas, dispendo do respectivo alvará, possam celebrar contratos de trabalho temporário, exigindo-se a competente fiscalização por parte dos organismos estatais (IGT e IEFPP).

### 6. Recibos verdes

A CGTP-IN e a CIP, tendo presente o largo consenso existente sobre a necessidade de moralizar o recurso ao recibo verde, que prejudica quer os trabalhadores quer as empresas; considerando também posições expressas dos ministérios com maior intervenção nesta matéria, declaram o seu apoio a uma moralização no recurso aos recibos verdes, que se devem restringir às reais situações de prestação de serviços.

### 7. Retribuição

a) As componentes variáveis da retribuição deverão ser consagradas na Convenção Colectiva, nela fixando os princípios gerais para a sua aplicação e adequação às empresas;

b) Nos termos do art.º 39º do DL 49 408, quer as previstas na Contratação Colectiva quer as não previstas, deverão ser objecto de regulamento específico a acordar, empresa a empresa, entre os representantes sindicais e a entidade patronal;

c) Consagrar ainda, em Convenção Colectiva, que quaisquer componentes da retribuição não previstas contratualmente, ou que não sejam objecto de regulamento acordado na empresa,

terão o seu valor integrado no vencimento-base e, em sequência, será extinta a modalidade que vinha sendo praticada.

### 8. Saúde, higiene e segurança no trabalho

A CGTP-IN e a CIP declaram o seu empenhamento na aplicação do Decreto-lei 441/91 e diplomas regulamentares, nomeadamente os referentes à organização dos serviços de segurança nas empresas e eleição dos representantes dos trabalhadores, bem como o integral cumprimento do Acordo nesta matéria subscrito em 1991 por todos os parceiros sociais na concertação social.

### 9. Promoção da negociação colectiva

a) Sem prejuízo da total autonomia dos intervenientes nos processos negociais, a CGTP-IN e a CIP assumem o seu empenhamento na promoção da negociação colectiva, visando a obtenção de acordos entre as associações sindicais e patronais intervenientes, suas filiadas, procurando com a sua intervenção arrear os obstáculos à normalidade negocial e ao acordo;

b) No respeito pela autonomia, comprometem-se a diligenciar para que os processos negociais entre associações suas filiadas não sejam utilizados para pôr em causa o direito de negociação de outras organizações, bem como que acordos com elas não interfiram na autonomia e liberdade negocial das associações filiadas na CIP e CGTP-IN;

c) Sempre que um acordo de revisão assuma a forma de revisão total e global, deverá ficar de forma expressa que esse texto substitui integralmente o anterior substituído, subscrito pelas mesmas associações patronais e sindicais.

### 10. Diálogo, negociação e as condições de exercício da actividade sindical

A CIP e a CGTP-IN estabelecem o compromisso de interceder sempre que seja detectada qualquer obstrução ao exercício da actividade sindical nas empresas, bem como a prática de qualquer discriminação sobre os representantes dos trabalhadores, designadamente:

a) Garantia de não obstaculização ao exercício da actividade sindical nas empresas, nomeadamente:

- no direito à não ser despedido, transferido ou prejudicado por motivo de filiação ou actividade sindical,

- na realização de reuniões de trabalhadores;

- em pôr à disposição dos trabalhadores instalações adequadas para a afixação de documentos sindicais;

- no envio mensal às associações sindicais do produto das quotizações descontadas aos trabalhadores, bem como dos respectivos mapas preenchidos;

- na entrada dos membros dos corpos gerentes das associações sindicais nas instalações das empresas.

b) Garantia da não discriminação dos representantes dos trabalhadores, nomeadamente:

- no direito a não ser despedido, transferido ou prejudicado por motivo de ser representante dos trabalhadores;

- a não discriminação em matérias salariais, nomeadamente nos aumentos salariais, progressões nas carreiras e nos prémios, incluindo a participação nos lucros.



## TRABALHADORES

PS LEVA A CP  
PELA MESMA VIA

Comentando a nova reestruturação anunciada para o caminho-de-ferro, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses afirma que «o Governo do PS está a tentar concretizar os planos que lhe foram deixados pelo Governo de Cavaco Silva». Num comunicado aos trabalhadores, a federação lembra os resultados da reestruturação «alegremente feita pelo PSD, saldada com o encerramento de 900 quilómetros de via, a liquidação de 7800 postos de trabalho, a multiplicação por dez dos prejuízos anuais e o desmembramento selvagem do sistema nacional de caminho-de-ferro». Ao protesto contra o secretismo que envolve este novo processo, a federação acrescenta interrogações sobre a intenção declarada do Governo de prosseguir o desmembramento, política que «tão maus frutos tem dado na Grã-Bretanha e que, mesmo entre nós, se mostrou desastroso, nos primeiros passos dados no consulado cavaquista», enquanto «a França possui o sistema de caminho-de-ferro mais eficiente da Europa e não precisou de se desmembrar para atingir esse resultado».

Também a célula comunista dos ferroviários do distrito de Lisboa emitiu um comunicado alertando o pessoal da CP para a ameaça a milhares de postos de trabalho representada pelo conteúdo dos despachos emitidos em Agosto pelo ministro João Cravinho e que determinam a criação de três comissões para preparar a divisão da actual CP em três empresas: uma «entidade reguladora do sector do caminho-de-ferro»; uma empresa de «infra-estruturas», que «ficará, como é óbvio, com a vocação de implementar e coordenar os empreiteiros» e à qual caberá ainda «a definição do preço por quilómetro que cada um dos futuros "donos" de comboios irá pagar»; e uma «empresa de transportes ferroviários», herdeira do actual serviço de transportes, para «acelerar a criação das áreas de negócio e transformá-las em empresas privadas, como o serviço de mercadorias e o transporte de passageiros das zonas suburbanas».

Para a célula do PCP, o desmembramento é «um grave erro político, económico e social», que implicará o despedimento de 4 mil ferroviários a curto prazo e mais 2700 até ao ano 2002. Os comunistas consideram «um autêntico escândalo» que o Governo PS tenha nomeado para aquelas comissões aqueles que «ao longo dos anos têm tido as mais altas responsabilidades no agravamento das condições da CP, dos ferroviários e dos utentes».

COMISSÕES  
DE TRABALHADORES

Reúne amanhã em Lisboa o 4º Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores, promovido pelas coordenadoras de CTs das regiões de Lisboa, Porto, Setúbal e Braga e dos sectores da banca, indústria naval, sector eléctrico, comunicações, Grupo Hoechst e Grupo Siderurgia Nacional.

Na Voz do Operário vão estar em debate a revisão constitucional, o processo da chamada concertação estratégica, a lei da flexibilidade e polivalência e as privatizações, reclamando as CTs «mais direitos, mais democracia, mais cidadania».

## GREVE NA DELPHI

Foi convocada para ontem uma greve de duas horas em cada turno na fábrica de instalações eléctricas para automóveis Delphi (ex-Cablesa), situada no Linho, Sintra, e que ocupa cerca de 1200 trabalhadores, na sua maioria mulheres - informou o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas. A luta foi desencadeada como forma de reivindicar a melhoria das condições de trabalho, adianta o SIESI, esclarecendo que cerca de metade do pessoal daquele empresa do grupo General Motors está contratado a prazo.

Pessoal da Delphi reclama, designadamente, mais espaço por posto de trabalho e mais atenção às condições de higiene e segurança. Pretende ainda, refere o sindicato, que sejam aumentados os salários de várias centenas de trabalhadores marginalizados na actualização salarial deste ano. Entre as exigências surgem ainda a passagem a efectivos dos contratados a prazo que ocupam postos de trabalho permanentes, o fim do «clima repressivo que a administração impõe nas relações laborais», e a aplicação do horário semanal de 40 horas «sem retirada de direitos contratuais».

COMPANHIA  
DO COBRE

Depois de quase 15 dias de greve, os trabalhadores da Companhia Portuguesa do Cobre retomaram o trabalho - anunciou antontem o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, realçando que «só depois da luta encetada, quer o Governo, quer a administração da empresa decidiram ouvir as razões dos trabalhadores e apresentar uma proposta para pagamento dos salários em atraso». Em plenário, os trabalhadores aprovaram uma contraproposta. Após negociação, ambas as partes acordaram que o valor em atraso relativo ao mês de Agosto será pago até ao dia 18 de Outubro, tal como o mês de Setembro.

«Se o diálogo fosse uma prática normal da administração, os trabalhadores teriam decidido, como fizeram agora, pela defesa dos seus interesses e direitos, mas também pelos interesses da empresa», comenta o sindicato.

Reflectir no OE para 1997  
as promessas de justiça fiscal

No Orçamento do Estado para 1997 devem ser consagradas «medidas que representem um sinal claro da assunção e da concretização» das promessas feitas e expectativas criadas quanto a uma maior justiça fiscal, nomeadamente no que respeita ao desagravamento fiscal dos rendimentos do trabalho - exigiu segunda-feira a CGTP.

Em conferência de imprensa da sua Comissão Executiva, a central recordou que «continua a subsistir a escandalosa situação fiscal em que são os trabalhadores por conta de outrem que suportam o essencial das receitas fiscais, enquanto mais de dois terços das empresas não pagam impostos e os empresários individuais e independentes pagam importâncias ridículas».

No documento divulgado aos jornalistas refere-se que «em média, e no ano de 1994, enquanto os trabalhadores por conta de outrem pagaram de IRS cerca de 200 contos, os independentes pagaram menos de cem contos e os empresários individuais pagaram 32 contos!»

Baseando-se em estimativas feitas a partir dos escassos dados conhecidos, nomeadamente cons-

tantes no «Relatório Silva Lopes» de Maio deste ano, a CGTP propõe que as deduções do rendimento por trabalho possam atingir o limite máximo de 75 por cento do salário mínimo nacional; que a despesa fiscal do Estado nas Contas Poupança-Habituação e nos Planos Poupança-Reforma seja calculada a uma taxa uniforme de 25 por cento; que os escalões do IRS passem dos actuais 4 para 6; actualização de 5 por cento nos limites dos abatimentos e deduções à colecta (10 por cento para as Contas Poupança-Habituação); alteração do quociente conjugal para 2 em todos os casos; eliminação do imposto de selo sobre recibos de salários.

As receitas perdidas com este

desagravamento fiscal, propõe ainda a *Inter*, poderiam ser «largamente compensadas» com três medidas: eliminação dos benefícios concedidos ao sector financeiro e uma tributação mais transparente das actividades dos bancos e seguradoras; fixação de um imposto mínimo para as empresas, os empresários em nome individual e os trabalhadores independentes (procurando obter, de forma transitória, maior moralização da vida fiscal, uma vez que a CGTP defende o pagamento de impostos em função dos rendimentos reais); um combate à fuga e fraude fiscais através de uma fiscalização mais eficaz da generalidade das actividades económicas.

Federação dos Têxteis reclama  
firmeza do Governo em Bruxelas

Em conselho de ministros da UE, os representantes do Governo português devem exigir que sejam corrigidas as propostas de resolução aprovadas dia 2 pela Comissão Europeia e não conceder a esta o mandato pretendido para deliberar sobre a liberalização do mercado de produtos têxteis.

Com esta exigência, a Federação dos Sindicatos Têxteis (Fesete/CGTP-IN) reagiu à aprovação, pela Comissão, da proposta sobre os produtos a liberalizar a partir de Janeiro de 1998, onde foram incluídos pro-

ductos das categorias 50 (tecidos em lã) e 90 (cordoaria em fios sintéticos). Sublinhando que «nada obriga a que assim se proceda», a federação recorda que em 1995 as exportações, naquelas duas categorias, rondaram os 20 milhões de contos e as fábricas situam-se «em regiões hoje com elevados índices de desemprego, nos distritos do Porto e Aveiro, Corda da Serra e Região Centro», ocupando trabalhadores com muitos anos de profissão.

«Se, ao nível dos países da UE, estas produções não têm

significado, o mesmo não se passa com Portugal» realça a Fesete, alertando para o facto de que, para além deste cabaz, a Comissão pretende obter do Conselho de Ministros mandato para liberalizar outros produtos no decurso da segunda fase prevista nos acordos do GATT/Organização Mundial do Comércio.

Admitindo que o cabaz aprovado pela Comissão é melhor que a primeira versão da proposta do comissário Leon Brittain, a federação ressalva que as «consequências graves para a nossa

fileira produtiva e o emprego dos trabalhadores foram substancialmente reduzidas, mas não totalmente anuladas».

## Curtumes

Está marcada para amanhã a primeira reunião de conciliação entre a comissão negociadora da Fesete e a associação patronal dos curtumes, cujas negociações se arrastaram 4 meses sem que os padrões ultrapassassem os 2,7 por cento de aumentos na tabela salarial que deveria vigorar desde Maio passado.

Administração Pública exige  
aumentos de 7 por cento

A 7ª cimeira da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, reunida na semana passada em Lisboa (foto), encarou «com preocupação» as afirmações governamentais relativas à preparação do Orçamento do Estado para o próximo ano.

Na resolução sobre as negociações salariais é feito um apelo aos sindicatos e trabalhadores do sector para que se unam «em defesa de uma efectiva dignificação dos salários da Administração Pública», a qual implicará a recuperação do poder de compra (tendo em conta a inflação e a produtividade), a recuperação do crescente distanciamento em relação aos salários do sector privado e das restantes administrações públicas da Europa, e a correcção da diferença entre o índice 100 (salário mínimo da Função Pública) e o salário mínimo nacional. Estes princípios foram concretizados numa proposta de actualização salarial de 7 por cento.

Na cimeira de dia 2 foi ainda tomada a decisão de «alargar a discussão no seio dos sindicatos, tendo em vista a preparação de iniciativas, envolvendo o maior número de trabalhadores, com vista a afirmar e defender as propostas reivindicativas apresentadas ao Governo».

Congresso dos sindicatos  
em Braga

Com a participação de 204 delegados e sob o lema «Emprego/Direitos, Regionalização/Desenvolvimento», realizou-se na passada sexta-feira o 4º Congresso da União dos Sindicatos de Braga, a cujos trabalhos assistiram dirigentes da CGTP, de uniões e federações, uma delegação das Comissões Obreras da Galiza e representantes da Confederação Nacional de Acção Sobre o Trabalho Infantil, do PCP e do PS.

A intervenção do coordenador da USB, Adão Mendes, abriu o debate sobre a actividade nos últimos três anos, a actual situação social e laboral no distrito e as perspectivas para a intervenção sindical no próximo triénio. Foram aprovadas resoluções e moções e um caderno reivindicativo imediato e foi eleito o Conselho Distrital da USB.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Balanço de 12 meses de governação

As opções  
pelo grande capital

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de paular a sua acção política mais pela preocupação de defender os interesses dos grandes empresários do que em melhorar as condições de vida dos portugueses. Para Octávio Teixeira este é, aliás, "o grande busilis" dos primeiros doze meses de governação PS. Em jeito de balanço a propósito deste período, na declaração política por si proferida faz hoje uma semana, o líder parlamentar comunista foi mesmo mais longe ao considerar que para a grande maioria dos portugueses - e esta é do seu ponto de vista a questão nuclear - "nada mudou, tudo continua na mesma".

São mesmo membros do Governo a reconhecê-lo, como referiu Octávio Teixeira, citando um recente artigo do secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro, no qual este afirmava a dado passo que "para muitos portugueses a

vida continua tão difícil e madrastra como há um ano atrás".

Lembrada pelo presidente da formação comunista, a este respeito, como explicação para o facto, foi, concretamente, a incapacidade ou falta de vontade política do Governo "para atacar os problemas prementes da sociedade portuguesa". Exemplificando, citou o "desemprego, o desmoronamento da estrutura produtiva, a desertificação do interior do País, a insegurança, a pobreza e a marginalidade que se acumulam nos grandes centros urbanos".

E não admira que assim seja se se tiver presente, como fez questão de assinalar Octávio Teixeira, que a estratégia política do Governo - o seu "ponto cardeal", como lhe chamou - tem sido subordinada à "participação na moeda única em 1999, a todo o custo e com total desprezo pelas profundas e negativas consequências económicas e sociais que dessa estratégia, cega e

surda, resultam para o país e para os portugueses".

Em coerência com este quadro de opções do Executivo não admira, por outro lado, que o Executivo dialogue mais com a direita do que com a esquerda, mais com os sectores patronais que com os trabalhadores. Também a este respeito não faltam os testemunhos, como bem recordou o parlamentar comunista, ao citar, entre outros exemplos de "contratualização das políticas e soluções" (como o Governo gosta de lhes chamar), a contratualização selada com a CIP que levou à lei da flexibilidade e polivalência, o contrato com o CDS/PP que permitiu a passagem do Orçamento do Estado, ou ainda os acordos com o PSD que buscam no quadro da revisão constitucional alterar o sistema eleitoral, subvertendo o princípio da proporcionalidade.

Desmontadas por Octávio Teixeira foram ainda, noutra plano, algumas mistificações associadas a supostos méritos e realizações



A lei da flexibilidade e polivalência mostra bem como as opções do Governo pendem para o lado do patronato

do Governo. Entre essas "rosas da governação", como lhes chamou, está a autoproclamada "estabilidade do sector da educa-

ção", o que, no seu entender, está muito longe de ser uma realidade (veja-se o que aconteceu com os exames do 12º ano e de acesso ao

ensino superior), pelo que só com "muito despudor político", frisou, é que se pode falar em estabilidade.

## Deputado visita Viseu

Com o objectivo de tomar contacto com a realidade no distrito, designadamente no plano dos problemas sociais, o deputado comunista Bernardino Soares desloca-se amanhã a Viseu. Esta visita, que se prolonga durante o sábado, insere-se no quadro da actividade do Grupo Parlamentar comunista e realiza-se a convite da Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP.

O programa da visita tem início às 21.00 horas do dia 11, com uma reunião do organismo Interconcelhos do Sul do Distrito na qual estará presente o deputado comunista. No dia 12, às 10.30 horas, Bernardino Soares encontra-se-á com o Secretariado Distrital dos Baldios e às 14 horas com trabalhadores da Induvivis (Mangualde); pelas 16.00 horas visitará alguns baldios no conce-

lho de Castro Daire onde estabelecerá contactos com os respectivos conselhos directivos; à noite, pelas 22.00 horas, o jovem parlamentar do PCP participará num debate a decorrer no "Espaço Jovem", espaço da responsabilidade da Juventude Comunistas Portuguesa que funciona no CT de Viseu do PCP e que reabre as suas portas depois do período das férias grandes.

Negócio chorudo  
para Champalimaud  
Parlamento vota inquérito

A constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, proposta pelo PCP, para esclarecer o acordo estabelecido em 1992 entre o governo e António Champalimaud vai ser hoje votada na Assembleia da República.

Esta iniciativa dos deputados comunistas, recorde-se, visa "esclarecer todo o processo e conteúdo relativo ao acordo estabelecido em 1992 entre o governo e António Champalimaud e igualmente esclarecer se esse "dossier" transitou do anterior para o actual executivo, se ele existe no Ministério das Finanças ou se desapareceu".

"E, nesta última hipótese, verificar as medidas tomadas pelo Governo para determinar as condições em que se verificou tal desaparecimento, nomeadamente a participação respectiva ao Ministério Público", lê-se no projecto de deliberação apresentado pelo PCP.

De acordo com o documento, para atingir os seus objectivos, a comissão de inquérito deve obter designadamente "o texto do acor-

do entre o Estado e António Champalimaud, de Abril de 1992" e "as actas das assembleias gerais extraordinárias do Banco Pinto e Sotto Mayor e da Cimpor, realizadas em 15 de Abril de 1992".

Em causa está, concretamente, o conteúdo de um acordo então negociado entre o Governo do PSD e António Champalimaud que terá permitido a este receber a título de indemnização verbas superiores a 16 milhões de contos.

Face a um processo marcado por uma completa ausência de transparência - a exemplo aliás do que tem sucedido de um modo geral com todas as privatizações de empresas nacionalizadas -, do que se trata, pois, para o PCP, é de finalmente esclarecer um conjunto de factos indiciadores de irregularidades altamente lesivos do interesse patrimonial do Estado e que não podem deixar de suscitar questões de natureza ética e política no que se refere à acção da administração central e à sua condução dos negócios públicos.

Vagas adicionais no superior  
Arrogância leva  
Governo à derrota

A Assembleia da República deverá aprovar hoje os três diplomas apresentados pelo PCP, PSD e CDS/PP que prevêem a criação de vagas adicionais no acesso ao ensino superior. Contando ainda para além dos partidos subscritores com o anunciado voto favorável de "Os Verdes", esta aprovação, a confirmar-se, deixando a bancada socialista isolada, constitui uma séria derrota do Governo.

Trata-se sobretudo da derrota de quem assumiu neste processo uma postura de profunda teimosia e arrogância - aliás confirmada pela bancada socialista no decorrer do debate realizado faz hoje oito dias -, expressa na completa incapacidade em admitir os erros cometidos pelo Executivo e em ignorar os vários apelos visando corrigir a injustiça resultante dos problemas surgidos com os exames finais da primeira fase do ensino secundário.

E o mais lamentável é que toda esta situação, como lembrou o deputado comunista José Calçada, poderia ter sido evitada se o Governo não tivesse feito orelhas moucas às recomendações sobre o assunto feitas por duas vezes pela Comissão Permanente da Assembleia da República.

Minorar algumas das consequências mais gravosas para os alunos desses erros cometidos no âmbito do processo de exames nacionais do 12º ano e do acesso ao ensino superior é, pois, o objectivo visado pelos projectos de lei que deverão hoje passar no Parlamento contra a vontade do PS.

No caso do projecto comunista, de acordo com o seu articulado, pretende-se concretamente que seja dada a possibilidade de ingresso no ensino superior aos estudantes candidatos no ano lectivo de 1996/97 que não

sejam colocados, apesar de terem obtido nos exames da segunda fase do concurso nacional uma nota de candidatura num par curso/estabelecimento igual ou superior ao último colocado para o mesmo par curso/estabelecimento na primeira fase.

Com esta medida, como salientou no debate José Calçada, assumindo-a como uma motivação central da sua bancada e "preocupação exclusiva", o que está verdadeiramente em questão é por conseguinte a "reposição da justiça, da equidade, do Estado de direito democrático e do Estado como pessoa de bem, da confiança dos cidadãos nos actos da administração, e da transparência destes actos."



Governo não quis reparar uma injustiça e saiu derrotado



## Plano Mateus Mais uma oportunidade perdida?

O chamado "Plano Mateus" arrisca-se a ser mais uma oportunidade perdida para a recuperação de empresas em crise e de não ter qualquer repercussão positiva no plano da defesa e criação de emprego. A advertência veio do Grupo Parlamentar do PCP e foi deixada no debate sobre a situação do emprego realizado na semana transacta no Parlamento. Sustentando a sua análise, a formação comunista invoca o facto de se tratar de um "mero remendo" que está longe, do seu ponto de vista, de atacar "as causas centrais que têm conduzido à degradação da economia e do emprego".

Equacionado a questão no debate suscitado pelo PSD e PS que contou com a participação dos ministros Maria João Rodrigues e Augusto Mateus, para Lino de Carvalho, que se pronunciou em nome da bancada do PCP, tudo se resume à insistência do Governo PS em incrementar no fundamental as mesmas receitas do seu antecessor.

Por outras palavras, no caso vertente da recuperação de empresas, se é certo que a adopção de medidas de política com intervenção do Estado visando esse objectivo corresponde a necessidades reais da nossa economia, não é menos verdade que tais medidas, como frisou Lino de Carvalho, "não podem escamotear as razões fundamentais que estão na base da crise da economia e das empresas", do

mesmo modo que não podem "deixar de considerar a defesa e a criação de emprego na primeira linha das condições e objectivos no processo de recuperação de empresas".

Ora é exactamente neste plano que surge uma das fragilidades do Plano Mateus - "não dá resposta a estas questões centrais", sublinhou Lino de Carvalho -, pela razão simples que escamoteia, no essencial, "as responsabilidades das políticas macro-económicas intimamente ligadas à aceitação das teorias monetaristas e políticas contractionistas, inerentes a Maastricht".

Por outro lado, foi ainda Lino de Carvalho a lembrá-lo, não se vislumbra qualquer indício de resistência relativamente à aplicação das teorias económicas

neo-liberais "que têm feito caminho no processo de desregulamentação dos mercados e das fronteiras", assim como não há sinais que permitam antever qualquer alteração na política que tem sido seguida no sentido da "redução e quase liquidação do papel dinâmico das empresas públicas e do aproveitamento das suas sinergias para a dinamização geral da economia".

Ora a verdade é que em relação a qualquer destes três factores - que no entender da formação comunista têm condicionado de forma decisiva a vida da economia e das empresas no País -, nenhum deles é objecto de primazia na abordagem feita quer pelo PS quer pelo Plano Mateus.

O que não deixa na perspectiva de Lino de Carvalho de ser significativo, levando-o a concluir que o PS ao defender e prosseguir "as mesmas políticas que levaram às situações existentes que aparentemente procura atacar com o Plano Mateus", evidencia simultaneamente os próprios "limites do Plano".

Mais, observou, "a não serem atacadas e modificadas estas causas de base o Plano Mateus não passará de uma aspirina e as empresas em crise reaparecerão e multiplicar-se-ão de novo".



Os têxteis portugueses continuam em perigo e, com eles, milhares de trabalhadores (foto de arquivo)

## Têxteis portugueses em perigo

Os deputados do PCP do Parlamento Europeu consideram que a proposta da Comissão Executiva da União Europeia relativa à lista de produtos têxteis a integrar na segunda fase do sistema da Organização Mundial de Comércio, discutida e aprovada na semana passada, continua a incluir produtos sensíveis para Portugal.

É o caso da lã, casacos deste material, fatos para sky, tecidos têxteis impregnados, cordame,

cordas e cabos em fibras sintéticas.

Numa nota à imprensa, os eurodeputados sublinham que «por um lado, no que toca a alguns desses produtos, é patente a sua relevância para Portugal dada a concentração da respectiva produção em zonas muito restritas do país e, por outro, pelo facto de o nosso país ser o produtor exclusivo de alguns deles. A importância da inclusão destes produtos não pode, assim, ser analisada exclusivamente à

luz do peso relativo dos mesmos no comércio comunitário».

No documento chama-se igualmente a atenção para o facto de o projecto de regulamento agora aprovado pela Comissão não fechar de forma inequívoca as portas a acordos bilaterais entre a UE e países terceiros nestes domínios, os quais (tal como aconteceu com os estabelecimentos com a Índia e o Paquistão) representam ainda um profundo agravamento do estabelecimento no âmbito da OMC.

### NACIONAL

## Gestão dos recursos hídricos Promessas não passam do papel

A propósito do Dia Internacional da Água, assinalado no passado dia 1 de Outubro, o gabinete de imprensa do PCP enviou uma nota de imprensa onde tece alguns comentários sobre a acção do Governo no plano do aproveitamento dos recursos hídricos e designadamente sobre as suas promessas e campanhas de propaganda desenvolvidas nesta matéria.

No texto, os comunistas começam por referir que «é conhecida a grave situação no domínio dos recursos hídricos decorrente de uma política seguida nos últimos dez anos que nunca reconheceu a água como um dos factores fundamentais a considerar no quadro de um desenvolvimento harmonioso para o país. O abandono do conceito de bacia hidrográfica como unidade de gestão dos recursos hídricos, a opção por medias e legislação avulsa em vez da necessária e inadiável elaboração de uma nova lei da Água e por uma gestão centralizada e burocratizada colocou o nosso País numa posição de inferioridade face à Espanha.

«A inflexão prometida nesta matéria pelo actual Governo tarda a verificar-se. As repetidas afirmações e as manifestadas intenções por

parte de sectores do actual Governo com intervenção na política da Água parece condicionada a outras prioridades a que o executivo se encontra amarrado decorrentes da obsessiva opção pelo cumprimento dos critérios de convergência nominal.

«Os prazos previstos para a concretização dos objectivos e metas com vista ao abastecimento, à garantia de maiores níveis de qualidade da água, à ausência de medidas com vista à democratização das Bacias Hidrográficas e de progressos relativamente ao Plano Hidrológico Luso-Espanhol, confirmam a inexistência de alterações substanciais nas orientações do Governo.

«Nesta ocasião, o PCP sublinha uma vez mais a necessidade de uma defesa intransigente dos interesses nacionais na negociação com a Espanha; a publicação de uma Lei da Água que dê tradução a uma política de recursos hídricos regionalizada; a elaboração de um Plano nacional da Água e de planos de Bacia Hidrográfica; a passagem da tutela dos sistemas multimunicipais para as futuras Regiões Administrativas ou para as associações de municípios; a publicação de legislação que contemple a possibilidade da criação de empresas intermunicipais, municipais ou mistas para exploração dos sistemas municipais; o apoio à criação de uma rede laboratorial e a uma política de formação de «recursos humanos».

## Dimensão regional na Europa

Sérgio Ribeiro, na sua intervenção na Conferência do PE sobre Pessoas Colectivas Territoriais da União Europeia, realizado na passada semana, salientou o contributo que esta iniciativa tem para a valorização da «dimensão regional na construção europeia, com a reserva fundamental de que essa valoriza-

ção não sirva de pretexto para se avançar por fórmulas institucionais que são atentatórias das soberanias nacionais e desvirtuam o princípio da organização espacial com base nos Estados membros».

A propósito do futuro da coesão económica e social, o eurodeputado comunista sublinhou

as suas reservas e preocupações, questionando «se esse futuro é possível com a actual opção de tudo subordinar ao cumprimento de critérios nominativos vindos de Maastricht, que impõem uma política monetária e uma estratégia económica ditadas pelos interesses transnacionais e das grandes potências».

## Também na Holanda...

Os efeitos da marcha forçada imposta pelo Tratado de Maastricht também se fazem sentir na Holanda. E, naturalmente, também aqui são os trabalhadores que sofrem as consequências.

Na Holanda, país que deu o nome ao malfadado tratado, crescem as vozes contra o retrocesso social. As declarações do bispo Muskens, da cidade de Breda, publicadas recentemente pelo jornal holandês «Volkskrant», são disso exemplo.

Face ao crescente empobrecimento da população, o bispo Muskens apela à revolta «dentro dos meios existentes, fazendo demonstrações, manifestações...». Acrescenta ainda que o governo holandês (social-democrata) esconde a miséria manipulando as estatísticas sobre o crescimento económico, pois «existe crise e nela são os mais fracos que se afundam e os ricos tornam-se mais ricos».

Mas as críticas do bispo não se ficaram só por aqui. Vão também para os sindicatos e, numa referência directa ao FNV (sindicato nacional de orientação social-democrata), acusa-o de estar desligado dos trabalhadores, perdendo estes apoio e solidariedade. Em relação ao patronato, o bispo acusa-o de só pensar nos seus lucros, que continuam a aumentar.

As declarações do bispo de Breda fizeram eco em toda a comunicação social holandesa. Deixamos aqui registado o comentário de um grande

empresário que, considerando excessivas as afirmações do bispo, diz que «todos os trabalhadores holandeses têm uma televisão, um fogão, estão muito longe da situação em que vivem os trabalhadores na Índia».

Entretanto, e para clarificar a situação, foram publicados os lucros obtidos por várias empresas nos primeiros seis meses de 1996 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Eis alguns exemplos:

Nedlloyd - mais 187,5 por cento;  
Mees Pierson - mais 67 por cento;  
Interpolis - mais 65,2 por cento;  
Hegemeijer - mais 57,4 por cento;  
Nutricia - mais 51,1 por cento;  
ABN-Amro - mais 36 por cento;  
ING - mais 28 por cento;  
Delta Loyd - mais 25,4 por cento;  
Rabobank - mais 21,5 por cento;  
Achmea - mais 17,9 por cento.

Não são conhecidos os resultados da Philips, que em 1995 aumentou os seus lucros em 419 por cento.

Torna-se, pois, cada vez mais evidente aos olhos de um número cada vez maior de pessoas quem são os grandes beneficiários das orientações políticas vindas de Bruxelas.



## INTERNACIONAL

Médio Oriente  
A paz possível

## Greve na Turquia

Mil presos pertencentes a organizações políticas turcas de esquerda entraram na semana passada em greve de fome por tempo indeterminado, como forma de manifestar o seu protesto contra a morte de 11 membros do PKK na prisão de Diyarbakir. Esta iniciativa pretende ainda chamar a atenção para o incumprimento por parte do governo do acordo firmado em Julho com os presos e que pôs termo a uma greve de 69 dias. Na semana anterior já três mil presos políticos haviam levado a cabo uma outra greve de fome, esta «de advertência» e que decorreu durante três dias.

## Perigos ambientais na Península Ibérica

Segundo o cientista canadiano Rumon Bojkov, a Península Ibérica perdeu quatro a sete por cento da sua camada de ozono durante a última década. Mesmo com o fim das fontes poluidoras, coisa que tem fraca probabilidade de acontecer, essa parte da camada só será recuperada no ano 2060 ou 2080. Bojkov, que recebeu o Prémio Mundial do Ozono das Nações Unidas e que falava nas Jornadas da Associação Meteorológica Espanhola, alertou para o facto de, em todo o mundo, a destruição do ozono se ter «acelerado nos últimos anos e todas as análises apontam que esta tendência se manterá, no mínimo, mais 20 anos».

## «Sem terra» brasileiros

Até meados do mês passado morreram pelos menos 45 pessoas este ano no Brasil em conflitos armados por posse de terra, segundo dados fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra e divulgados pela agência Lusa. Estes números são um reflexo directo do agravamento do conflito entre os grandes proprietários agrícolas e os camponeses sem terra que lutam pela concretização de uma reforma agrária no Brasil. Só no ano passado registaram-se 554 confrontos armados. Nos últimos 11 anos, apenas 51 acusados de assassinio de «sem terra» foram julgados e desses apenas sete foram condenados.

## Conferência sobre tortura

«A nossa última campanha pela abolição da tortura falhou. Estou desencorajado pelo incumprimento pelos governos das obrigações que assumiram.» Foi com estas palavras desanimadoras que Eric Prokosh, da Amnistia Internacional, iniciou a Conferência Internacional sobre Tortura, que decorreu em Estocolmo durante o fim-de-semana. Segundo a AI, dezenas de países continuam a fazer uso da tortura, apesar de muitos deles terem ratificado a convenção das Nações Unidas contra esta prática. O número de presos políticos sujeitos a tortura tende a estabilizar e inclusivamente a diminuir em alguns países africanos e sul-americanos, mas são cada vez mais os presos de delito comum vítimas de tortura.

## Subnutrição no Iraque

Os bloqueios económicos ao Iraque continuam a tornar insustentável uma vida condigna ao povo iraquiano. A falta de condições agrava-se de tal forma que a subnutrição e as diversas doenças que proliferam no país matam mensalmente 4500 crianças com menos de 5 anos de idade. O representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância afirmou já que «a situação é desastrosa». A UNICEF anunciou que necessita de 10 milhões de dólares para fazer face às necessidades infantis mais básicas nos próximos três meses.

«Podemos provar a nós mesmos e ao mundo inteiro que a paz é mais forte que os seus detractores», afirmou o deputado do Partido Trabalhista israelita Yossi Beilin, antigo ministro responsável pelo processo de paz, numa das numerosas (e poderosas) manifestações pelo prosseguimento do processo de paz que se realizaram em Telavive, na semana passada. Resta saber como se pode alcançar essa paz, continuando Netanyahu disposto a violar permanentemente os acordos de Oslo.

O cumprimento dos acordos de paz passaria nomeadamente pela retirada das tropas israelitas de Hebron e das zonas rurais e pela libertação dos prisioneiros palestinianos. Mas a realidade é outra: a construção dos colonatos judeus prossegue, as fronteiras de Gaza e da Cisjordânia foram fechadas, as terras e as casas palestinianas de Jerusalém são confiscadas pelas autoridades israelitas. Mais: numa clara violação dos acordos de Oslo, Benjamin Netanyahu ordenou a abertura do túnel da Cidade Velha de Jerusalém e prepara-se para fazer mais túneis naquela cidade e em Hebrón.

Mas como é que um túnel pode provocar a queda de um processo de paz, por muito frágil que este seja?

Este túnel é o que resta das escavações israelitas, terminadas em 1986, para encontrar o túmulo de Salomão. Os anteriores primeiros-ministros decidiram sempre mantê-lo fechado, mas Netanyahu, numa atitude premeditada de provocação, foi para a frente com a sua abertura, mesmo contando com a oposição do seu exército. Se as escavações nessa zona prosseguirem, como foi anunciado, a mesquita árabe fica em perigo de sofrer uma derrocada.

Além das questões religiosas e urbanísticas, os palestinianos viram este projecto como a gota de água da política israelita dos últimos meses, que instalou nas suas vidas o caos económico. Trata-se de mais uma humilhação. E a Palestina não está disposta a mais uma humilhação. Segundo as declarações de paz assinadas pela Autoridade Palestiniana e pelo Estado Hebraico, ninguém pode fazer alterações em Jerusalém. Além de que legalmente, e inclusivamente de acordo com as Nações Unidas, Jerusalém é território palestiniano e Israel não tem autoridade para lá fazer qualquer modificação.

Segundo as declarações de paz assinadas pela Autoridade Palestiniana e pelo Estado Hebraico, ninguém pode fazer alterações em Jerusalém. Além de que legalmente, e inclusivamente de acordo com as Nações Unidas, Jerusalém é território palestiniano e Israel não tem autoridade para lá fazer qualquer modificação.

## Sair da crise

O que está em causa é a concretização do processo de paz, tarefa que, se de si já não é fácil, com os «falcões» no poder em Israel ainda mais difícil se torna.

O governo liderado por Benjamin Netanyahu parece irredue-



Uma das muitas manifestações que se realizaram em Israel a favor do prosseguimento do processo de paz

tível nas suas posições de força, na arrogância com que nega os acordos firmados pelos anteriores executivos em nome do Estado de Israel e nas manifestações de força do seu poderio militar contra as armas ligeiras dos palestinianos.

Afinal, como se pode sair desta situação permanecendo sempre com a bandeira branca na mão? Com resistência e diplomacia. O povo palestiniano tem demonstrado uma grande consciência política, mesmo a braços com uma taxa de desemprego altíssima e vendo os seus filhos com fome. Nos confrontos já ocorridos são praticamente só nomes palestinianos que encontramos nas listas de mortos. E eles continuam a lutar com pedras contra as balas do exército israelita.

O objectivo de Netanyahu é renegociar os acordos de paz. Esta possibilidade já foi afastada por Yasser Arafat várias vezes, partilhando a sua posição com diversos líderes mundiais.

No sábado, Hosni Mubarak afirmou que o reatamento das negociações israelo-palestinianas em Erez «incidirão na aplicação do acordo e não numa modificação desse acordo». Para o presidente egípcio, qualquer alteração não passa de «uma exigência israelita injusta», acreditando que «o êxito das negociações reside na aplicação dos acordos concluídos».

## A palavra segurança

«Compreendemos a segurança respeitante a Israel, mas a segurança não é garantida pela força», afirmou Jacques Chirac, depois do encontro que manteve com o presidente da Autoridade

palestiniana, no dia 4. «Não peço o impossível. Peço que sejam aplicados os acordos. Segurança é paz. Quando não há segurança não existe paz», acrescentou o presidente francês.

Para Mubarak, o processo de paz é o «único meio de alcançar a segurança e estabilidade» no Médio Oriente. Só uma paz justa, global e duradora pode

força não pode garantir a segurança», sublinhou.

Do lado português, Jorge Sampaio, em resposta à mensagem enviada por Arafat, considerou que «o respeito pelos compromissos internacionais constitui um elemento indispensável para relançar o processo de paz», exprimindo o empenho «de Portugal no sentido de que

tomou posição quanto à questão do processo israelo-palestiniano. Ontem à tarde, uma sua delegação entregou na Embaixada israelita, em Lisboa, um documento em que é manifestada sua «inequívoca condenação pela crise que o primeiro-ministro de Israel criou e que obstinadamente se recusa a travar», reivindicando ainda o direito

«garantir uma segurança equitativa para todas as partes e que ponha fim ao conflito que prejudicou os recursos da área durante mais de meio século». «A

o processo conduza à criação de condições efectivas de paz e estabilidade».

Também o Conselho Português para a Paz e Cooperação

autodeterminação dos palestinianos e ao estabelecimento do seu Estado nacional independente no seu território, bem como o cumprimento dos acordos de paz.

## Partido da Esquerda da Suécia visitou Portugal

A convite do Partido Comunista Português, visitou Portugal de 3 a 7 de Outubro uma delegação do Partido da Esquerda da Suécia dirigida pelo seu Secretário-Geral, Lars Ohly, e de que faziam também parte Orjan Svedberg, Secretário Internacional, e Cecilia Matsson, assessora política do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica.

A delegação do Partido da Esquerda da Suécia teve conversações com uma delegação do Partido Comunista Português dirigida por Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, e encontrou-se com Álvaro Cunhal. Da delegação do PCP faziam também parte Albano Nunes, membro do Secretariado, Manuela Bernardino, membro do CC e da Secção Internacional, e Américo Costa, membro do Comité Central.

As conversações incidiram sobre a situação nos respectivos países e a actividade dos dois partidos, a situação na Europa e no mundo, a cooperação das forças progressistas.

Particular atenção foi dada à problemática da «integração europeia», às graves consequências (sociais e políticas) resultantes da aplicação do Tratado de Maastricht e das políticas visando impor os critérios nominais para a moeda única.

Foi também examinada a cooperação entre os dois partidos, no plano bilateral e para o desenvolvimento das iniciativas multilaterais das forças progressistas.

Durante a sua estadia, a delegação do Partido da Esquerda da Suécia teve encontros com o Grupo Parlamentar do PCP, com a Comissão junto do CC para o Tra-

balho das Mulheres, com a CGTP e o Partido Ecológico «Os Verdes». Para conhecimento da actividade do poder local, nomeadamente no domínio do ambiente, a delegação efectuou visitas aos concelhos de Almada, Seixal e Évora, onde foi recebida pelos respectivos presidentes das Câmaras Municipais, e em Lisboa, visitou o Parque Ecológico do Monsanto.

Esta visita da delegação do Partido da Esquerda da Suécia a Portugal que será brevemente retribuída com a visita de uma delegação do PCP à Suécia, contribuiu para um melhor conhecimento e compreensão recíproca e para o ulterior desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre os dois Partidos.



A delegação do Partido da Esquerda da Suécia recebida pelo PCP, encontrou-se também com a Comissão junto do CC para o Trabalho das Mulheres





EM FOCO

# AÇORES e MADEIRA

## Eleições Regionais/96

### É preciso mudar

**N**ão é preciso procurar debaixo das alcatifas dos Governos Regionais da Madeira e dos Açores para se encontrar a miséria provocada por 20 anos de maiorias PSD. Ela está lá, bem visível, a escassos metros do postal turístico. É só sair do centro, dos hotéis e das praças, e entrar por uma ruela ou beco.

É só subir os degraus consumidos pelos milhares de passos de milhares de vidas de desencanto ou descer às furnas da degradação sem nome. É só entrar nos bairros dos pescadores, calcorrear os lugares perdidos dos percursos turísticos, para encontrar crianças que não vão à escola, trabalhadores explorados até ao tutano, velhos e doentes com pensões de fome, casas assim chamadas por pudor. É só abrir os olhos e ver o alcoolismo dos adultos, a prostituição infantil e juvenil, o medo generalizado das retaliações que levem o nada que se tem. É só abrir os ouvidos e ouvir as queixas de homens e mulheres que hasteiam nas janelas bandeiras laranja e decoram as casas com a «Última Ceia», tementes ao PSD na terra como ao seu Deus no céu. É esta realidade que a CDU se propõe transformar. Pelo direito à vida, ao trabalho, à dignidade.

Por um futuro com direitos, pelo direito ao futuro.

AF



**MADERA** A modernidade na Ilha não passa de um panfleto publicitário do Governo Regional de Alberto João Jardim, ou de nome de um qualquer estabelecimento. A realidade, essa, é bem diferente, como testemunha o trabalho infantil, captado ao virar da esquina em Câmara de Lobos, numa obra do próprio Governo. Uma realidade tanto mais dramática quanto se sabe que o menino da foto, a trabalhar quando deveria estar a estudar ou a brincar, é um menino «com sorte». Outros há para quem o único caminho de fuga à miséria é a prostituição e a marginalidade. Esta é a imagem negra da Madeira, fruto de 20 anos do domínio PSD/Jardim.



**AÇORES** Os Açores sofrem graves problemas a nível económico, agravados pelas políticas da União Europeia: as empresas começam a ser estranguladas; a lavoura e a agricultura passam dificuldades enormes, seja pelo problema do escoamento e colocação no mercado, seja pela falta de uma rede regional de abate e de preços de transportes compatíveis; as grandes superfícies instaladas destruíram o comércio. O PSD tem uma política de «meter a cabeça na areia» e não contraria as posições comunitárias e o PS diz apostar na «diversificação», mas sob uma perspectiva tecnocrática. No fundo, ambos visam o desmantelamento da produção principal: o leite e a carne. A não existência de maiorias absolutas, aliada ao reforço da CDU seria determinante para o aparecimento de um equilíbrio salutar das forças políticas e da tomada de decisão na Assembleia Legislativa Regional.

➔



AÇORES

## «Boca santa...!»

Os Açores, região sub-povoada, dividida em nove ilhas e a mil milhas do Continente, tem particularidades que quer ver resolvidas a nível das políticas regionais, nacionais e comunitárias.

Na defesa dessa reivindicação está desde a primeira hora a CDU que, aproveitando esta campanha eleitoral, tem dado a conhecer aos açorianos, de forma mais desenvolvida e sistematizada, as suas posições, quer em relação a estas políticas quer no que respeita à necessidade de rejeitar novas maiorias absolutas e dar um maior equilíbrio à vida política regional.

Três dias passados em S. Miguel permitiram ao «Avante!» acompanhar os candidatos da CDU nos contactos pessoais que mantiveram com a população.

José Decq Mota, coordenador regional do PCP/Açores e cabeça de lista pelo círculo de S. Miguel, Manuela Medeiros, Mário Abrantes, Mário Lemos, Natividade Vieira, foram alguns dos candidatos que, divididos por equipas, «bateram» durante estes dias freguesias, vilas e zonas da ilha, como Água de Pau, Ribeira Chã, Rosário e Santa Cruz da Lagoa, Livramento, S. Roque, Fenais da Luz, S. Vicente Ferreira, Capelas, Feteiras, Pedreiras, Vila do Nordeste e Fazenda.

Não conhecesse o «Avante!» a votação que a CDU tem na região que, pelas manifestações de simpatia e palavras de estímulo aos can-

didatos a que assistiu na sua digressão, pensaria tratar-se de uma força política com uma forte expressão eleitoral, a «pedir meças» às maiores.

De facto, palavras como «desta vez metemos o homem!»; «desta vez voto em vocês. Vocês fazem lá falta»; «vinte anos é muito. É preciso mudar»; ou ainda «já mudaram algumas figuras do presépio mas é preciso mudá-las todas», ouviam-se em todo o lado. Mesmo nas caras que não expressavam alegria ou adesão não se vislumbrava também qualquer sentimento de hostilidade.

E os candidatos lá iam explicando que as maiorias absolutas «servem para calar a voz aos que dela mais precisam», que é fundamental a eleição de candidatos da CDU para a Assembleia Regional de forma a equilibrar a vida política regional; que para que a mudan-



As maiorias absolutas servem para calar a voz dos que dela mais necessitam, explica Decq Mota, cabeça de lista da CDU por S. Miguel.

ça se verifique «é preciso votar CDU no dia 13», enfim, que a «CDU quer uma vida melhor para os que estão pior» e «dá voz aos que não têm voz».

A passagem do carro de som que acompanhava os candidatos na sua acção de propaganda as pessoas acenavam. Quando se parava, as crianças acorriam, sempre à espera de alguma coisa que, neste caso,

## Decq Mota, em entrevista:

# Em S. Miguel, CDU quer reconquistar mandato

Na sua deslocação à Ilha de São Miguel, nos Açores, acompanhando a campanha eleitoral da CDU para as eleições legislativas regionais, e aproveitando um intervalo para almoço, o «Avante!» entrevistou José Decq Mota, cabeça de lista por este círculo eleitoral, membro do Conselho Nacional e coordenador regional do PCP/Açores, que nos deu conta dos objectivos e perspectivas da CDU para o próximo dia 13 de Outubro.

**P - Que balanço podes fazer, enquanto cabeça de lista por S. Miguel e coordenador regional do PCP, desta primeira semana de campanha eleitoral e contactos com a população?**

Decq Mota - No que respeita à CDU, a campanha tem sido demonstrativa de uma boa adesão popular. Mas gostava de frisar que, em termos de comparação com campanhas anteriores, se verificam diferenças acentuadas. Hoje não se nota apenas uma posição de respeito, de alguma consideração. Mais do que isso, nota-se em vários estratos e camadas uma posição de apoio, com muita gente a referir a necessidade de a CDU manter uma presença parlamentar e eleger pela ilha de São Miguel o candidato que não conseguiu em 1992 ou em 88.

**E em relação à campanha no seu todo?**

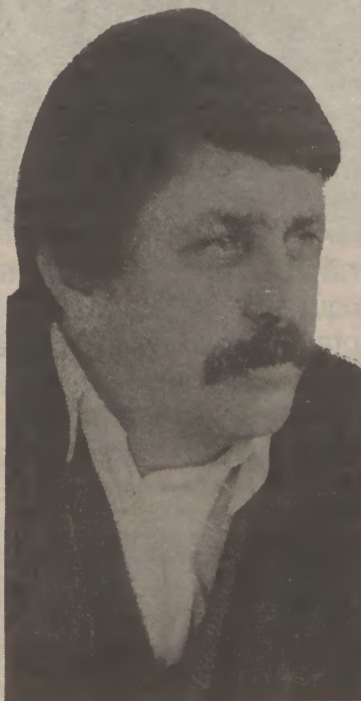
No seu conjunto, esta primeira semana de campanha assentou pela parte dos dois partidos maiores em dois traços que me parecem extremamente negativos. O primeiro é a campanha de promessas demagógicas, que não têm a ver com a realidade, e o outro é a guerra de sondagens que agora surgiu.

Penso que a CDU faz um esforço muito sério para que a campanha seja de divulgação, de debate, de apresentação de propostas e que esse esforço não é feito pelas outras forças políticas.

Até ao início da campanha, não se havia imposto a bipolarização redutora de outros anos, nomeadamente de 92. Resta saber, neste momento, qual é a situação. Mas, se as coisas continuarem como estão, penso que a CDU tem possibilidades de atingir os seus objectivos: expandir-se eleitoralmente, reconfirmar o mandato nas Flores, reconquistar o mandato de S. Miguel.

**Mas há o perigo de esta bipolarização que as sondagens estão a tentar fazer ressurgir, levar o eleitorado a votar útil e, consequentemente, diminuir a votação na CDU?**

Exactamente. A ideia que tenho, como disse, é que até ao início da campanha a bipolarização não se tinha imposto de forma tão drástica como nos anos anteriores. Por várias razões, nomeadamente pelo facto de haver uma mudança considerável no quadro político regional que leva a que muita gente repudie hoje as maiorias absolutas. Mas também porque essa mudança incluiu o aparecimento de dois líderes nos partidos maiores, que são menos carismáticos e, portanto, com menor capacidade de, por si sós, gerar a bipolarização.



“Região Autónoma dos Açores (...) tem direito de acordo com as suas possibilidades e potencialidades próprias”

Mas está a ressurgir...

É absolutamente clara a existência de manobras políticas que procuram fazer aparecer a bipolarização. Refiro certas denúncias públicas, mais ou menos artificiais, que apareceram na comunicação social neste dia; refiro a divulgação de sondagens contraditórias e de resultados diametralmente opostos; refiro todo um ambiente mais ou menos emocional que, quer o PSD quer o PS, estão a procurar criar para marcar esta última semana de campanha.

A nossa resposta tem que ser firme mas serena, mantendo, claro, esta linha de esclarecimento no sentido de que, para não haver maiorias absolutas e se conseguir maior equilíbrio no futuro, a CDU tem que crescer.

**Em relação ao futuro, vença o partido que vencer, qual virá a ser a postura da CDU, nomeadamente no que respeita à viabilização da actividade governativa?**

É muito importante ter-se em conta vários factores na definição dessa orientação. O primeiro factor é considerar que a Região Autónoma não é uma autarquia - é mais - mas também não é um Estado - é menos. A Região Autónoma tem competências perfeitamente definidas, a sua Assembleia Legislativa e o Governo Regional também e, portanto, toda a política de alianças, ou de cooperações, ou de convergências, tem que ser concebida tendo em conta essas competências e não outras que esses órgãos não têm. Acho que é importante.

Mas como pensa agir a CDU?

A nossa postura terá que ser balizada necessariamente à volta das seguintes ideias fundamentais: primeiro, a CDU não será uma força de bloqueio; segundo, será uma força que procurará contribuir para aquilo que é essencial nos Açores - equilíbrio. A vida política regional está profundamente desequili-

brada. Esta é uma região, um arquipélago, com 240 mil pessoas, com opções orçamentais muito erradas nos últimos anos e desaproveitamento de recursos em termos práticos. A CDU procurará usar a influência institucional que tiver no sentido de haver uma mudança com conteúdo, que vá no sentido do equilíbrio. Procurará fazê-lo sempre com bom-senso, de maneira a que os cidadãos em geral e os eleitores da CDU em especial percebam o carácter positivo, transformador e inovador de terem votado na CDU.

Nesta Região Autónoma há muitas coisas que se podem e devem fazer, mas isso passa pela existência de uma perspectiva de realização com bom senso nas várias forças políticas. Muitas questões que não têm a ver com problemas políticos ou ideológicos de fundo, mas com a necessidade de desmanchar lobbies, grupos de pressão, grupos de interesses...

**Estás a querer referir-te a medidas próprias para a região, que esses grupos entravam?**

Exactamente. Em relação aos Açores, temos que pensar sempre a três níveis: aquilo que a própria região tem competências para resolver e aquilo que depende do enquadramento, sendo que o enquadramento é definido pelo Estado e pela União Europeia.

Em relação à União Europeia, a questão principal reside na inexistência de um reconhecimento permanente de que a distância - esta ultraperiferia, esta insularidade distante - , marca e condiciona profundamente a vida regional.

Só com esse reconhecimento permanente pode haver medidas permanentes de redução dos custos económicos acrescidos que os transportes geram nos dois sentidos. A União Europeia tem fugido a esse reconhecimento permanente, tem preferido encerrar a situação com programas datados, com programas conjunturais.

Que não resolvem, naturalmente, a questão...

Claro! Não é possível encontrar-se medidas de viabilização desta economia, dentro do princípio de que a Região Autónoma dos Açores (ou a economia regional) tem direito a existir de acordo com as suas possibilidades e potencialidades próprias, se a insu-

era um autocolante e (se havia e enquanto havia) uma fita para a cabeça. Para os adultos havia as palavras de esclarecimento, a lista de candidatos.

Como nota curiosa, a merecer registo, é o facto de, por todo o lado por onde os candidatos da CDU passavam, surgir a inevitável pergunta: «E as camisolas? Então, não trazem camisolas?», a que sempre se seguia uma resposta que variava consoante o candidato que respondia: «Não, as camisolas são para comprar votos», «Quem pensa você que paga essas camisolas?», «As camisolas são “miolos” que esses partidos dão antes das eleições para depois tirarem o pão»; ou ainda «As camisolas que vos estão a dar é dinheiro que vos estão a tirar». E quase invariavelmente as pessoas concordavam ou baixavam a cabeça em sinal de aprovação, chegando a ouvir-se um «boca santa...!», vindo... de uma boca santa.

No fim do dia, no «regresso à base», apesar de confiantes e satisfeitos com o acolhimento recebido, os candidatos aconselhavam a repórter do «Avante!» a não se iludir demasiado porque - ensináveis a experiência - quando chega o momento de votar... as peias são muitas ainda. E para além de 48 anos de fascismo, pesam sobre esta ilha outros 20 de um poder assente nas intrincadas malhas do compadrio e dos altos interesses.

■ Margarida Folque

## Quando estendal é força

laridade distante não for reconhecida como gerando a necessidade de regras diferentes, de alterações a regras e de certos apoios.

Em relação ao Estado, para além da solidariedade nacional que está consagrada na Constituição e no estatuto da Região Autónoma, para além da cooperação institucional que tem que haver entre os órgãos de governo próprio e os órgãos de soberania, é absolutamente fundamental que o Estado se envolva no processo de desenvolvimento da Região, sem quebra da autonomia regional, em cooperação.

Situações como as que resultam do facto, por exemplo, de trabalhadores por conta de outrem nos Açores ganharem 12 por cento menos, em média, do que o que se ganha no Continente, ou de o custo de vida nos Açores ser o mais alto de todo o País, etc., são situações que têm que ser resolvidas. Têm que ser resolvidas com equilíbrio. Não é de um dia para o outro, mas tem de se caminhar para isso e nos últimos anos tem-se alargado o fosso existente, fosso que não pode ser mais alargado.

A cooperação entre a Região e o Estado na equação destes problemas e na sua resolução é fundamental.

**Para terminar: estás confiante num bom resultado? Muito confiante!**



depois me apercebi que, com aquela triste exibição de novotismo, os dois maiores partidos da Região - PSD e PS - pretendiam, ao despique, fazer prova de qual dos dois tinha a mais força e influência! Não está em causa o direito que assiste às forças políticas de divulgar as suas posições e siglas, de expressar as suas

opiniões através da afixação de propaganda. Muito mal iria uma democracia se assim não fosse... Mas o que se vê em Ponta Delgada ultrapassa os limites do razoável, tocando as raíças do insulto. Insulto a um povo que sobrevive à custa de muito sacrifício. Isto, para não falar do tremendo mau gosto de tudo aquilo...

MADEIRA

## Chegou a altura de dizer Basta!

A natureza foi generosa com a Madeira, mas o mesmo não se pode dizer dos homens que há 20 anos lhe conduzem o destino. Bilhete postal à parte, as carências proliferam como cogumelos. Acompanhar a CDU nesta campanha eleitoral para as eleições regionais de domingo, é ter o privilégio de uma visita guiada ao que o Governo Regional do PSD/Madeira de Alberto João Jardim tanto se empenha em ocultar.

Longe dos holofotes das inaugurações oficiais das obras de fachada terminadas à pressa - há palmos de estrada inaugurados antes mesmo do alcatrão secar e edifícios com telhados a desabar mal os corta-fitas voltam as costas -, onde se esgotam recursos do erário público de forma verdadeiramente criminosa, encontra-se o flagelo das habitações degradadas, o desemprego oculto, as altas taxas de mortalidade infantil, o analfabetismo, a pobreza e a exclusão social que não é possível esconder.

Edgar Silva e Mário Tavares, cabeças de lista da CDU pelo Funchal e Câmara de Lobos, respectivamente, conhecem como a palma das mãos estes problemas. Tal como os conhecem Leonel Nunes, Rui Nepomuceno, Carlos Cunha (Verdes) e Deolinda Fernandes, candidatos pelo Funchal, Fátima Gonçalves (Verdes), candidata por Santa Cruz, e Silvério Alves, candidato por Machico.

Todos eles, acompanhados por uma equipa incansável que cola cartazes, pendura faixas, distribui documentos, dinamiza convívios, promove debates, organiza contactos porta-a-porta, estão a contribuir de forma decisiva para a Madeira, independentemente do que vier a ser o resultado eleitoral, dê um salto qualitativo na tomada de consciência política e no desenvolvimento de uma verdadeira democracia participativa.

Para quem chega de fora, é tocante ver a dedicação, a alegria, a coragem, o empenhamento, a dignidade e o profundo humanismo de quantos, com a CDU, estão a travar esta batalha.

Importa dizer que não é fácil. Não é fácil porque escasseiam os meios e sobejam hostilidades de quem se sente ameaçado nos seus privilégios, mas não é fácil sobretudo porque a gravidade dos problemas doí fundo em quem lhes conhece as causas e sabe das soluções para lhes pôr cobro.

### Um retrato negro

É impossível não sentir uma profunda revolta quando se visitam casas (?) onde famílias inteiras dormem no mesmo quarto, enquanto se ouve Jardim ridicularizar as exigências de habitação condigna. Só no Funchal, pelo menos 45000 pessoas vivem em casas mal dimensionadas. Em Câmara de Lobos, cerca de 10000 pessoas vivem em habitações degradadas e a abarrotar de gente.

É impossível não sentir uma profunda revolta quando se sabe que o analfabetismo na Região afecta 34 por cento da população (chega aos 50 por cento em Câmara de Lobos), e que o Governo de Jardim gasta todos os meses 5000 contos para a manutenção do campo de golfe da Santa Serra.

E que dizer de Santa Cruz, uma terra linda que cheira mal, cujo conchelo, chamado a Sintra da Madeira, foi escolhido para caixote do lixo da Ilha? A lixeira, instalada lá bem no meio do verde sem estudos de impacto ambiental nem cautelas de impermeabilização dos ter-

renos, está a poluir as águas de rega e de consumo. E é neste conchelo, onde a água abunda, que a falta de água mais se faz sentir, porque as autoridades não hesitam em desviá-la para os hotéis, para as piscinas, para os campos de golfe.

Que dizer do Jardim da Serra, onde duas décadas de trabalho do padre Tavares frutificaram numa Cooperativa de Bordados, numa Cooperativa de Consumo, num centro paroquial, e sobretudo na coragem e na unidade dos seus habitantes, ainda sem centro de saúde e Junta de Freguesia no centro, sem acessos?

Que dizer da Câmara de Lobos, o maior centro de analfabetismo da Europa, onde a pesca está a ser desmantelada, tal como a agricultura? Onde a população ribeirinha está a ser escorraçada para a encosta, em bairros sem quaisquer estruturas - nem um simples parque infantil - como os da Argentina e Malvinas?

Que dizer dos Alamos, o lugar onde durante três anos o padre Edgar teve como único tarefa dizer a missa da manhã - na vã esperança de lhe calar a revolta e cercar os passos na defesa dos desprotegidos -, ainda à espera da recuperação da capela local, de um apoio eficaz a pensionistas e idosos, da passagem da Freguesia?

Que dizer dos meninos de rua, os meninos das caixinhas, obriga-



Os problemas da habitação são particularmente graves na Madeira. Milhares de pessoas viveram toda a vida em barracas; outros, desalojados para dar lugar a complexos turísticos, foram desalojados e metidos entre quatro paredes, longe do mar que é a sua fonte de (parcos) recursos



dos à prostituição e à mendicância, sem outro apoio que o trabalho militante de Edgar Silva e de uns quantos carolas, que por não terem medo de mergulhar na barriga da miséria que a maioria prefere ignorar e reprimir, já foram acusados de defensores da criminalidade, da prostituição, da homossexualidade?

Que dizer do desemprego que grassa por todo o lado, como ainda agora sucedeu no Hotel Atlântis, fechado por Fernanda Pires da Silva?

A resposta é simples e todos os candidatos da CDU a repetem: chegou a altura de dizer Basta!

Chegou a altura de perder o medo. Chegou a altura de seguir exemplos de coragem e luta como o de Leonel Nunes, coordenador regional do PCP e membro do Comité Central, que durante 18 anos batalhou na Justiça - e ganhou - para ser reintegrado no seu posto de trabalho.

Chegou a altura de acordar. Chegou a altura, como não se cansam de repetir o padre Edgar e o padre Tavares, de deixar as inaugurações de alcatrão e inaugurar os direitos do povo



Texto e Fotos  
Anabela Fino

MADEIRA

Com a CDU

# Em nome do Povo

Entrevista com Edgar Silva e Mário Tavares

**A**mbos são padres, ambos são candidatos da CDU à Assembleia Regional da Madeira, ambos deixaram o sacerdócio para se dedicarem à muito terrena tarefa de defender na acção política os direitos dos madeirenses desprotegidos, marginalizados, explorados. Representam duas gerações diferentes, com diferentes vivências. Em comum têm a inquietação, a rebeldia, a coragem de dar a cara e o profundo humanismo dos homens livres. Nos caminhos da serra, um, nos caminhos dos meninos de rua e dos marginalizados, outro, ambos encontraram a miséria de um povo que é um verdadeiro libelo acusatório a um regime autocrático que há 20 anos subjuga a Madeira, essa paródia da democracia implantada depois de meio século de fascismo. Encontraram-se. Nesta campanha já lhes chamaram tudo, desde a dragões vermelhos a defensores do crime e da prostituição. Abriam brechas no Poder instalado. Com a CDU, em nome do Povo, propõem ser a voz que não se cala na Assembleia Regional, deputados sem rabos de palha.

Começemos por conhecer um pouco da vossa história. Como é que chegaram à política?

**Mário Tavares** - Eu sempre andei na política, porque sempre fui um intérprete concreto dos conceitos doutrinários que o cristianismo transporta. Se se falava das bem aventuranças, do exercício da caridade, da justiça, dos humildes, dos pobres; se se falava do irmanismo humano, tudo isso me inquietava. Está visto que fazia uma leitura muito restrita, por viver cá na Madeira. Fazemos a leitura das coisas a partir da fotografia que se tem, do espaço onde a gente circula.

Sempre viveu na Madeira?

**MT** - Quase sempre, apesar de ter sido capelão militar, o que me levou durante quatro anos ao Continente. Com os meus 62 anos já tenho uma história velhota. Tenho uma formação muito mediana, nunca fui brilhante em nada... bem, mas eu brilho quando o sol bate (risos)...

De qualquer forma, sempre fui inquieto, e era considerado, mesmo no Seminário e nos estudos, como um indivíduo do contra, sempre insatisfeito.

Era um rebelde?

**MT** - Não era muito rebelde, era um homem em quem a instituição não depositava muita confiança. É curioso que durante todos os anos em que estive no Seminário nunca me tenham atribuído qualquer tipo de responsabilidade. Havia sempre um «mas» que me distanciava. Porque eu era questionante.

Depois apareceram os problemas da guerra. Nessa altura, um grupo de padres desenvolveu aqui um trabalho muito importante, de uma certa contestação, a partir do Movimento de Acção Católica. O Seminário chegou mesmo a receber visitantes, que vieram fazer uma crítica ao monolitismo religioso vigente, implementado por um bispo que durante 40 anos trouxe isto amarradinho.

É curioso verificar que os assistentes do Movimento ficaram quase todos pelo caminho, marginalizados ao nível da diocese. Aqueles que reflectiam e tomavam posições a partir da doutrina para a aplicar eram logo questionados. A sua acção era considerada um produto não oficial, porque não era o produto do pensamento do bispo.

Nos finais da década de 60, aquando da nomeação de um novo bispo, dá-se um caso interessante. Cerca de duas dezenas de padres assinam um documento declarando que querem um bispo que tivesse noções pastorais, de desenvolvimento. Era um documento reflectindo as ideias que estavam na base do Concílio do Vaticano II, em particular o que respeitava aos direitos do Homem. Esse documento passou aí de mão em mão, até que um habilidoso se lembrou de enviar uma cópia para a Infor-

mação Católica Internacional...

Um habilidoso se calhar chamado Tavares...

(Risos) **MT** - Por acaso até fui eu. Eles fizeram um resumo e publicaram. O mesmo fez uma revista italiana. Isto atrapalhou de tal modo a Igreja que durante dois anos o Vaticano não se atreveu a colocar cá um bispo. Durante esse tempo estivemos entregues ao vigário-geral, Agostinho Gonçalves Lopes. O controlo da situação tornava-se cada vez mais difícil,

com a democracia prestes a rebentar e a ditadura cada vez mais velha. É nessa altura que é nomeado o bispo Francisco Santana para a Madeira. Só devia vir para cá em Outubro, mas, como se deu o 25 de Abril, foi logo mandado à pressa em Maio, para segurar isto.

O que significa «para segurar isto»?

**MT** - Francisco Santana era assistente da *Stella Maris*, que estava entregue ao genro do Américo Tomás, o Tenreiro, ou seja, estava bem relacionado com o poder de posto. Ele chega e faz a montagem do PPD, que reúne tudo o que era da Acção Nacional Popular. É então que aparece Alberto João Jardim, metido no Jornal da Madeira como redactor principal e director. Começam então as grandes manobras de intimidação, com a Flama, as bombas, as acusações aos comunistas... Hoje sabe-se que tudo isso foi montado a partir da Igreja e da direita - até o Jardim, agora que o tempo passou e não pode ser acusado de nada, já disse que também andou metido nisso -, mas a pressão foi tanta que deixou marcas profundas.

Que aconteceu aos padres contestatários?

**MT** - Depois do 25 de Abril, toda a movimentação concentrada dentro da Igreja veio ao cimo e derramou-se, dando origem a partidos políticos. As áreas vivas da Igreja dispersaram-se por todos os partidos.

E o Padre Tavares?

**MT** - Eu estava numa paróquia distante, na serra; ninguém ia lá bater. Faziam a cintura por baixo do Estreito e não iam para a serra. Esqueceram-se é que o trabalho feito lá em cima derramava-se para baixo. Eu estava numa zona que não atrapalhava muito, uma zona meio marginalizada, mas acontece que cresceu, ganhou autonomia, e hoje marca já uma certa presença.

Está a falar do Jardim da Serra, em Câmara de Lobos?

**MT** - Pois. É uma freguesia com quatro mil habitantes, que se tem vindo a valorizar. Mas estou para aqui a falar e o Edgar ainda não abriu a boca...

“Para a aplicação do rendimento mínimo garantido, para a discussão dos problemas sindicais, para a questão da polivalência e da flexibilidade, a fé não tem qualquer relevância”

**Edgar Silva** - Estou a ouvir...

**MT** - Está a ouvir, estás de castigo... Mas então, como ia dizendo, depois aparece o «desastre» do padre Frederico, que envolve a diocese e o bispo. O temor instala-se. O

PPD, nascido do bispo - o bispo podia ser o número um do PPD - envolve-se na questão. Quando o caso se torna público, o Jardim sai em defesa da Igreja. O poder político e o poder religioso dão-se as mãos para se segurar. O bispo faz umas declarações malucas, o Alberto João faz outras tantas tontas.

Foi isso que fez com que eu «saltasse». Agora não, pensei, isto é uma escandaleira, eu sou padre, ninguém vai ter coragem de acusar o Frederico porque isto anda tudo manietado, não posso ser conivente com esta situação. Vim para a rua.

Daí até à CDU, como foi?

**MT** - Aproveitei as eleições de há quatro anos para entrar no debate. É claro que podia fazer uma contestação da situação através dum documento, um artigo de opinião, mas o mais provável é que nem fosse publicado; podia fazer umas declarações na paróquia, mas isso também não dava nada, como a experiência já me tinha mostrado. Então preparei-me e vim propor ao PCP se me aceitava como cabeça de lista da CDU.

O meu objectivo não era ocupar um lugar no Parlamento. O que eu queria era contestar, tornar público uma série de coisas, denunciar e acusar a conivência da Igreja com o Poder. Denunciar a violação dos direitos do homem, contribuir para desenvolver a democracia.

Em suma, quis aproveitar a ocasião para fazer uma brecha.

Não pensei em ocupar o cargo, porque entendia que aqui não havia um deputado, havia uma equipa, havia eleitores. Sempre disse que não tinha o direito de tomar para mim os votos do PCP porque eu não sou do PCP, sou independente, sou padre, tenho o meu referencial, não preciso ser filiado num partido para debater os direitos democráticos.

Mas acabou por ocupar o cargo. Mudou de ideias?

**MT** - Fui pressionado. Nessa altura houve tanta gente católica que votou em quem deu a cara, que seria um bocado feio não aceitar o cargo.

Ao contrário do Padre Tavares, Edgar Silva tem insistido em desligar a sua candidatura da condição de padre. Porquê?

**ES** - Eu não renuncio à minha identidade de cristão, que é um percurso e uma identificação que eu assumo. Acho é que a candidatura não tem nada a ver com essa condição eclesial. A candidatura surgiu de algumas conversas que fomos tendo, até que fui directamente convidado, com o objectivo de alargar o espaço de intervenção da CDU.

O intervív politicamente já vinha acontecendo a partir de outras áreas de intervenção: a partir da reflexão, dos encontros de diálogo... Para além disso, havia já um trabalho que tinha a ver com o empenhamento social, com implicações políticas, nos bairros socialmente mais desfavorecidos no Funchal e Câmara de Lobos.

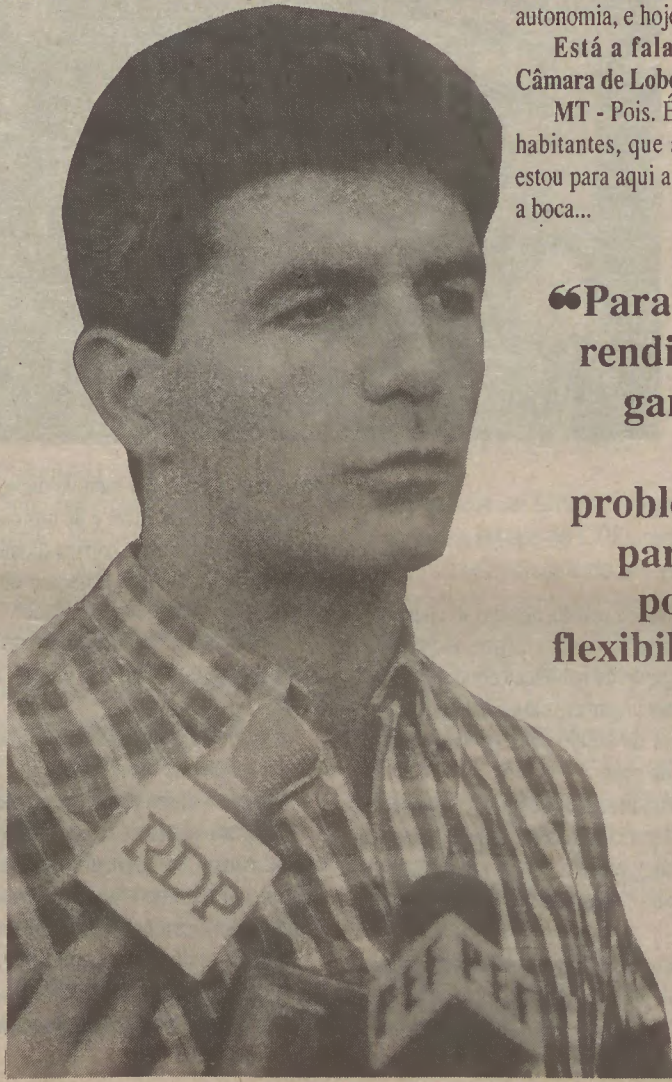
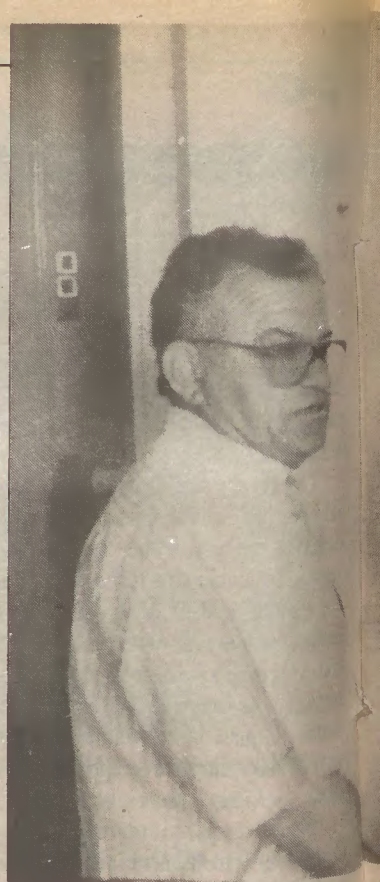
Há mais de dez anos que procuramos criar um movimento que tenha um enraizamento social e uma dimensão de organização e intervenção política.

O que é um dado novo é esta perspectivação e este enquadramento a nível político-partidário. Pessoalmente, achei que era importante não conferir especial relevância ao facto de ser padre ou ao facto de ser católico. A dimensão confessional, as nossas opções religiosas, bem como outras opções, têm a ver com um conjunto de valores que são pessoais, individuais. Acho que o que deve ficar à consideração dos cidadãos são projectos políticos para os quais essas expressões confessionais não podem ser consideradas relevantes nem decisivas.

A dimensão religiosa não deve enformar os projectos políticos, é isso?

**ES** - Precisamente. O caso da CDU é um exemplo flagrante, no seu âmbito coexistem pessoas que se assumem como católicas, não crentes, de outras confissões religiosas, ateus, agnósticos... Há um pouco de tudo, e esse é um valor muito importante. A questão religiosa é muito delicada, que é necessário lidar e gerir com cuidado, sob pena de regredirmos muito em aspectos decisivos que são das grandes conquistas da civilização, sobretudo a partir da Revolução Francesa. Estou-me a referir à clara demarcação não só entre o poder político e o poder religioso, mas a algo de mais importante, que é a dinâmica da secularização e da laicização.

A laicidade é dos aspectos mais importantes e dos maiores progressos das sociedades europeias. Ao contrário de alguns paí-





## EM FOCO



A campanha eleitoral da CDU, em que se destaca a participação dos candidatos Mário Tavares e Edgar Silva - na foto da esquerda - tem conquistado a simpatia e o apoio populares



ses islâmicos, onde a questão religiosa é decisiva, nas sociedades europeias, felizmente, esse tem sido sempre um factor ultrapassado. O aprofundar as exigências da laicidade é muito importante, porque o espaço do laico, da mundaneidade, do profano, é onde todos nos podemos encontrar para além das nossas diferenças. É aí que entram os grandes projectos políticos.

Nos projectos políticos, o que tem de ficar à consideração dos cidadãos é: quais são as propostas para o desenvolvimento, um desenvolvimento com direitos sociais; quais as propostas para a redistribuição da riqueza e para um desenvolvimento que garanta uma sociedade sustentável e com qualidade de vida. Estas são os grandes referenciais que têm a ver com as grandes opções políticas, onde as expressões do religioso não têm que ser decisivas, pois essas são as que nos dividem. As questões que nos dividem não podem ser relevantes para a organização da sociedade.

Essas considerações suscitam várias questões. Não podemos confundir a opção religiosa, no domínio da fé, com a opção de vida organizada no seio da Igreja, que é justamente o que distingue os padres dos crentes. Por outro lado, a afirmação de que a religião é o que nos divide...

ES - Como as opções noutros domínios, tudo o que tem a ver com os valores que se perfilham.

... remete-nos para os fenómenos de crescimento de Igrejas paralelas à Igreja católica que se registam nas sociedades ocidentais. As questões da cidadania, dos projectos políticos, não podem ser afectados por estes aspectos?

ES - A dimensão religiosa é algo que é muito importante e merece o maior respeito na vida das pessoas e na organização das sociedades. A liberdade de opção a esse nível deve ser a mais alargada; agora, embora sejam dimensões fundamentais da vida das pessoas, e que têm também uma expressão social, é preciso não esquecer que numa sociedade laica não devemos ter uma religião, uma ideia, um conjunto unívoco de valores, mas sim muitas religiões, diversas ideias, a mais vasta pluralidade de opções. Isso é o que define uma sociedade laica. Esta é uma perspectiva do que poderá ser uma organização da sociedade.

O ser católico, ou o ser padre, que é o meu caso, não tem nada a ver com o facto de estar na CDU. No interior da Igreja, o padre, no conjunto dos outros católicos, não tem nada de essencialmente diferente que o diferencie dos outros cristãos. Quanto muito, tem uma obrigação de radicalidade nas suas opções.

E não tem obrigações de obediência em relação à hierarquia da Igreja?

ES - Tem sobretudo obrigações de obediência à consciência. Só entendo a Igreja como o grande espaço da liberdade, da pluralidade de opiniões, da diversidade das sensibilidades. No interior da Igreja católica nem todos pensamos as mesmas coisas à cerca dos mesmos problemas.

No interior da Igreja há diversidade, e sempre que procura ofuscar essa sua dimen-

são da pluralidade é infiel à sua identidade. Desde as suas origens, a Igreja católica é um espaço alargado de pluralidade de vivências, de interpretação da fé, de referências diversas. Naturalmente, nem todos nos referenciamos em relação à Igreja da mesma forma.

Actualmente, nenhum dos dois exerce a actividade de padre?

MT - Neste momento, não tenho nenhuma obrigações, nenhuma responsabilidade de actos pastorais para com a diocese. Sou padre, mantenho-me como padre, tal como o Edgar, mas não tenho qualquer actividade, a não ser num recurso, se me pedem.

Mas podem continuar a exercer, se quiserem? O Edgar, há uns tempos, celebrou um casamento que outro padre se recusou a fazer...

ES - É verdade. Era um casal, em que um deles era divorciado...

MT - E casaste-os. Criaste o conflito dentro da Igreja. Fizeste bem. Ele tem de entrar, para ser tratado...

Mas isso pode ser feito?

ES - Pode, não fomos expulsos, nem excomungados...

MT - Não temos nada de penalização. A Igreja é um espaço de vivência da doutrina. E também há uma disciplina. E os julgadores da disciplina, para terem as coisas em mão, para amarrarem. A disciplina pode ser um serviço de dentro, e não uma regra penalizadora que penaliza a doutrina, que provoca o decréscimo da própria vivência. Estamos aqui perante pessoas e sociedade. A sociedade cresce e ganha saúde na medida em que os direitos das pessoas são exercidos. Numa sociedade de direitos legislados, o direito em si, de um modo geral, vai entrar em conflito com as directivas jurídicas, as quais, muitas vezes, são fruto do debate de quem está instalado e faz a leitura a partir da sua ponta de segurança, de vigilante, e tantas vezes não respeita o direito e até o penaliza. É o que está acontecendo.

Se as pessoas saltam para os direitos, se saltam para o espaço da liberdade - fundamental para a realização humana -, sejam católicas, sejam ateias, sejam o que foram, se têm a preocupação de salvaguardar o espaço de liberdade a que todos têm

**“O nosso trabalho está todo nas brechas. O que fazemos é tentar roê-las a ver se elas alargam”**

direito, dá-se o entendimento pleno.

É o que acontece na CDU. Não quer dizer que não haja outros espaços, mas a CDU, até agora, tem dado este espaço.

Lamento é que dentro da Igreja haja um exercício disciplinador, de arrumação num quadro hierárquico, que não é favorável à doutrina, não é favorável ao direito que a própria doutrina comporta, nem

ao seu próprio crescimento. A Igreja funciona um pouco de costas para si própria em relação ao futuro e à sua função social.

Essa tem sido uma das características da Igreja católica ao longo dos tempos, sempre muito ligada ao Poder, interferindo directa e indirectamente no exercício do Poder, muitas vezes da pior forma. A Madeira é um exemplo disso.

ES - Gostaria de voltar à questão de que a dimensão confessional não deve ser relevante quanto à opção política. Os católicos não têm um espaço de intervenção partidária definido. Isso cabe às opções que cada um deve poder fazer de forma plural. É curioso verificar que isto contraria o discurso tradicional, pois normalmente, segundo certas perspectivas mais conservadoras, os católicos poderiam ir quanto muito até ao PS e a partir daí seria tudo muito complicado. Ora, não há um partido dos católicos, nem partidos proibidos aos católicos. Mesmo no interior do mesmo partido, o ser católico não é relevante. E porquê? Porque a fé é inútil para pensar a sociedade.

A luz da fé, não se pode ter uma leitura técnica ou uma leitura política dos problemas que se colocam à sociedade.

Dos problemas ou da forma de resolver os problemas?

ES - De ambos. Por exemplo, para a aplicação do rendimento mínimo garantido, para a discussão dos problemas sindicais, para a questão da polivalência e da flexibilidade, a fé não tem qualquer relevância. A fé não traz nada de novo para a resolução desses problemas. A fé tem essa dimensão da inutilidade, não serve para nada.

E não será que a fé, pensada em termos de organização religiosa, condiciona as pessoas na luta pelos seus direitos? A Madeira não é um exemplo disso?

ES - Há uma determinada maneira de ver e interpretar o religioso que condiciona o ser pessoa e o assumir o humano, é verdade.

Existem vários modelos dentro da Igreja. Um modelo de exploração, de resignação...

Que a Igreja fomenta...

ES - É verdade. Essa paixão pelo sofrimento, pela dor... Mas também existem modelos mais libertários, lutadores, intervenientes. Onde a subjugação é maior, é onde impera o modelo de Igreja que é o modelo servilista. Aqui na Madeira, o modelo servilista triunfou. Servia que nem uma luva aos que dominavam a sociedade, aos grandes senhores, aos que dominavam os grandes círculos económicos.

Na faixa sul da ilha, com a cana-do-açúcar, imperou a escravatura até ao século XVII; o regime de colónia, completamente feudal, imperou até aos nossos dias. Aqui, neste regime de exploração do humano, o discurso servilista, sacralizando a exploração, cai que nem uma luva. É o discurso do é importante sofrer, é preciso aceitar a cruz, é importante a resignação, porque vamos ter o prémio mais tarde. Deus até quer isto. As pessoas tinham de ter medo do prazer, medo da alegria, medo da festa, porque podiam ser castigadas.

Este modelo imperou e ainda está hoje presente nas nossas entranhas, faz parte da nossa identidade.

Mas há outros modelos, como na América Latina, com a teologia da libertação. Aí a Igreja é vista como subversiva.

Como é que com este modelo, vigente na Madeira, essencialmente servilista, exercem a vossa actividade política?

MT - O nosso trabalho está todo nas brechas. O que fazemos é tentar roê-las a ver se elas alargam.

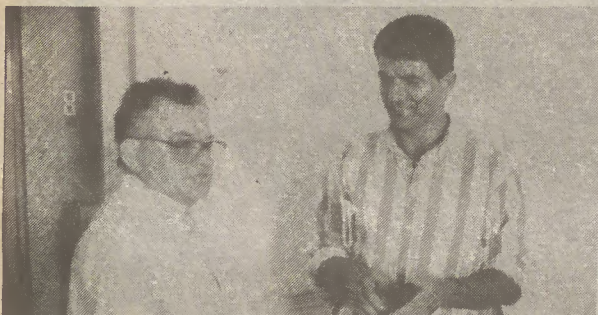
Os contestatários do nosso trabalho ou estão na política e seguram-se, ou estão na religião e seguram-se, ou têm as duas mãos em cada um dos lados, para apertar. Mas já existem brechas. Todo o crescimento é feito a partir das brechas - até as sementes estoiram para dar a planta, para dar a árvore! Com o pensamento é o mesmo.

Veja-se as sondagens. É clarinho, estamos na brecha (risos) dos grandes blocos. O que interessa é fazer com que a brecha se





## MADEIRA



mantenha e se alargue. Criar maior número de brechas é garantir o desenvolvimento social.

É por isso que somos contestados e apreciados. Somos apreciados na medida em que podemos dar resposta aos que sofrem e estão penalizados; somos contestados pelos que estão beneficiados e que não querem perder os seus privilégios.

**Passando ao concreto, como é que se propõem dar resposta aos problemas da Madeira?**

**MT** - À ocasião é que diz. As brechas funcionam como janelas. O programa do nosso trabalho, de um modo geral, consiste em andar muito alerta, contactar com pessoas, tomar iniciativas, potenciar as forças.

**ES** - À medida que se vai alargando o espaço de consciencialização, surgem desafios novos, nem tudo é fácil. Nós partilhámos a ideia, que a CDU tem vindo a desenvolver, de que as periferias sociais, as margens sociais, são um lugar fecundo de inovação na intervenção política, de exigência de transformação social, de urgência de viragem.

Essas periferias são um lugar de muitas competências. São muitos os problemas que afligem as populações. O principal é provavelmente o da habitação, mas podemos falar de todos os direitos básicos: o direito a mais justiça social, que para além da população passa também pelo acesso à educação, ao trabalho com direitos, à assistência na velhice, etc.

Há um conjunto de áreas que vão aparecendo de forma cada vez mais alargada, que é uma fonte de questionamento para a própria CDU. A partir dessas brechas de que fala o Tavares, dessas periferias sociais, que exigem uma sociedade diferente e um modelo de desenvolvimento diferente, levantam-se novas questões ao nível da organização política. Obrigam-nos não só a acolher e a interpretar esses problemas, a acolher essa interpretação das questões políticas que aí se está a escrever, mas também a procurar formas mais eficazes de intervenção política.

Ao nível de organização, isso obriga-nos a pensar noutras mediações. Primeiro, de participação e de intervenção desses cidadãos na vida política. Trata-se de criar mediações que canalizem e que viabilizem um envolvimento dessas populações, o ganhar a consciência dos problemas, o despertar da consciência política, e ao mesmo tempo conduzam esses cidadãos a serem capazes de, connosco, ter uma intervenção política. Ganharem um sentido e uma cultura de protagonismo, de tomar a iniciativa, de não ficar à espera que sejam os outros a substituí-los nas suas responsabilidades.

**Uma intervenção ao nível da democracia participativa...**

**ES** - Exactamente. Esse é um grande desafio, que exige uma intervenção organizativa da nossa parte de grande exigência. Complementando este primeiro nível de intervenção, que é o das mediações informais, a CDU precisa, nas mediações formais de intervenção política, de ser capaz de construir um discurso político credível e marcado pelas referências da competência. De tal forma que a sua eficácia não só seja reconhecida pelas periferias, pelas tais brechas aos mais variados níveis, mas seja capaz de criar a prazo uma alternativa política. Esse é o grande desafio que se coloca.

**MT** - Este reconhecimento como força capaz de iniciativas eficazes para a sociedade é particularmente difícil, pois é contestada por todos os que se nos opõem, para não provocar nas pessoas espaços de confiança. É sempre aquela coisa do comunismo, de que se pintou uma imagem macabra. Os tempos de antena do PSD voltam a bater essa tecla, para fazer crer que nada dá tem capacidade de dignidade, que é tudo mau. Cabe-nos aprender a lidar com os medos das pessoas. E isso é uma arte.

**Para além de outras coisas, ambos têm em comum um apurado espírito de humor. Não é difícil manter esse espírito numa situação tão complexa como a da Madeira?**

(risos) **MT** - Isto é pequenino, a gente vê-se. O sol aquece-nos.

**ES** - Isso tem a ver também com a forma como encaramos a política. Nós não somos profissionais da política. O trabalho da CDU, ao longo da campanha e da pré-campanha, mostrou que esta intervenção não é cinzenta, engravatada, chata, como se fazer política fosse um sacrifício. Há às vezes situações difíceis de gerir, situações menos agradáveis, mas temos que assumir esta vertente que, não sendo lúdica - tem um sentido de grande responsabilidade, porque se está a jogar com perspectivas de futuro, com intervenção histórica, com intervenção social e política, tem que ter uma dimensão quase lúcida, de gozo, com quanto baste de insubordinação, de rebeldia, com prazer. Não é com sacrifício que estamos nisso.

## Amigos

Aparenta ter 11 ou 12 anos, mas já tem 15. Pede-me um cigarro que recuso, ignorante que sou de realidades que há muito fazem parte do seu quotidiano. O discurso moralizador sai de seguida - a ignorância tem coisas destas - e ele vai abanando a cabeça, como se o soubesse de cor, ou porque lho repetissem ou porque já tivesse chegado à mesma conclusão. Depois, como quem fala do tempo, diz-me:

- «Quando se tem fome, o cigarro disfarça e faz esquecer, sabe?» Não. Não sabia. Que podia eu saber da fome que leva aquele menino a prostituir-se?

Que podia eu saber da fome de um menino que não terminou a quarta classe e vagueia pelo cais oferecendo flores às turistas para ganhar uns trocos?

Que podia eu saber da fome de um menino cujo orgulho é ser campeão da paredinha, que disputa com turistas ociosos?

Que podia eu saber da fome congénita escondida no seu corpo franzino de adolescente?

Edgar Silva, o padre Edgar como todos lhe chamam, sabe.

Os olhos do menino animam-se quando fala com Edgar.

«É meu amigo, o padre Edgar. É amiga dele?»

O sorriso tímido talvez queira dizer que perdoou a minha ignorância. E bom saber que podíamos ter sido amigos.



## Casos ao acaso

Rosa anda no 11º ano e hesita bastante até se decidir a abordar Edgar Silva. Olha insistentemente para os lados enquanto conversam. Quer reposta para uma questão filosófica: Como se pode acreditar em Deus e ser-se comunista?

Uma pergunta que dava pano para mangas e Rosa tem pouco tempo. Terá problemas em casa, confessa, se os pais souberem que falou com o candidato da CDU.

\*

«Sabe o que é que eu gramava? Que a esquerda toda se unisse.» (anónimo, militante do PS)

\*

«Durante quatro anos o Padre Tavares foi a nossa voz no Parlamento. Uma voz contra 57 é difícil. O que a gente precisa é de mais vozes para a nossa voz.» (anónimo)

\*

«Vocês não precisam de ajuda para a campanha? Tome lá isto para a cola.»

Na mão do camarada Leonel Nunes, candidato pelo Funchal, ficou uma nota de dez mil escudos.

\*

Noticiário da RTP/Madeira, dia 3 de Outubro (podia ser outro dia qualquer), 22.20h. Depois do Jornal da Campanha, as «notícias»: Jardim inaugura isto, Jardim inaugura aquilo, Jardim inaugura aqueloutro, Jardim vai ali, Jardim vai acolá. Segue-se um membro do Governo Regional, e outro membro do Governo Regional e mais um membro do Governo Regional.

Felizmente, há Boletim Meteorológico: fala do Continente, das Ilhas e da Europa. A informação do tempo é um oásis de pluralismo.

\*

Apelo lancinante de Jardim aos emigrantes madeirenses: «Escrevam à família e peçam-lhe que votem em mim.»





## EM FOCO



# O PCP continua PCP

**D**iz-me a memória que a apreciação produzida pelos pêcêpólogos do costume sobre as Teses para o XV Congresso do PCP é igualzinha a todas as anteriores apreciações produzidas pelos ditos cujos quer sobre o discurso do PCP em geral quer sobre outras Teses de outros Congressos do PCP em particular. Os ilustres comentadores parecem ter engolido todos o mesmo disco. Repetem-se a si próprios e repetem-se uns aos outros numa desbragada farra canora, num divertidíssimo espectáculo que há-de causar inveja ao impagável Alberto João Pimba Jardim.

Ouçamo-los: «paragem no tempo»; «sensação do déjà vue»; «novidades: zero»; «tudo na mesma»; «não trazem novidade relativamente ao discurso do partido»; «documento quase em tudo idêntico ao aprovado há quatro anos», ou seja e resumindo: «nada de novo no discurso do PCP».

Infelizmente nenhum dos ilustríssimos comentadores explica que novidade esperavam, que novidade desejavam, que novidade acham que falta no discurso do PCP. Novidade na análise da evolução da situação nacional e internacional? Acham que a análise constante das Teses está errada? Se assim é, façam o favor de dizer o que é que, na vossa opinião, seria novidade nessa matéria.

Novidade na enunciação dos caminhos conducentes à alteração dessa situação? Se assim é, digam lá que outros e melhores e novos caminhos conhecem.

Novidade no projecto de sociedade defendida? Se assim é digam lá que novidade contém o projecto que defendem.

Para ver se nos entendemos em relação a esta coisa da novidade.

Não sei se algum dos notáveis comentadores leu aquilo que critica, isto é as Teses. Estou em crer que não. Nem garanto sequer que todos eles saibam ler. Mas para o caso tanto faz, visto que, como se sabe, o processo de inteligenciamento por eles percorrido dispensa o conhecimento do objecto em análise. Eles não precisam ler as Teses para as criticarem, nem têm necessidade de conhecer o que o PCP pensa para criticarem o pensamento do PCP: está tudo escrito, está tudo programado, é só carregar no botão e a crítica sai.

Além disso, há-de incomodá-los, esta coisa velha e bizarra, de as Teses serem debatidas em todas as organizações do PCP, bem como estes constantes apelos e estímulos a que o maior número possível de militantes leia, critique, emende, corrija o documento. Então não era muito mais simples, mais prático, mais democrático e mais moderno que um notável qualquer elaborasse uma moção de estratégia, lesse alguns extractos dela aos delegados e suscitasse a sua intervenção com um desafio do género: «ou aprovam integralmente as minhas propostas ou demito-me»? (Isto de pôr as pessoas a pensar comporta riscos gravíssimos. Diz quem sabe que quando um homem se põe a pensar é uma carga de trabalhos, pelo que a verdadeira novidade está em não pensar, e pronto.)

Há-de incomodá-los, também, esta outra barbaridade que é realizar-se um comício (ainda por cima enchendo o Pavilhão dos Desportos) tendo como objectivo lançar o debate sobre as Teses

e incentivar os militantes do Partido a participar activamente nesse debate. Então não era muito mais simples, mais prático, mais democrático e mais moderno utilizar os delegados proporcionando-lhes a democratíssima possibilidade de dizerem sim ou não às propostas do notável de serviço? (Isto de dar às pessoas o direito e o

dever de optarem em consciência é perigo ainda mais grave. Diz quem sabe que quando um homem opta com conhecimento de causa está a espalhar uma perigosíssima semente, pelo que a verdadeira possibilidade está em optar pela opção de quem sabe, e pronto.)

Mas voltemos à apreciação coral das Teses do PCP, apreciação que tem duas características essenciais, a saber: é velha-velhinha e é sempre e só dirigida ao PCP. Ouvimo-la quer quando o PCP diz as coisas novas que é necessário dizer quer quando repete verdades velhas que é necessário repetir. Comporta, ainda, uma curiosíssima curiosidade: trata-se de uma apreciação omnipresente no que respeita ao PCP e omniausente no que toca a todos os outros partidos políticos.

De facto, sublinhando, sempre e com todo o peso da rotina, a ausência de novidade no discurso do PCP e não aludindo, sequer vagamente, à idade dos discursos das outras forças políticas, os eméritos comentadores conduzem o leitor à conclusão desejada e que é a seguinte: da parte de todos os outros partidos há uma permanente produção de novidades, um quotidiano discurso novo, coisa que, sabe-se lá por que demoníacas artes, está estanquamente vedada aos comunistas.

E lá que têm razão, têm. Na verdade, qualquer analfabeto que choque com o discurso do PSD, ou do PS ou do PP, apanha um senhor banho de novidade que não vos digo nada. Qualquer comentador, ou analista, que esbarre nesse mesmo discurso fica borrado de novidades dos pés à cabeça. Daí ouvirmos o que ouvimos e lermos o que lermos.

Ainda no último fim-de-semana, o velho Coliseu dos Recreios quase sufocou com tanta novidade nele despejada. Aquilo era um festival de ideias novas, aquilo era modernidade a dar com um pau – como muito bem não sublinharam os comentadores políticos presentes e ausentes. Era o Marcelo Rebelo de Sousa a dizer aos congressistas que «é nos concelhos e nas freguesias que se deve começar a carreira política», e a dar o exemplo anunciando a sua candidatura à Assembleia Municipal de Celorico de Basto, terra natal da sua avó Joaquina. Era a Leonor Beleza, fulgurante e fulminante, a dizer a Marcelo que «... o senhor ganhou sozinho,

o mérito é exclusivamente seu»: «este congresso tornou-nos mais felizes do que já tínhamos sido» – frase algo dúbida, esta última, mas carregadíssima, ajujadíssima de modernidade e novidade. Como facilmente se depreende.

Novidades gradas foram, igualmente, as que Jorge Coelho produziu em Beja, no mesmo fim-de-semana, como também não sublinharam os referidos comentadores.

Neste caso, a novidade passou mesmo as marcas. Coelho disparou deste jeito: «O sentido do novo Orçamento é o do rigor e da consciência social com vista à moeda única, o desígnio maior da gestão socialista.» Divulgar tamanha novidade, a qual, ainda por cima e segundo se diz, estava reservada para o próximo discurso do Primeiro-Ministro, constitui uma condenável e imperdoável pinamourice (e já agora, aqui para nós, senhor Primeiro-Ministro: vender a paixão pela Educação, ainda que por bom preço, já era um acto condenável, vendê-la por uma moeda única é imperdoável).

E não falo no Manuel Monteiro nem no Paulo Portas por me parecer desnecessário evidenciar a novidade patente no seu, deles, salazarento discurso.

Fica, então, o PCP isolado e as suas Teses e o seu discurso singularmente desprovidos de qualquer novidade e a isso condenados, sem apelo nem agravo, por meia dúzia de comentadores, iletrados, para toda a eternidade.

Ficam, então, os restantes partidos políticos empanturrados de novidade implícita e intrínseca.

**Qualquer analfabeto que choque com o discurso do PSD, ou do PS ou do PP, apanha um senhor banho de novidade.**

Entretanto, milhares de cidadãos – comunistas e não comunistas – vão proceder a um debate, que se deseja profundo, sobre a evolução da situação nacional e internacional nos últimos quatro anos, sobre a acção desenvolvida pelo PCP nesse mesmo período e sobre as grandes orientações, objectivos e tarefas para o futuro próximo. O ponto de partida desse debate – as Teses – não contém, infelizmente, as novidades que os comunistas desejariam que contivesse. Mas não contém também, seguramente, as novidades

que a meia dúzia de comentadores e os seus donos desejariam festejar.

Ou seja: gostaríamos de dizer, dizendo a verdade, que uma onda de progresso e justiça social varre o Mundo; que a exploração e a opressão foram banidas da face da Terra; que a pobreza e a fome foram planetariamente eliminadas, que um Mundo novo, sustentado no respeito global por todos os direitos humanos, emerge da selva capitalista em que vivemos... gostaríamos de dizer isto e muito mais se essa fosse a situação que vivemos. Assim, e como pensamos que nos compete, procuramos caminhos e afirmamos a nossa disponibilidade para a luta pela transformação dessa realidade e pela construção de uma sociedade justa, fraterna, solidária – nova portanto; cheia de novidade, portanto.

É claro que os analistas de serviço – que jamais olharam para o bilhete de identidade do discurso dos outros partidos e que se furtam a explicar o que é, para eles, novidade – insistem e insistirão na exigência de renovação do discurso do PCP. E melhor novidade não haveria para eles, julgo, do que a de um PCP adaptado à imagem dos seus desejos: igual aos outros partidos: no discurso, na prática, no projecto.

Com essa novidade não contem. O PCP continua PCP.



■ JOSÉ CASANOVA  
Membro da Comissão Política



# Vontade de Mudar!

## Encontro Distrital da JCP de Setúbal

A necessidade de sindicalização e os muitos receios que entretanto a limitam - direito consagrado dos trabalhadores, que a realidade do trabalho precário tende a inviabilizar. Os recibos verdes - uma questão que deveria merecer maior atenção por parte da JCP, como foi sublinhado no debate, por se tratar da forma de pagamento talvez de uma maioria dos jovens. As más condições de trabalho e os salários inferiores ao salário mínimo nacional. A falta de perspectivas - entre as barreiras à entrada na Universidade, as esperas indefinidas pelos cursos de formação e os trabalhos temporários. Um punhado de entre as múltiplas questões que foram surgindo ao longo do debate, na secção dos *jovens trabalhadores*. Uma das três secções - nas outras duas estiveram em debate os problemas do *ensino secundário* e do *ensino superior* - em que se subdividiram os trabalhos do Encontro Distrital da JCP de Setúbal, realizado, em Almada, na Casa da Juventude, sábado passado.

Nesta secção de debate, como nas outras - entrecruzam-se graves problemas de ensino, trabalho e perspectivas de futuro. As fronteiras entre as realidades e problemas dos jovens que estudam e trabalham são muitas vezes ténues. A impossibilidade de acesso à Universidade - como também foi referido - empurra para a necessidade de procura de um eventual e precário trabalho. Ou para o desemprego. E para todos os jovens, as perspectivas de futuro são particularmente incertas. Tal como é comum a exigência de uma *Educação pública, gratuita e de qualidade*.

De par da denúncia e enunciação dos problemas - afirma-se a *vontade de mudar*, em que a luta mais global - e política - pela mudança se interliga com experiências localizadas. Salientado foi, neste âmbito, o exemplo de Alhos Vedros. Experiência de organização da juventude com base no local de residência, englobando jovens estudantes e tabalhadores (da cortiça ao comércio), em que se aposta sobretudo uma intervenção através de iniciativas, em que se une o convívio e a animação ao debate

### Três documentos Muitas propostas

Um acesso ao Ensino Superior mais justo, um novo sistema de avaliação escolar, uma escola de qualidade, um ensino justo e gratuito, uma gestão democrática das escolas, um Movimento Associativo reivindicativo e interventivo - são as *reivindicações e propostas avançadas pela Organização do Ensino Secundário da JCP de Setúbal*, que denuncia a política elitista de "Educação só para alguns".

Neste quadro, os jovens liceais defendem, entre outras, ideias como um novo método de acesso ao Ensino Superior, "assente no papel preponderante da Avaliação Contínua", apoio pedagógico, alternativas de formação profissional, apoio social e pedagógico para combater o insucesso escolar, implementar uma verdadeira reforma do sistema educativo que passe nomeadamente pela reestruturação curricular, garantir a gratuidade da frequência da escolaridade mínima obrigatória e criar medidas pedagógicas e de apoio social que incentivem o prosseguimento dos estudos, assumir as AAEE como efectivas representantes dos estudantes.

Para os *jovens trabalhadores*, as grandes reivindicações - de carácter nacional - passam pelo aumento do salário mínimo nacional, a proibição do trabalho no turno para menores de 18 anos, o cumprimento do estatuto de trabalhador-estudante, adequação da formação profissional à evolução dos jovens, sistema de incentivos ao emprego para jovens, liberdade de acção sindical, a Regionalização "como forma de desenvolvimento local e combate à desertificação do interior".

Os *estudantes do Ensino Superior* no Distrito sublinham a falta de Serviços de Acção Social, a falta de cumprimento dos estatutos das Associações de Estudantes, a falta de qualidade do Ensino Superior particular. Questões que exigem uma maior intervenção da JCP, direccionada para as escolas, quer pela criação de colectivos virados para a intervenção em áreas específicas ou não, quer pela formação e participação em Associações de Estudantes.

de problemas tão sérios como o desemprego e o trabalho infantil.

O Encontro encerrou em festa de convívio. Um espírito já anteriormente bem presente na sessão plenária, em que foram aprovados os documentos debatidos e eleita a nova Comissão Distrital do Trabalho Local da JCP.

Foram igualmente aprovadas - por unanimidade, tal como os vários documentos - quatro moções: sobre o XV Congresso do PCP; pela educação pública, gratuita e de qualidade; de saudação do "aniversário da Juventude Comunista Portuguesa" e sobre as próximas eleições autárquicas.

Presente nos trabalhos do Encontro, Álvaro Cunhal leu uma intervenção na sessão plenária, de que aqui reproduzimos largos extractos.



## A juventude acusa a política

Presente nos trabalhos do Encontro Distrital de Setúbal da Juventude Comunista Portuguesa, Álvaro Cunhal interveio na sessão plenária do Encontro. Depois de saudar e felicitar o valor da iniciativa, dos seus trabalhos e conclusões, e das perspectivas abertas à JCP no distrito, como a nível nacional, abordou os vários problemas tratados no Encontro.

(...) Teve razão o Encontro ao afirmar e ao insistir em que o Governo do PS continua em aspectos fundamentais a política do Governo do PSD (...). Que em relação à *juventude* o Governo do PS não cumpriu nem mostra intenção de cumprir as promessas que fez para ganhar votos. Teve razão o Encontro em apontar a *gravíssima situação* dos jovens trabalhadores e estudantes (...).

Se falamos em primeiro emprego, emprego e desemprego. Em recibos verdes. Em salário mínimo. Em horas extraordinárias. Em formação profissional. Em rede pública pré-escolar. Em exames nacionais e provas globais. Em *numerus clausus*. Em "insucesso escolar". Em Director Executivo. Em propinas. Em taxas. Em Serviços Sociais. Em privatização do ensino - *estas palavras, só por si* são indicativas do desprezo pelos direitos dos jovens trabalhadores e estudantes, da natureza da política do Ensino do Governo PS, frontalmente contrária aos interesses e ao futuro das jovens gerações, ao desenvolvimento do País, ao bem-estar do nosso povo.

Como sabeis, o PCP apoia as orientações e reclamações fundamentais expressas neste vosso Encontro (...).

Não basta, porém, fazer uma justa análise da situação, criticar uma política, propor orientações e medidas capazes de resolver os problemas.

### É possível mudar o rumo para Portugal

Uma questão que se coloca é a de saber se é ou não possível obrigar o Governo a recuar e a atender as justas reclamações dos trabalhadores, do povo, da juventude. Nós dizemos: sim, é possível e a experiência assim o tem mostrado em numerosos casos.

Outra questão é a de saber se o povo português, a juventude portuguesa, todos nós, estamos condenados a ter para sempre em Portugal uma política de direita, condenados a curvarmo-nos ante tão desastrosa política. A nossa resposta é *Não!* E não estamos condenados porque a última palavra será o povo a dizê-la.

### Um horizonte mais largo e o objectivo político central na situação presente

(...) Os objectivos definidos pelo PCP para a luta imediata e a curto e a médio prazo inserem-se numa perspectiva mais larga, uma visão mais larga do mundo e da sua evolução. No horizonte da nossa luta está a construção em Portugal de uma sociedade socialista (...).

O que acabo de dizer não é surpresa. Mas é bom lembrá-lo.

Porque diziam alguns: "o PCP insiste em continuar a ser comunista e por isso está inevitavelmente condenado a morrer, porque o comunismo morreu". Outros acrescentavam: "se o PCP quer viver tem de deixar de ser comunista".

Candidatos a coveiros os primeiros, candidatos a curandeiros os segundos, mostrou-se que nem uns nem outros acertaram. A vida está mostrando e o XV Congresso confirmará que o PCP não morreu nem morrerá por ser comunista, mas que, pelo contrário, está vivo, de boa saúde, sereno, confiante e criativo precisamente porque comunista é e continuará a sê-lo.

A vida nacional e internacional está mostrando que o capitalismo não só não resolve como agrava os já hoje gravíssimos problemas da humanidade, nomeadamente da juventude. É inevitável (e disso aparecem já indícios seguros) um novo surto de protestos, de revoltas, de luta revolucionária dos trabalhadores e dos povos do mundo, da juventude do mundo. O futuro não pertence ao capitalismo, mas ao socialismo e ao comunismo.

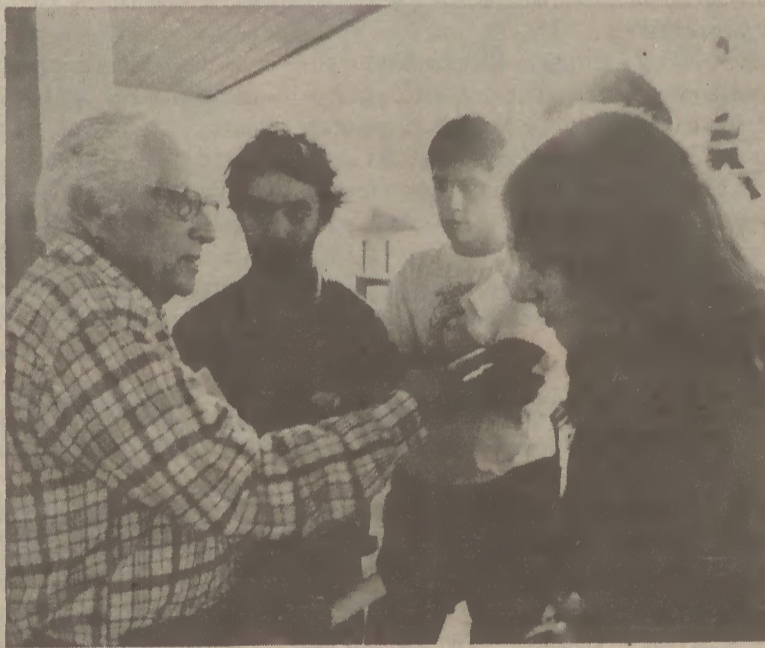
Esta perspectiva, este objectivo que mantemos no horizonte, em nada diminui o facto de que o objectivo político central da actualidade é a luta contra a política de direita, por uma viragem democrática na política nacional.

### "Não podemos cruzar os braços"

Nos documentos deste vosso Encontro há uma frase, marcada a negro que tem profundo significado: "Não podemos cruzar os braços."

Não, não podemos cruzar os braços. Nem os jovens, nem os trabalhadores, nem o povo português, nem os democratas, muito menos a JCP e o PCP.

E não podemos porque o Governo do PS não cairá de podre. O Governo do PSD com Cavaco Silva, lá podre estava, mas não caiu de podre, caiu pelo fracasso e consequências desastrosas da sua política e sobretudo pela luta dos



trabalhadores e dos mais vastos sectores sociais, com destacado papel da juventude.

A política de direita do governo PSD com Cavaco e continuada em aspectos fundamentais pelo Governo do PS com Guterres terá a mesma sorte.

Terá a mesma sorte porque os trabalhadores, o povo, a juventude (...), não farão como o guloso que se pôs de boca aberta debaixo da figueira à espera que os figos lhe caíssem na boca.

O Governo do PS terá a mesma sorte, porque os problemas não se resolvem com palavras, palavras e mais palavras, mas com orientações e medidas acertadas. Não se resolvem com o chamado "diálogo" em que o Governo diz ouvir, mas se abre um ouvido para as opiniões e reclamações entrarem, abre logo também o outro ouvido, não para que entrem, mas para que elas saiam sem sequer serem ouvidas.

O Governo do PS com Guterres acabará por ter a mesma sorte que o governo do PSD com Cavaco porque o povo português com a sua juventude tomará consciência de que foi enganado e lutará para pôr fim à política de direita.

Importante é que seja compreendido também que a solução não está ora com um, ora com outro, ora com o PS, ora com o PSD, fazendo um e outro





## ca do Governo

promessas para ganhar votos e insistindo de facto numa mesma desastrosa política de direita, mas com uma política nova, diferente e melhor.

### O PCP indispensável para uma alternativa democrática

Outra conclusão, que a vida nacional há anos evidencia, se torna necessária:

**O PCP é o único partido que propõe ao povo português uma Nova Política, uma política democrática capaz de resolver os grandes problemas nacionais e dar Novo Rumo a Portugal.**

No que respeita à juventude, é o PCP o único partido que apresenta soluções para os gravíssimos problemas que a juventude defronta e que, na definição dos seus objectivos, procura que a própria juventude tenha uma palavra a dizer, palavra que, em muitos casos, deve ter valor determinante. (...)

Anos e anos de desastrosa política de direita conduzida por governos do PS, PSD, CDS e todas as alianças e combinações entre eles, e a derrota final desses governos, chegam como demonstração de que sem o PCP não pode haver uma alternativa democrática à política de direita. Ou por outras palavras: o PCP é indispensável para uma alternativa democrática.

### A juventude grande força social

Neste quadro, tem elevado significado a atrás citada afirmação do vosso Encontro de que a juventude não cruzará os braços. Temos inteira confiança em que assim será.

Esta confiança na juventude não é apenas uma esperança. Ela tem sólido fundamento. Fundamenta-se nas provas dadas pela juventude nos últimos anos em grandes e corajosas movimentações de massas. Fundamenta-se nos progressos da JCP e do PCP no seio da juventude (...).

Falamos em confiança. Ela é recíproca. Tal como o PCP confia na juventude, sectores cada vez mais vastos da juventude confiam no PCP, no qual encontram sempre um estímulo à própria afirmação como grande força social, ao valor da reflexão, das ideias, das opções, da maneira de viver e do gosto pela vida das jovens gerações.

### O valor da jovens gerações

Recordais certamente que, não há muito, alguns comentadores encar-

tados insultaram a juventude rotulando a geração actual com um adjetivo tão sujo que, eles sim, bem o mereciam por tal insulto.

O vosso Encontro não ignorou; pelo contrário, examinou, brevemente mas com rigor, problemas e fenómenos gravíssimos que afectam a juventude. Os flagelos da toxicoddependência, da prostituição, da marginalização de centenas de milhares de jovens. E apontou com dedo acusador: a política que tem sido seguida.

Ao mesmo tempo, indicou, sublinhou, valorizou justamente a coragem e as grandes lutas da juventude.

O que é "rasca" afinal são os governos do PS, PSD e CDS e das coligações que têm feito, é a política de direita, é o domínio e a exploração dos trabalhadores, do povo, da juventude, pelo grande capital, são políticos que se servem da política em vez de com ela servirem o povo e o país. "Rascas" são comentadores que chamam à juventude aquilo que eles merecem que se lhes chame.

(...) Os últimos dez anos mostram bem que, ultrapassada uma fase de forte instrumentalização pela direita, a juventude - vastíssimos sectores da juventude (e são esses que caracterizam a juventude como grande força social) - tomam consciência do que é, do que quer, do que vale, mostra consciência cívica e política, mostra-se uma das forças às quais caberá assegurar o futuro livre, democrático, progressista e independente da pátria portuguesa. (...)

Sabeis bem, desde sempre, que da nossa parte, transmitindo à juventude a nossa reflexão e experiência, também estimulamos que a juventude nos transmita a sua própria experiência e reflexão.

E que não dizemos à juventude para nos seguir, para vir atrás de nós, mas para vir ao nosso lado, com a sua própria força, o seu próprio pensar, a sua própria iniciativa.

### Para o reforço da JCP

Para terminar:

O Encontro coloca objectivos muito concretos da organização e acção da JCP no distrito de Setúbal. Que mais jovens rapazes e raparigas decidam fazer parte da JCP; que se formem colectivos nos concelhos e freguesias; que se dinamize ou redinamize a vários níveis a actividade junto dos jovens trabalhadores e estudantes, nos locais de trabalho, no Ensino Superior e no Secundário.

O Encontro mostrou não só as possibilidades mas a firme determinação de alcançar estes objectivos. Todos saímos daqui com a convicção de que assim será.

# Balanço global

"Passado exactamente um ano de governação do Partido Socialista e de António Guterres, está explícito que a mudança de políticas que o povo português exigiu ao derrotar, nas urnas, o PSD e Cavaco Silva, não está a ser efectuada. Ao contrário, a política deste governo dá continuidade à anterior levada a cabo pelo PSD" - afirma-se no documento de Balanço Global da JCP de Setúbal. Uma afirmação que perpassa todos os outros documentos aprovados no Encontro de Almada.

Sublinhando - como caso flagrante desta política - a lei da flexibilidade e polivalência -, o documento da Juventude Comunista refere que "em todas as grandes questões, nomeadamente nas juvenis, o PS retrocedeu face às promessas eleitorais", e cita exemplos concretos como o novo sistema de acesso ao ensino superior; a questão das propinas e do financiamento do ensino superior público; o emprego juvenil; o combate e prevenção da droga.

Neste quadro, entretanto, os jovens comunistas, como múltiplas vezes foi sublinhado no Encontro, não estão de braços cruzados. E o balanço de actividade da JCP de Setúbal dos últimos nove meses é muito positivo.

"A JCP realizou por todo o distrito mais de 70 iniciativas, com participação de mais de 2.000 jovens nelas, iniciativas essas de diferente cariz - Cafés-Concertos, Comícios, Exposições, Convívios, Acampamentos, Debates, Torneios de Futebol, Bancas, Pavilhões em Festas Populares, e muitas reuniões de preparação e discussão do Congresso e seus documentos. Durante este período, com a campanha de afirmação, e face às múltiplas iniciativas realizadas, mais de 3 centenas de jovens de todo o distrito aderiram à JCP, e com certeza que nova dinâmica trouxeram à organização".

Entretanto, "ao nível da Direcção Distrital, o reflexo desta actividade e do recrutamento não se tem traduzido no reforço efectivo da sua actividade, assiduidade às reuniões e responsabilização de mais camaradas ao nível distrital, bem como da real ligação aos colectivos concelhios, de freguesia e de escola. Esta ligação assim não permite um maior conhecimento sobre os quadros em evolução e seus anseios, bem como um conhecimento efectivo da actividade dos colectivos e adequação de novas orientações de trabalho que permitam um maior enquadramento dos novos militantes e o estimular da sua actividade individual e colectiva".

Como perspectivas de trabalho futuro, a JCP considera necessário, para "responder aos novos desafios", uma intervenção reforçada nos mais diversos planos.

Em relação aos Jovens Trabalhadores, reforço da intervenção junto das empresas com grande número de jovens e a criação de colectivos de jovens trabalhadores comunistas nos locais de trabalho e residência.

No Ensino Secundário, consolidação dos colectivos de escola e aumento da intervenção política da JCP, de par da criação e dinamização de Associações de Estudantes

No plano do Ensino Superior, redinamização dos colectivos das Escolas Politécnicas.

Na Intervenção Local, consolidação e alargamento dos colectivos concelhios, de freguesia e de escola, enquadramento dos novos militantes, novas perspectivas de trabalho, "nomeadamente em áreas como música, desporto, artes".





## EM FOCO

Palavras  
e Cromos

■ Urbano Tavares Rodrigues

## Outono em Paris: a cólera dos franceses

Em quatro dias rápidos, no intervalo dos afazeres, há tempo para ver, quando se está em Paris, o movimento do mundo. A viragem de uma civilização para outra pressente-se, apreende-se tanto nas carruagens e nos corredores do *métro*, onde as dificuldades de um novo viver se estampam nos rostos cansados dos trabalhadores em hora de ponta, franceses ou emigrantes, como nos saltimbancos de *Beaubourg*, nos drogados da praça de *Saint Michel* ou mesmo na espectacular *Avenue Montaigne*, com o seu mostruário de todos os requintes da moda, os seus hotéis de grande luxo, as carpetes grená dos templos da elegância, os gradeamentos dourados do *Rond Point* dos Campos Elíseos.

Contrastes de uma sociedade cuja harmonia aparente sobrevive num equilíbrio cada vez mais precário.

O sol já outonal, na *Place de l'Alma*, acendia, em despedida, a folhagem ainda verde dos esplendorosos castanheiros da beira Sena, já com tons de cobre e de ferrugem.

Nesta cidade terna e luminosa alteava-se cada dia mais uma onda de reivindicações e protestos contra o desemprego crescente e a perda de regalias sociais, cuja conquista data da Frente Popular dos anos trinta. Recomeça a batalha de Novembro do ano passado. Greves sectoriais, manifestações, barragens da polícia em muitos pontos de Paris.

Eu gastava o meu tempo livre percorrendo museus e exposições, mas de olhos abertos para a rua. Vi, no *Palais do Tokio*, as prodigiosas esculturas em movimento (*os mobile*) de Calder, em que a inteligência interrogativa, a aérea beleza, os agudos sons provocados pelo entrecchoque dos metais são obra de um artista irrequieto, navegador do futuro, de um engenheiro habilíssimo, familiar dos ritmos e das equações. Também fui recordar as esculturas poderosas e dramáticas de Rodin, onde se encontra tudo, do sorriso ao estertor, da expressão do desejo à fúria da desforra, à extrema suavidade, ao mármore vivo das mãos que criam ou imploram. E, se não tomei a explorar o parque maravilhoso onde as estátuas nos surgem de entre um mato de arbustos, sobre uma majestosa peanha, ou à beira de um lago enfeitado, reencontrei, pelo menos, na Porta do Inferno, nos Burgueses de Calais, a ânsia de totalidade de Rodin.

Nas manifestações que cortavam o trânsito numa e noutra margem do Sena, podia sentir-se como que um exorcismo à penúria e à humilhação de assim viver, a indignação cada vez mais forte contra o desemprego, contra a ameaça às reformas e à segurança social.

Tanto o silêncio triste e determinado como as vozes que perturbavam, rasgavam a luz doce do fim da tarde e cujos ecos chegavam às varandas em ferro forjado das burguesas mansões segundo império, falavam das tragédias deste final de século, onde já rola uma surda tempestade.

Por outro lado, aumenta a consciência de que só lutando se pode deter o recuo civilizacional que a mundialização do neoliberalismo económico está fomentando.

É tempo de parar, diz Claude Judien no seu artigo de primeira página no último *Monde Diplomatique*. Sim, é tempo de parar e reflectir ou assistiremos à grande fogueira de uma revolta social sem precedentes, nos primeiros anos do século XXI.

A União Europeia está talvez ainda a tempo de se remodelar, nos seus objectivos e nos seus processos. De ser a Europa dos cidadãos e não a das transnacionais.

Só democracias socialistas de um novo estilo (quem sabe se o seu nome não será até diverso), democracias que preservem muito a sério todas as liberdades, voltando as costas ao sistema capitalista, poderão responder à crise do mundo contemporâneo, criando riqueza para a distribuir com justiça, moderando os desperdícios e o consumo indiscriminado, para defesa da própria Terra. Nessas sociedades em que o homem será o primeiro valor – e não o dinheiro – terá de haver uma saudável convivência entre um forte sector empresarial público, que assegure a todos a saúde, a educação, a cultura, o trabalho, e um sector privado gerador de conforto, elegância, fantasia.

Não só os profetas e os sonhadores estarão desse lado, mas os cientistas, os técnicos, os juristas, em suma, todos aqueles que forem abrindo os olhos ante a perversidade do «pensamento único» globalizador.

Paris, capital da beleza e das grandes revoluções, é apenas um dos pólos a despertarem neste Outono dos trabalhadores, e as lutas sociais que aqui vão travar-se só anunciam a grande batalha a desencadear-se entre os maxilares do céu e da terra, como dizia o Henri Michaux.



## Serviços, infra-estruturas

**O** Nordeste Transmontano foi completamente desprezado no tempo de Salazar e Caetano e tem-o sido igualmente depois da revolução do 25 de Abril.

No antigo regime muitos foram os transmontanos que assumiram funções governamentais mas sempre subordinados a um Estado fortemente centralizador e antidemocrático, não passaram de «verbos de encher» – conseguindo, em casos pontuais, inaugurar um ou outro fontanário na sua terra natal.

Nos últimos 20 anos e com a consolidação da democracia que temos, os sucessivos governos, sejam do PSD ou do PS, e de ambos, quer com o CDS ou em conjunto, mas sempre praticando políticas de subordinação a critérios que pouco têm a ver com o desenvolvimento harmonioso do país, lembraram-se da nossa região só por ocasiões eleitorais ou em passeatas de secretários de Estado, ministros e outros barões com vista à caça ao voto fácil para, depois de Lisboa ou do Porto, enviarem algumas migalhas por descargo de consciência.

Senão vejamos: são mais de uma dezena os projectos ou planos que têm servido de bandeiras eleitorais e que, transformados em siglas, ficaram na nossa memória.

Quem não se recorda do famoso Plano de Desenvolvimento Integrado de Trás-os-Montes e Alto Douro – PDRITM, que, pela mão e pela boca do Eng.º Valente de Oliveira (*eterno ministro de triste memória*), prometia transformar profundamente a região, nos anos mais próximos – estávamos em 1982, «anos de oiro» da AD?

Ou ainda as esperanças e expectativas criadas com a Navegabilidade do Douro, para não falar de muitos outros projectos e planos surgidos no período do I Quadro Comunitário de Apoio?

Mais recentemente, com a aprovação do II Quadro Comunitário de Apoio, voltamos ao rodopio de visitas de membros do Governo à região, profusamente noticiadas na comunicação social regional, e muitas delas manchetes nacionais, anunciando o lançamento de mais projectos e programas, sempre aliados à promessa de aplicação de milhões de contos.

Atropelam-se uns aos outros! Mas quase sempre os novos projectos e programas são a soma, ou parte, de outros já lançados, como por exemplo: Silva Peneda, é nomeado Presidente da CCRN e, juntamente com o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, vem à região lançar o PRODOURO, no valor de 100 milhões de contos. Só que o PRODOURO não é mais do que a soma de um conjunto de acções e verbas já consignadas no Plano de Desenvolvimento Regional – PRD e no IIQCA.

Entretanto, o Primeiro-Ministro António Guterres, poucos meses depois de tomar posse, vem a Bragança, naquilo a que chamou de 1.ª Governação Aberta, anunciar um novo programa, o PROCÔA, no valor de 25 milhões de contos.

Só que, mais uma vez, este PROCÔA é a soma de um conjunto de acções do PRODOURO, que já era PDR e IIQCA, acrescido de 2,5 milhões de contos para a área das gravuras rupestres/Parque Arqueológico do Côa.

Poderíamos ainda lembrar-nos do PROZED, do PRONORTE, do LEADER, do INTERREG, do PROSIURB, do Programa de Recuperação de Centros Rurais, etc., etc.

Projectos e mais projectos não têm faltado, mas tudo não tem passado de promessas por cumprir. A situação pouco se alterou e em certos casos até se agravou. Veja-se a acentuada desertificação a que chegámos e as características de interioridade de que não nos libertámos.

Estes partidos e os seus governos têm executado políticas contrárias ao desenvolvimento integrado de toda a região transmontana.

Quem não se recorda, na época do governo do bloco central, do início do desmantelamento e liquidação das Linhas de Caminho-de-Ferro de Trás-os-Montes e Alto Douro – Tâmega, Corgo, Tua e Sabor? O PS, na pessoa do ministro Rosado Correia, iniciou o processo; os governos do PSD fizeram-lhe o funeral.

Em vez da modernização destas linhas, destruíram-nas, dizendo que, com a construção da IP4, já não eram necessárias. Como se ambas as infra-estruturas fossem incompatíveis.

Todos sabemos como o sector de transportes tem uma importância estratégica na economia, a ele cabe

ligar os restantes sectores económicos. São ainda os transportes que garantem a movimentação das pessoas, quer entre a residência e os locais de trabalho quer entre as diversas regiões.

O desenvolvimento do meio de transporte é o indicador do grau de desenvolvimento económico de determinada região.

Estes não foram os princípios defendidos pelos governantes, e hoje já se fala de que a CP pretende que a linha de caminho-de-ferro chegue somente até à Régua. Quer dizer, nos planos da CP, Trás-os-Montes e Alto Douro ficarão fora da sua acção. Pela nossa região, a breve prazo, se não for invertida a situação, deixará de passar o caminho-de-ferro.

### Esvaziamentos

Nos últimos anos dos governos do PSD, foram retirados ou esvaziados serviços públicos como:

- ARS – Administração Regional de Saúde;
- CRSS – Centro Regional de Segurança Social;
- DRE – Direcção Regional de Educação;
- BP – Banco de Portugal;
- JAE – Junta Autónoma de Estradas;
- TELECOM – Portugal Telecom;
- EDP – Electricidade de Portugal;
- Extinguiram-se alguns GAAT's.

Entretanto, o PS, que tanto contestou esta política centralizadora, ao tornar-se governo, não fez regressar os serviços como seria de esperar, mantendo tudo na mesma, e está a nomear novos responsáveis sem corrigir as injustiças que combateu.

Se, a par de toda esta situação, considerarmos que a esmagadora maioria dos municípios só há um ou dois anos aprovou os seus Planos Directores Municipais, que muitas vezes esses PDM's foram aprovados sem uma verdadeira consulta e debate público e que na sua maioria não estão a ser implementados, então podemos concluir que o panorama na região é preocupante em matéria de Serviços, Infra-estruturas e Qualidade de Vida.

Na nossa perspectiva, o desenvolvimento da região terá que passar, fundamentalmente, por resolver esta magna questão.

Para nós, são áreas fundamentais:

- A habitação;
- Os equipamentos;
- A reabilitação urbana;
- A rede de acessibilidades rodoviárias;
- A rede ferroviária;
- Os transportes aéreos;
- As telecomunicações;
- A energia eléctrica;
- Os resíduos sólidos e urbanos;
- O abastecimento de água e águas residuais domésticas.

O índice de cobertura das áreas atrás referidas é desigual por toda a região. Se considerarmos satisfatória, para o actual grau de desenvolvimento, a cobertura de energia eléctrica e telecomunicações (não esquecer que a razoável situação deste sector



## EM FOCO



# estruturas e qualidade de vida

■ José Brinquete

*deve-se ao facto de, até agora, estes serviços dependerem de empresas estatais mas que, entretanto, correm sérios perigos de serem destruídas com a privatização já anunciada e em adiantado grau de execução), vejamos, em cada um dos outros, qual a situação em que nos encontramos.*

## Habitação

A produção de habitação ficou-se praticamente pela construção particular/privada.

O Estado não tem cumprido o preceito constitucional que diz que todos os cidadãos têm direito a uma habitação condigna.

A habitação social não existe. Sobretudo os casais jovens encontram grandes dificuldades em conseguir uma habitação compatível com os seus rendimentos, dado os elevados custos de mercado, quer para arrendamento quer para compra.

Por outro lado, o envelhecimento do parque habitacional agrava-se, principalmente nas zonas antigas dos principais núcleos urbanos.

No futuro, terá de haver uma verdadeira política de habitação e esta terá de ser definida a nível governamental, tal como estabelece a Constituição.

## Equipamentos

A rede de equipamentos colectivos de desporto, cultura e recreio, ensino e saúde não tem encontrado uma política suficientemente coordenada entre o Poder Central e o Poder Local.

As carências continuam a ser enormes. Só para dar um exemplo: a capital do distrito, Bragança, não possui um verdadeiro Centro Cultural polivalente, com uma boa sala de espectáculos e de congressos, a par de outras instalações onde possam funcionar ateliers de música, dança, pintura, teatro, biblioteca, ludoteca, fonoteca, etc.

Este ano, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um conjunto de propostas para o PIDDAC/96, referentes à construção de equipamentos para todo o distrito.

A proposta contemplava desde a construção de uma Pousada da Juventude, na serra de Bornes, à cobertura de Piscinas em Alfândega da Fé e Bragança, ou à construção do Centro Cultural de Bragança. Porém, a votação do PSD e PP foi contra e a do PS foi de abstenção; o que equivale, na mesma, à não viabilização de tais equipamentos.

## Reabilitação urbana

A reabilitação urbana das áreas degradadas deve assumir um papel importante na política de ordenamento do território, quer para criar alternativas à expansão urbana, quer pela revitalização económica e social desses espaços e consequentes preservação e valorização do património histórico e cultural.

Embora a nível nacional tenha havido alguns Programas de Reabilitação das Áreas Urbanas Degradadas no distrito – talvez à

excepção de Miranda do Douro – praticamente nada se tem feito digno de nota.

Por todo o distrito existem zonas históricas que exigem recuperação urgente. São exemplos disso: a parte antiga de Vila Flor, a zona do Castelo de Vinhais e toda a zona histórica de Bragança, com particular destaque para o Bairro dos Batoques.

Neste contexto, torna-se evidente a necessidade de diversificar os programas de apoio envolvendo todos os agentes em presença.

## Rede de acessibilidades rodoviárias

O Plano Rodoviário Nacional de 1985, actualmente em fase de revisão, introduziu conceitos novos e definiu a criação de uma Rede Fundamental – e uma Rede Complementar – Itinerários Complementares e outras Estradas – obrigando à desclassificação de milhares de quilómetros de estradas nacionais.

Entretanto, as acessibilidades no Nordeste Transmontano apresentam muitas deficiências e estrangulamentos, constituindo uma das causas obstaculizadoras da fixação de investimentos e populações.

Os Itinerários Principais (IP's) que irão servir a região (IP2, IP3 e IP4) assumem-se como eixos estruturantes, pelo que a sua não conclusão constitui uma forte condicionante ao desenvolvimento.

Para além da conclusão do IP4, troço Bragança/Quintanilha, com ligação a Zamora, há quem defenda uma outra, também por via rápida – via Portelo/Puebla de Sanabria (*argumentam os seus defensores que esta permitirá uma maior fluidez de tráfego internacional,*

*dada a curta distância que separa o IP4 da rede europeia de auto-estradas – menos de 50 km).*

O mau estado de conservação das designadas *Outras Estradas da Rede Nacional*, por todo o distrito, coloca-as a um nível perfeitamente ultrapassado face às exigências e necessidades actuais.

As ligações inter e intraconcelhias, mais fáceis e rápidas, constituem igualmente um importante factor de desenvolvimento da região.

É urgente a construção do Itinerário Complementar 5 (IC5), de Murça ao IP2, continuando posteriormente para Miranda do Douro, via Vila Flor, Mogadouro e Vimioso; a construção do IC14, entre Chaves e Bragança, via Vinhais; a ligação de Vimioso ao IP4, bem como Vimioso/Freido-de-Espada-à-Cinta/Barca d'Alva; a rectificação e melhoramento da Estrada Mogadouro/Macedo de Cavaleiros; a ligação do IP4 a Vinhais, através do alargamento e melhoria da EN-316; o melhoramento da ligação de Miranda do Douro/Cruzamento da EN-221; e muitas outras estradas no interior de cada concelho que se encontram igualmente em péssimo estado.

Também na área das acessibilidades rodoviárias, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou este ano propostas para o PIDDAC'96, no valor de centenas de milhares de contos. Tiveram a mesma sorte das dos equipamentos, ou seja, foram igualmente rejeitadas pelo PS/PSD/PP.

## Rede ferroviária

A nossa exigência nesta área vai principalmente para que o Plano de Modernização e Reconversão dos Caminhos-de-Ferro integre as linhas do Tua e Sabor, porque consideramos que são fundamentais à região e às populações que servem.

## Transportes aéreos

Há que proceder a alterações no aeródromo de Bragança – principal estrutura aérea da região – com vista à melhoria das suas condições de funcionamento e segurança.

Esta estrutura, para além de permitir carreiras aéreas regulares ou ocasionais, servirá igualmente como base de combate a incêndios florestais.

## Resíduos sólidos e urbanos

Por toda a área do distrito, encontram-se dezenas ou até centenas de pequenas lixeiras a céu aberto junto às estradas, a par das lixeiras municipais nem sempre bem localizadas: veja-se a lixeira de Mirandela, que é hoje um verdadeiro atentado à saúde e qualidade de vida da população que vive na parte da cidade que se localiza na saída para Vila Flor.

Actualmente, está em curso a apresentação de projectos com financiamento comunitário para a construção de alguns aterros sanitários, como é o caso do da Terra Quente, englobando os concelhos de Mirandela/Vila Flor/Macedo de Cavaleiros/Alfândega da Fé e o da Terra Fria de Bragança em conjunto com Vinhais.

Trata-se de novas formas de tratamento de resíduos sólidos urbanos, que no mínimo exigem estudos técnicos sérios e um profundo diálogo com as respectivas populações.

## Abastecimento de água e águas residuais domésticas

Aqui o panorama é altamente preocupante. A região é rica em recurso hídricos. Entretanto, grande parte da população ainda não tem abastecimento de água ao domicílio. O nosso distrito também aqui apresenta grandes carências no que se refere ao atendimento das populações em abastecimento de água.

Nas águas residuais domésticas, as carências observadas são ainda mais graves. As duas principais cidades, Bragança e Mirandela, não têm uma ETAR (*a ETAR de Mirandela está em adiantada fase de execução*).

A situação de Bragança é, no mínimo, escandalosa, pois, como capital do distrito, nem sequer o projecto da ETAR está aprovado. Daí que seja factor fundamental da poluição dos rios Sabor e Fervença, em Bragança, e do Tua, em Mirandela, as águas residuais que estes rios recebem sem qualquer tratamento.

Na verdade, a explicação para esta situação só se encontra no conceito de desenvolvimento e qualidade de vida preconizados pelos partidos que, a nível autárquico, têm governado os municípios do distrito de Bragança.

Convém salientar que, face aos padrões de atendimento das populações nestas duas áreas, na região, dificilmente se poderá, a breve ou a médio prazo, atingir os níveis já alcançados por outros países comunitários.

Também nesta matéria a Europa anda a duas velocidades, e a nossa velocidade tem sido francamente lenta.

(\*) Intervenção para a 2ª Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro.



## PONTOS

## CARDEAIS

## A cigarra no jardim

As malabarices de Alberto João, o madeiral presidente de quem a comunicação social, geralmente, só dá a imagem brejeira e fanfarrona, ou grosseira e palhaçal, apagando-lhe a esperteza e fazendo com que cada vitória eleitoral no Arquipélago que comanda apareça como obra de milagre ou distração das populações, não deixa de saber o que faz e o que diz. Por vezes, a gente é levada a pensar que o homem se excita e perde as estribeiras. No entanto, tudo é, de facto, uma questão de estilo. Que tem pago dividendos. Invetivando à direita e à esquerda - mais à esquerda, claro... -, ameaçando, insultando,

chegando a vias de facto quando pela frente lhe sai gente humilde, desbragando-se em ilusionismos políticos, Jardim, que mais do que nunca teme perder a absoluta maioria que lhe dá poleiro, entrou em paroxismo. O inimigo é tudo o que estiver fora do seu controlo, mesmo dentro do seu próprio partido. Na hora, porém, de eleições, tem dado mostra de alguma perspicácia, com a inefável ajuda do Circo Cardinali e do Bispo do Funchal. O Circo é para lançar luzes nos olhos pasmados do seu eleitorado. O Bispo serve para lançar medos no eleitorado que já lhe fugiu. E, fazendo prova de que nem tudo são excitações, tem demonstrado

que não perde a cabeça. O inimigo eleitoral que escolheu é o PS, que se lhe cola às sondagens. Portanto aponta como inimigos os outros concorrentes - o PCP e a CDU, que estão à beira de reforçar a sua representação. E o CDS/PP, que apresenta como "exactamente igual aos comunistas e aos socialistas". Num artigo publicado no "Diabo", chega a elogiar a sabedoria do povo que despreza e a inteligência dos eleitores que engana. E, cheio de moderação, afirma que "Portugal gosta de ser governado ao centro", "sem utopias". "Há que compreender",

diz ele, "que António Guterres deve continuar no seu papel de cigarra, e Marcelo Rebelo de Sousa no da formiga". O pior é se os eleitores madeirenses se dão conta que têm uma cigarra há vinte anos no seu jardim...

## Nervos e trifulhices

Mas os nervos andam à flor da pele, nas ilhas, entre os partidos que tanto se têm demorado no poder. Na Madeira, Jardim invectiva os jornalistas e ameaça

fazer o que antes por lá fizeram - quer mandá-los de volta ao continente, metendo-os à força num avião. Nos Açores, onde o PSD se arrisca a perder forte, lança-se mão da trifulhice. Ainda há dias, Rui Andrade, da CDU, apresentou queixa à Comissão Nacional de Eleições, denunciando mais um abuso. Desta vez, solicitado que foi para prestar um depoimento à RTP/Açores sobre o Dia Mundial do Turismo, viu com indignada surpresa que esse mesmo depoimento foi usado para o tempo de antena do PSD!... Truncado, é claro. O depoimento referia que a CDU "constitui a única força política capaz de resolver os problemas da região"...

## Amar os animais

Brigitte Bardot tornou-se célebre, nos anos 50, como atriz de cinema. Não pelos seus dotes de representação, mas por aqueles dotes com que algumas raparigas do celulóide costumam ficar célebres. Teve carreira curta, à medida de tais dotes, que não duram muito. E rapidamente se transformou, de fresca rapariga, em velha tonta, paladina dos direitos dos... animais.

A exarcebação que alguns amigos dos animais põem nas suas cruzadas, é sempre de desconfiar. Há quem goste mais dos cães do que dos homens. Bardot não fugiu à regra e, em recente entrevista, revela as suas preferências. No campo da humanidade, gosta mais do Le Pen, "um homem charmoso, inteligente e, como eu, revoltado contra certas coisas", diz ela. Que coisas? A defensora das focas esclarece que partilha "plenamente as ideias dele" no que toca "ao aumento assustador da imigração árabe". Ficámos esclarecidos. E com pena das focas que têm uma amiga assim.

## Diferenças

Quando a política se faz brandindo a religião, as coisas arriscam-se a ser trágicas. Mas também ridículas. É o que se passa agora com as posições tomadas por um chefe de Estado, o "Ayatollah" Khamenei, cuja prática no esmagamento dos direitos humanos no Irão é conhecida. Vem agora este xiita radical criticar um seu radical parente que, com a ajuda dos Estados Unidos, subiu ao poder no Afeganistão, assassinando primos seus. É que os "taliban" não são xiitas. Nem por isso menos cruéis e bárbaros. Khamenei afirma mesmo que os "taliban" "não são islâmicos". E chega ao ponto de assumir a defesa dos direitos das... mulheres. Se fossem elas a escolher, sem a religião como padrão de escolhas, as mulheres, sob o poder de Khamenei ou sob o império dos "taliban", mandá-los-iam ambos para... o deserto.

## PONTOS NATURAIS

## Eça de Queiroz, esse desconhecido

I  
Há no mundo uma raça de homens com instintos sagrados e luminosos, com divinas bondades de coração, com uma inteligência serena e lúcida, com dedicações profundas, cheias de amor pelo trabalho e de adoração pelo bem, que sofrem, que se lamentam em vão. Estes homens são o povo.

II  
Estes homens, sob o peso do calor e do sol, transidos pelas chuvas, roídos pelo frio, descalços, mal nutridos, lavram a terra, revolvem-na, gastam a sua vida, a sua força, para criar o pão, o alimento de todos. Estes são o povo e são os que nos alimentam.

III  
Estes homens vivem nas fábricas, pálidos, doentes, sem família, sem doces noites, sem um olhar amigo

que os console, sem ter o repouso do corpo e a expansão da alma, e fabricam o linho, o pano, a seda, os estofos. Estes homens são o povo e são os que nos vestem.

IV  
Estes homens vivem debaixo das minas, sem o sol e as doçuras consuladoras da Natureza, respirando mal, comendo pouco, sempre na véspera da morte, rotos, sujos, curvados e extraem o metal, o minério, o cobre, o ferro e toda a matéria das indústrias. Estes homens são o povo e são os que nos enriquecem.

V  
Estes homens, no tempo das lutas e das crises, tomam as velhas armas da Pátria e vão, dormindo mal, com marchas terríveis, à neve, à chuva; ao frio, nos calores pesados, combater e morrer longe dos filhos e das mães, sem

ventura, esquecidos, para que nós conservemos o nosso destino opulento. Estes são o povo e são os que nos defendem.

VI  
Estes homens formam a equipagem dos navios, são

lenhadores, guardadores de gado, servos mal retribuídos e desprezados. Estes homens são os que nos servem.

VII  
E o mundo oficial, opulento, soberano, o que faz a estes

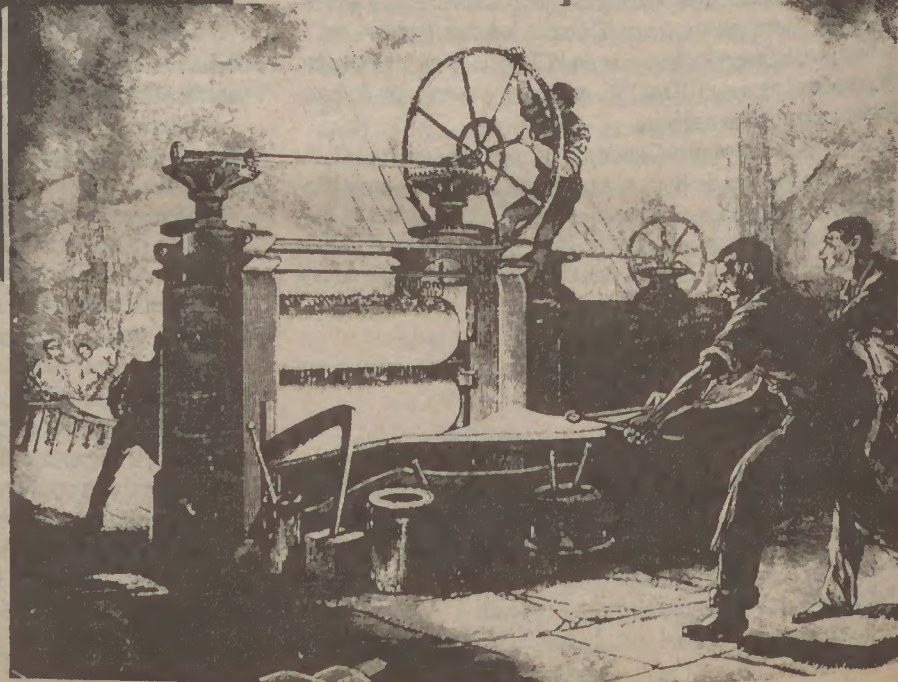
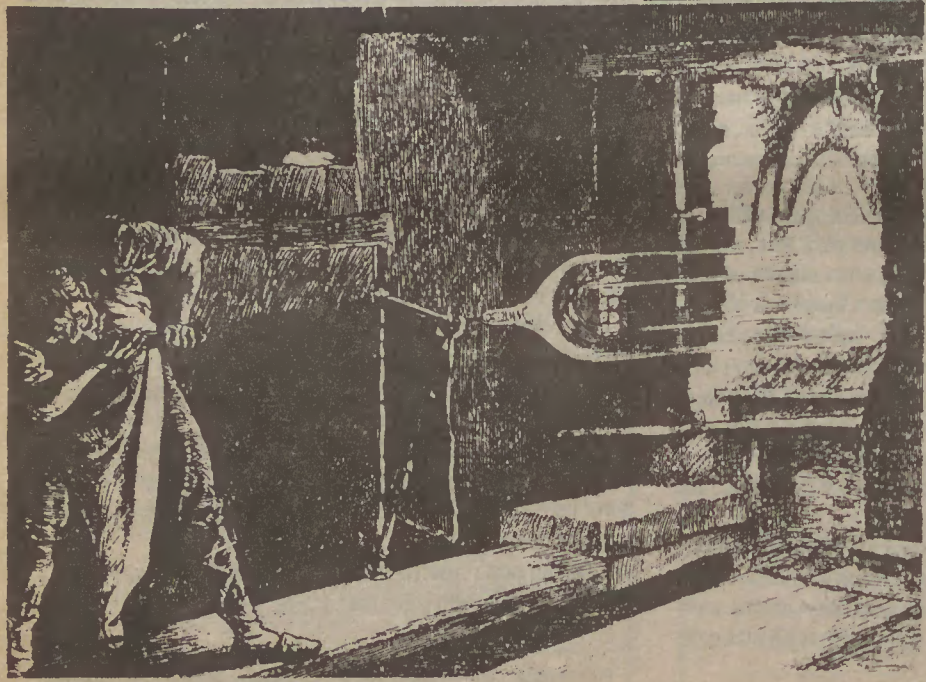


homens que o vestem, que o alimentam, que o enriquecem, que o defendem, que o servem? Primeiro despreza-os; não pensa neles, não vela por eles; trata-nos como se tratam os bois; deixa-lhes apenas uma pequena porção dos seus trabalhos dolorosos; não lhes melhora a sorte, cerca-os de obstáculos e de dificuldades; forma-lhes em redor uma servidão que os prende e uma miséria que os esmaga; não lhes dá protecção; e, terrível coisa, não os instrui: deixa-lhes morrer a alma.

VIII  
É por isso que os que têm coração e alma, e amam a Justiça, devem lutar e combater pelo Povo. Ainda que não sejam escutados, têm na amizade dele uma consolação suprema.

(Em Páginas de Jornalismo)

Mário Castriou





**ALMADA**

Debate, integrada na preparação do XV Congresso, sobre as conclusões da Conferência Nacional do PCP sobre a Intervenção do Partido no seio dos Trabalhadores: hoje, dia 10, às 18h, no CT concelho, com a participação de Virgílio Azevedo.

**AMADORA**

Plenários para discussão das Teses - da freguesia da Mina, sábado, 12, às 15h; da freguesia da Falagueira, dia 13 às 10h (ambos no CT da Amadora); da freguesia da Pontinha, quinta-feira, 17.

**BRAGA**

A Comissão Concelhia de Braga promove uma reunião de militantes, aberta aos simpatizantes do Partido, para apresentação e debate das Teses ao XV Congresso - sexta-feira, 11, às 21h30, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Henrique de Sousa.

**ÉVORA**

Reunião da DOREV, alargada

a outros quadros, para discussão do XV Congresso e outras tarefas do Partido - sábado, 12, a partir das 10h, na Sala da Biblioteca Municipal de Montemor-o-Novo. Participam nesta reunião os camaradas José Soeiro e Vítor Dias.

**FARO**

Reunião plenária da DORAL - no Centro de Trabalho de Faro, sábado, 12, a partir das 15h - para discutir a preparação na Região do XV Congresso. A situação política e social no Algarve será também tema em debate.

**LISBOA**

Reuniões plenárias para discussão das Teses ao XV Congresso nas seguintes células / organizações:

**Colina da Graça** (freguesias de Graça, Sta. Engrácia e S. Vicente) - hoje, dia 10, às 21h30, no Centro de Trabalho da Graça.

**Freguesia de S. João** - hoje, dia 10, no Salão da Junta de Freguesia.

**Reformados Sector Serviços**, com a participação

de **Júlio Filipe**: no CT Duque Loulé, sábado, 12, às 15h30.

**Zona Centro** - reunião com novos inscritos no PCP: sábado, 12, às 20h30, no CT Vitória. Jornadas de contacto com os novos inscritos e venda militante do «Avante!»: quinta-feira, 10, a partir das 15h e quinta-feira, 17.

**Anjos** - plenário da freguesia: CT Vitória, sábado, 12, às 15h.

**Hospitais** - plenários de militantes dos Capuchos, Curry Cabral, ex-Arroios, Desterro, Estefânia, Sta. Marta, S. José: terça-feira, 15, às 19h, no CT Vitória; de militantes do Egas Moniz, Hospital Militar Principal, Pulido Valente, Cruz Vermelha, CUF, Maternidade Afredo da Costa, Inst. Higiene e Medicina Tropical e IPO: quinta-feira, 17, às 19h, no CT Vitória.

**Cerâmicos e Vidros** - Plenário da célula: quarta-feira, 16, às 9h30, no CT Vitória.

**CESL** - Plenário da célula: quinta-feira, 17, às 18h30, no CT Vitória.

**Seguros** - plenário do Sector: quinta, 17.

**Jantar-convívio**, seguido de

Penha de Franca - plenário de militantes da freguesia: quarta, 16, às 15h30, no CT Graça.

**Hotelaria** - reunião com camaradas do Sector: quarta, 16, às

15h30, no CT Duque Loulé

**Olivais** - plenário de militantes da freguesia: quarta-feira, 16, às 21h30, no Centro de Trabalho dos Olivais.

**Sector Intelectual** - reunião da direcção do Sector: segunda-feira, 14, das 18 às 24h, no CT Vitória; plenário da célula do Património: terça, 15, às 18h, no CT Vitória

**Funcionários Sindicais** - Reunião da OD do Sector: terça-feira, 15, às 18h30, no CT Vitória.

**Cerâmicos e Vidros** - Plenário da célula: quarta-feira, 16, às 9h30, no CT Vitória.

**CESL** - Plenário da célula: quinta-feira, 17, às 18h30, no CT Vitória.

**Seguros** - plenário do Sector: quinta, 17.

**Jantar-convívio**, seguido de

apresentação das Teses, com a participação de José Tavares: quinta-feira, 17, às 20h, no CT da Av. Duque Loulé.

**LOURES**

Plenário da célula dos trabalhadores da CM / Serviços Municipais: hoje, dia 10.

Plenários de militantes das freguesias de Fanhões (sexta, 11, às 21h30, no CT de Fanhões) e de Camarate: sábado, 12, às 15h, no CT de Camarate.

Reunião de jovens em Odivelas: terça-feira, 15.

**OEIRAS**

Reuniões das células da Luselite (sexta-feira, 11, às 18h, no CT de Algés), da **Autosil/Novembal** (terça-feira, 15, às

18h30, no CT de Porto Salvo) e da **CM / SMAS Oeiras** (quarta-feira, 16, às 21h, no CT de Porto Salvo).

**Almoço-convívio**, seguido de debate, em **Barcarena**: domingo, 13, às 13h, no CT de Terceira.

**Almoço-convívio da freguesia de Linda-a-Velha**, seguido de debate com a participação de **Carlos Chaparro**: sábado, 12, no CT de Algés.

**SINTRA**

Plenários de militantes para discussão das Teses (abordando também outros temas importantes para a vida do Partido no concelho e em cada freguesia, designadamente as eleições autárquicas do próximo ano) nas freguesias seguintes:

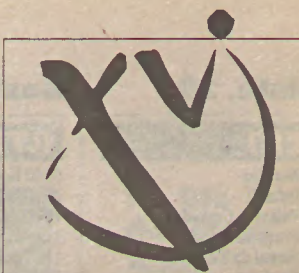
**Almargem do Bispo** - sexta-feira, 11, às 21h30, em Albogas (Casa do camarada Augusto), com a participação de **António Cordeiro**.

**Colares** - sábado, 19, às 15h30, no CT de Mucifal, com a participação de **Clarinda Noqueira**.

**Montelavar e Pero Pinheiro** - sábado, 12, às 21h30, no CT de Montelavar, com a participação de **António Cordeiro**.

**VILA FRANCA DE XIRA**

Plenários preparatórios do XV Congresso, com discussão das Teses: das freguesias de Vialonga (sexta-feira às 21h00 no CT local) e de **Alhandra** (sábado, 12, às 16h, no CT de Alhandra).



CONGRESSO  
**PCP**

UM PARTIDO  
MAIS FORTE  
NOVO RUMO  
PARA PORTUGAL



PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

**SEXAL**

Debate

*Será o capitalismo o fim da História?*

No Auditório da SFD Timbre Seixalense

Sexta-feira, 18, às 21h30, com a participação de **Manuel Gusmão**

**GUIMARÃES**

Sessão pública

*A ofensiva contra os direitos dos trabalhadores*

Na Escola do Ciclo de Creixomil  
Sábado, 12, às 15h30, com a participação de **Henrique de Sousa**

**LISBOA**  
Reunião distrital sobre  
As consequências da privatização da ex-RN

No quadro da preparação do XV Congresso e do *Encontro de Carlos Carvalhas com estruturas de trabalhadores do Sector Empresarial do Estado (24 de Outubro, CT Vitória)* realiza-se no próximo sábado, 12, uma reunião distrital de Lisboa sobre as consequências da privatização da ex-RN. Deverão participar militantes da célula da ex-RN, autarcas e outros camaradas com ligação a esta questão nos concelhos onde a ex-RN opera, **Sector dos Transportes**, militantes do **Sindicato do Rodoviários** e **FESTRU**.

**CDU**

PCP-PEV



**Encontro distrital da CDU**

*Distrito de Setúbal  
Participação Desenvolvimento  
e Qualidade de Vida*

12 de Outubro - Montijo  
Salão dos Bombeiros Voluntários  
Início do Encontro às 10h30  
(recepção dos participantes a partir das 9h30)  
Sessão de encerramento às 18h30

Com a participação de  
**CARLOS CARVALHAS**, Secretário-Geral do PCP  
e de **Francisco Lopes** e **Luís Sá**, da CP do CC do PCP

*Sessões CDU  
no concelho de Sintra*

Em **Rio de Mouro** (salão da JF, hoje às 21h30) e **Aqualva-Cacém** (manhã, dia 11, também no salão da respectiva JF) realizam-se sessões CDU cujo tema central será o novo Plano Director Municipal de Sintra que, «a ser aprovado sem profundas alterações, tornará ainda pior a qualidade de vida» em todo o concelho.

«Não o devemos permitir - temos alternativas», afirma a CDU.

Em ambas as sessões participam vereadores e outros eleitos da CDU em autarquias de Sintra.

Regiões Administrativas para Portugal  
**DEBATES COM O PCP**

**Abrantes**

Quarta-feira, 16, às 21h, na Biblioteca Municipal António Botto  
*Debate público sobre a Regionalização*

com a participação de **António José Ganhão**, presidente da CM de Benavente e vice-presidente da ANMP, e de **Carlos Brito**, da Comissão Política do CC do PCP.

**Montemor-o-Novo**

«O melhor para Montemor» - jantar-convívio da JCP, sábado, 12, a partir das 20h, no CT do PCP. Com a participação de **Florencio Cacete** (do Secretariado da DN da JCP) e de **Carlos Pinto Sá** (da Concelhia do PCP e presidente da CM de Montemor-o-Novo).

**Viseu**

Passadas as férias, o **Espaço Jovem** da JCP/Viseu (na R. 21 de Agosto, nº1) volta a funcionar - todos os sábados à noite e com as mais variadas iniciativas. Para a «inauguração» - neste próximo sábado, dia 12, às 22h - foi organizado um debate sobre questões da Juventude é convidado **Bernardino Soares**, da DN da JCP e deputado.

**Loures**

A JCP/Loures, por seu lado, escolheu como tema para o debate que também promove esta semana na Loja Municipal (GAJ) a **Sexualidade**, com destaque para questões ligadas ao Planeamento Familiar, designadamente o Aborto.

É na sexta-feira a partir das 21h30 e como convidadas para intervir no debate estarão presentes **Odete Santos**, deputada e **Graça Mexia**, psicóloga.

**Audição sobre  
Pobreza e Exclusão Social**

Antecedendo esta iniciativa - que terá lugar dia 19, no Centro de Trabalho Vitória - realizam-se neste próximo sábado, dia 12, uma visita de informação à **Zona Oriental de Lisboa** (das 9h30 às 13h30) e um debate no **Prior Velho** (no salão da Coop. de Habitação «O meu ninho», a partir das 15h) que terá a participação de **Rosa Rabiais** e de **Olinda Nunes**, presidente da JF local.

Entretanto, a comissão organizadora da Audição tem desde já em funcionamento uma **Linha Aberta** para recolha de informações, de inscrições ou de quaisquer elementos que possam concorrer para o enriquecimento da iniciativa. É o telefone (01) 3558177.

**Exposição fotográfica  
Os SEM ABRIGO em foco**

Promovida pela Direcção da Cidade de Lisboa do PCP na Junta de Freguesia de Sta. Justa (Poço do Borratém, 25, 2º)

Abertura: dia 15 de Outubro, às 11h30  
Encerramento: 17 de Outubro.



TELEVISÃO

Quinta, 10

RTP1

09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.00 Palavras Cruzadas  
11.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Em Jogo  
14.00 País Real  
14.45 Seleção RTP  
16.05 Ilusões  
17.00 Notícias  
17.15 Canal Aberto  
18.15 Malha de Intrigas  
19.05 O Campeão  
20.00 Telejornal  
20.50 Portugal Fashion  
21.00 Vidas de Sal  
21.50 Reformado e Mal Pago  
22.25 Polícias  
23.20 A Entrevista  
00.35 24 Horas  
01.05 RTP/Financial Times  
01.20 Olho Vivo

RTP2

16.00 Informação Gestual  
16.45 Infantil  
19.00 Notícias 2  
19.10 Notas de Música  
19.40 Missão Impossível  
20.30 Absolutamente Fabuloso  
21.10 Remate  
21.40 Acontece  
22.00 Jornal 2  
22.45 Corações de Papel  
(de Paul Bogart, EUA-1988, com Harvey Fierstein, Anne Bancroft, Matthew Broderick. Ver Destaque)

SIC

08.30 A Brincar, a Brincar  
09.00 Buêré  
10.00 Olimpíadas Radicais  
10.30 Ponto de Encontro  
11.30 As Receitas do Dia  
11.55 A Guerra dos Sexos + Vira Lata  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Os Donos do Jogo  
14.40 Contrato Final  
15.40 Buêré  
18.00 De Corpo e Alma  
19.00 Quem É Você?  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 Pensa Estrela  
21.25 O Rei do Gado  
22.25 Casos de Polícia  
23.30 O Século do Povo  
00.40 Último Jornal  
00.55 Verdes Anos  
01.55 Vibrações

TVI

12.00 Animação  
13.00 TVI Jornal  
13.30 Raminho de Salsa  
14.00 Ambição  
15.00 SOS Urgências  
16.00 Animação  
18.00 Vida Falada  
19.15 7 Ponto 15  
19.45 TVI Jornal  
20.30 Uma Família às Direitas  
21.00 Notícia Escaldante  
22.00 Carlos Cruz  
23.30 Dr. Katz  
24.00 TVI Jornal  
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...  
01.00 Hunter

Sexta, 11

RTP1

09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.00 Palavras Cruzadas  
11.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Em Jogo  
14.00 País Real  
14.45 Olho Clínico  
15.15 Seleção RTP  
16.15 Os Andrades  
17.00 Notícias  
17.15 Canal Aberto  
18.15 Malha de Intrigas  
19.05 O Campeão  
20.00 Telejornal  
20.50 Portugal Fashion  
21.00 Vidas de Sal  
21.50 A Mulher do Sr. Ministro  
22.20 Academia de Polícia  
(de Hugh Wilson, EUA-1984, com Sieve Guttenberg, Kim Cattrall, G. W. Bailey. Comédia)  
23.55 24 Horas  
00.25 RTP/Financial Times  
00.40 Olho Clínico  
01.10 Fogo Maldito  
(de Clive Barker, Gr.Br.-1987, com Andrew Robinson, Clare Higgins, Ashley Laurence. Terror)

RTP2

16.00 Informação Gestual  
16.45 Infantil  
19.00 Notícias 2  
19.10 A Ver Vamos  
19.40 Missão Impossível  
20.30 100 Melhores Vídeos  
21.10 Remate  
21.30 RTP/Financial Times  
22.00 Jornal 2  
22.50 Querelle, Um Pacto com o Diabo  
(de Rainer Werner Fassbinder, RFA/FR.-1982, com Brad Davis, Franco Nero, Jeanne Moreau. Ver Destaque)

SIC

08.30 A Brincar, a Brincar  
09.00 Buêré  
10.00 Olimpíadas Radicais  
10.30 Verdes Anos  
11.30 As Receitas do Dia  
11.55 A Guerra dos Sexos + Vira Lata  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Os Donos do Jogo  
14.40 Contrato Final  
15.40 Buêré  
18.00 De Corpo e Alma  
19.00 Quem É Você?  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 Malucos do Riso  
21.25 O Rei do Gado  
22.25 All You Need Is Love  
23.25 Os Donos da Bola  
01.30 Último Jornal  
01.45 Playboy

TVI

12.00 Animação  
13.00 TVI Jornal  
13.30 Raminho de Salsa  
14.00 Ambição  
15.00 SOS Urgências  
16.00 Animação  
18.00 Vida Falada  
19.15 7 Ponto 15  
19.45 TVI Jornal  
20.30 3ª Calhau a Contar do Sol  
21.00 Ficheiros Secretos  
23.00 Informação - Sem Reservas  
24.00 TVI Jornal  
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...  
01.00 Hunter  
02.00 O Homem de Hong-Kong  
(de Brian Trenchard-Smith, H-K/FR.-1974, com Jimmy Wang Yu, George Lazenby, Rebecca Gilling. Acção)

Sábado, 12

RTP1

08.00 Sempre a Abrir  
11.20 Sábado Jovem  
12.00 Cuidados com o Cão  
13.00 Jornal da Tarde  
13.20 Top +  
14.40 Jornal Jovem  
15.30 Beverly Hills 90210  
16.30 Magacine  
17.00 40 Anos RTP - «Saudades do Futuro»  
18.45 Clube dos Totalistas  
20.00 Telejornal  
20.50 Futebol: Sporting-Porto (Campeonato Nacional)  
22.55 Os Imparáveis  
23.50 Serviço de Urgência  
00.45 24 Horas  
01.05 Os Casacos Negros  
(de Lee Drysdale, EUA-1990, com D.B. Sweeney, Bridget Fonda, Cary Elwes. Policial)  
02.35 Corpos Ardentes  
(de David Beard, EUA-1991, com Faye Dunaway, Denholm Elliott, James Earl Jones. Drama)

RTP2

09.00 Universidade Aberta  
12.00 Vida por Vida  
12.40 Euronews  
13.30 Paixão pela Natureza  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
18.00 Boston Pops  
19.00 Notícias 2  
19.05 7ª W  
19.30 2001  
20.00 Foyer: «The Celluloid Closet» (Parte II)  
21.00 Notícias 2  
21.10 Semana ao Sábado  
22.00 Procissão das Velas (Transm. de Fátima)  
22.40 Horizontes da Memória  
23.20 Sinais do Tempo  
00.10 Um Coração Selvagem  
(de David Lynch, EUA-1990, com Nicholas Cage, Laura Dern, Diane Ladd, Willem Defoe, Isabella Rossellini, Harry Dean Stanton. Ver Destaque)  
02.25 Jalsa

SIC

08.30 Buêré  
12.00 O Mundo dos Animais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Tostões e Milhões  
14.10 Passo a Passo  
14.30 Malhação  
15.30 Portugal Radical  
16.00 Médicos Sem Fronteiras  
17.00 Foi-se o Tesouro, Ficou o Amigo  
(de Sergio Corbucci, It-1983, Terence Hill, Bud Spencer. Comédia / Acção)  
19.00 Marina, Dona Revista  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Clube VIP  
21.20 O Fim do Mundo  
22.20 Os Trapalhões em Portugal  
22.50 Big Show Sic  
01.35 Último Jornal  
01.55 Orquídea Selvagem  
(de Zaiman King, EUA-1990, com Mickey Rourke, Jacqueline Bisset. Drama)

TVI

09.30 Animação  
11.30 Novos Ventos  
12.00 Notícias  
12.30 É Urgente Salvar o Planeta  
13.35 Contra-Ataque  
15.00 Tênis  
15.30 Animação  
16.00 A Feira do Riso  
(de Jamie Uys, Afr.Sul-1976. Apanhados)  
18.00 Top of The Pops  
19.00 Cybernet  
19.30 Mini-Gladiadores  
20.00-Telejornal  
20.30 Babylon 5  
21.00 Telechoque  
22.00 Procissão das Velas  
22.35 Docas  
23.45 Últimas Notícias  
00.05 Futebol  
01.50 Paixão Imortal  
(de Bernard Rose, EUA-1994, com Gary Oldman, Jeroen Krabbé, Isabella Rossellini, Valeria Golino. Ver Destaque)

Domingo, 13

RTP1

08.00 Sempre a Abrir  
10.35 Jogos Sem Fronteiras  
12.00 Sem Limites  
12.35 Fórmula 1 - GP do Japão  
13.00 Jornal da Tarde  
13.20 Made in Portugal  
14.25 Alta Voltagem  
15.00 86-60-86  
15.30 África Selvagem  
16.35 Portugal ao Desafio  
17.45 Caixa Mágica  
18.15 Golos  
18.25 Casa Cheia  
19.15 Jet 7  
20.00 Telejornal  
20.45 Os Principais  
21.35 Enviado Especial  
22.20 Domingo Desportivo  
23.35 24 Horas  
23.55 Escudo Humano  
(de Ted Post, EUA-1992, com Michael Didikoff, Tommy Hinkley. Acção)

RTP2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 Cerimónias Religiosas (Transm. de Fátima)  
13.00 Máquinas  
13.30 O Dinheiro Não Dorme  
14.00 Desporto 2  
18.00 No Dia dos Meus Anos  
(de João Botelho, Port.-1993, com Jessica Weiss, João Lagarto, André Costa, Artur Ramos, Vitor Norte. Ver Destaque)  
19.05 Bom Bordo  
19.35 Artes e Letras - «A Verdadeira História de Artaud, Le Momo»  
20.35 Karaoke  
22.05 O Nosso Século  
23.05 Teatro em Arquivo na RTP: «Daisy»

SIC

08.30 Buêré  
12.00 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Internacional SIC  
14.10 Malhação  
15.15 Balada de Nova Iorque  
16.15 Guerra dos Mundos  
16.50 Walker, o Ranger do Texas  
17.20 O Exterminador Implacável - II  
(de James Cameron, EUA-1991, com Arnold Schwarzenegger, Linda Hamilton. Ver Destaque)  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 O Fim do Mundo  
21.15 Cantigas da Rua  
22.15 Cyborg Americano  
(de Bogz Davidson, EUA. Acção)  
00.10 Último Jornal  
00.30 O Homem que Matou Liberty Valance  
(de John Ford, EUA-1962, EUA-1947, com John Wayne, James Stewart, Lee Marvin, Vera Miles, Edmond O'Brien. Ver Destaque)

TVI

08.30 Animação  
10.00 Cerimónias Religiosas (de Fátima)  
12.30 O 8º Dia  
13.00 Notícias  
13.30 Automobilismo  
15.30 Desafios  
16.00 O Kerife Quebra-Ossos  
(de Michele Lupu, It.-1980, com Bud Spencer, Oary Guffey. Comédia)  
18.00 1 West Waikiki  
19.00 O Detective das Mil Caras  
19.30 Telejornal  
20.45 Sim, Senhor Ministro  
21.15 O Último Dia  
21.45 Models  
22.45 Branco  
(de Krzysztof Kieslowski, Fr./Pol./Suíça-1993, com Zbigniew Zamachowski, Julie Delpi. Ver Destaque)  
00.50 Últimas Notícias

Mário Pereira no seu último trabalho, a telenovela «Vidas de Sal», diariamente na RTP1

Segunda, 14

RTP1

09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.00 Palavras Cruzadas  
11.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Em Jogo  
14.00 País Real  
14.45 Seleção RTP  
16.05 Os Principais  
17.00 Notícias  
17.15 Canal Aberto  
18.15 Malha de Intrigas  
19.05 O Campeão  
20.00 Telejornal  
20.50 Vidas de Sal  
21.25 Histórias da Noite  
22.10 Futebol (ou Longa Metragem: «Academia de Polícia»)  
23.45 24 Horas  
24.00 RTP/Financial Times  
00.15 Segunda Parte

RTP2

16.00 Informação Gestual  
16.45 Infantil  
19.05 Universidade Aberta  
19.35 Missão Impossível  
20.30 Spray  
21.10 Remate  
21.40 Acontece  
22.00 Jornal 2  
22.45 Eu Ouvi o Canto das Serpentes  
(de Patricia Rosema, Can.-1987, com Sheila McCarthy, Paule Baillargeon. Ver Destaque)  
00.20 Inimigo à Porta

SIC

08.30 A Brincar, a Brincar  
10.00 Buêré  
10.50 Táxi  
11.50 As Receitas do Dia  
12.15 A Guerra dos Sexos + Vira Lata  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Os Donos do Jogo  
14.30 O Regresso do Santo  
15.30 Buêré  
18.00 De Corpo e Alma  
19.00 Quem É Você?  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 Jasmim  
21.25 O Rei do Gado  
22.25 Zona de Impacto  
(de Rowdy Herrington, EUA-1993, com Bruce Willis, Sarah Jessica Parker, Denis Farina. «Thriller» / Policial)  
00.30 Último Jornal  
00.50 Contos de Arrepiar  
01.50 Vibrações

TVI

12.00 Animação  
13.00 TVI Jornal  
13.30 Raminho de Salsa  
14.00 Ambição  
15.00 SOS Urgências  
16.00 Animação  
18.00 Vida Falada  
19.15 7 Ponto 15  
19.45 TVI Jornal  
20.30 Doido por Ti  
21.00 Jornal do Mundo  
22.00 Os Homens de Novembro  
(de Paul Williams, EUA-1993, com James Andronica, Leslie Davis. «Thriller»)  
24.00 TVI Jornal  
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...  
01.00 Hunter

Terça, 15

RTP1

09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.00 Palavras Cruzadas  
11.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Em Jogo  
14.00 País Real  
14.45 Seleção RTP  
15.25 Lá em Casa Tudo Bem  
16.10 Euronews  
17.00 Notícias  
17.15 Canal Aberto  
18.15 Malha de Intrigas  
19.05 O Campeão  
20.00 Telejornal  
20.50 Vidas de Sal  
21.50 Nós, os Ricos  
22.20 De Par em Par  
22.50 Maria Elisa  
00.20 24 Horas  
00.50 RTP/Financial Times  
01.05 Olho Vivo

RTP2

16.00 Informação Gestual  
16.45 Infantil  
19.05 Rotações  
19.20 Missão Impossível  
20.15 Onda Curta - Margem Sul  
21.10 Remate  
21.40 Acontece  
22.00 Jornal 2  
22.45 Amor Entre Mulheres  
(de Robert Van Ackeren, RFA-1972, com Maschia Rabben, Gabi Larifari, Ulli Lomen. Drama)  
00.20 Inimigo à Porta

SIC

08.30 A Brincar, a Brincar  
10.00 Buêré  
10.50 Táxi  
11.50 As Receitas do Dia  
12.15 A Guerra dos Sexos + Vira Lata  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Os Donos do Jogo  
14.30 O Regresso do Santo  
15.30 Buêré  
18.00 De Corpo e Alma  
19.00 Quem É Você?  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 Jasmim  
21.25 O Rei do Gado  
22.30 O Último Corretor - Jogos de Fortuna  
23.35 Esta Semana  
00.50 Último Jornal  
01.05 Escrita em Dia  
02.05 Duelo no Missouri  
(de Arthur Penn, EUA-1976, com Marlon Brando, Jack Nicholson, Kathleen Lloyd, Randy Quaid. Ver Destaque)  
03.55 Vibrações

TVI

12.00 Animação  
13.00 TVI Jornal  
13.30 Raminho de Salsa  
14.00 Ambição  
15.00 SOS Urgências  
16.00 Animação  
18.00 Vida Falada  
19.15 7 Ponto 15  
19.45 TVI Jornal  
20.30 Competente e Descarada  
21.00 Pontos nos II  
22.00 Verónica e Eu  
(de Don Scardino, EUA-1992, com Elizabeth McGovern, Patricia Wettig, Michael O'Keefe. Telefilme / Drama)  
24.00 TVI Jornal  
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...  
01.00 Hunter

Quarta, 16

RTP1

09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.00 Palavras Cruzadas  
11.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Em Jogo  
14.00 País Real  
14.45 Seleção RTP  
16.05 Nós, os Ricos  
16.30 De Par em Par  
17.00 Notícias  
17.15 Canal Aberto  
18.15 Malha de Intrigas  
19.05 O Campeão  
20.00 Telejornal  
21.30 Portugal Fashion  
22.20 Vidas de Sal  
23.10 Crime Violento  
24.00 Liga dos Campeões  
01.00 24 Horas  
01.30 RTP / Financial Times  
01.45 Olho Vivo

RTP2

16.00 Informação Gestual  
17.10 Infantil  
19.05 Rumo à Lua  
19.20 Missão Impossível  
20.15 Os Simpson  
21.10 Remate  
21.40 Acontece  
22.00 Jornal 2  
22.50 Fome de Viver  
(de Tony Scott, EUA-1983, com Catherine Deneuve, David Bowie, Susan Sarandon. Terror)  
00.20 Inimigo à Porta

SIC

08.30 A Brincar, a Brincar  
10.00 Buêré  
10.50 Escrita em Dia  
11.30 As Receitas do Dia  
12.15 A Guerra dos Sexos + Vira Lata  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Os Donos do Jogo  
14.30 O Regresso do Santo  
15.30 Buêré  
18.00 De Corpo e Alma  
19.00 Quem É Você?  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 O Rei do Gado  
21.50 Espectáculo Total  
23.35 A Noite da Má Língua  
00.50 Último Jornal  
01.10 Toda a Verdade  
02.10 Vibrações

TVI

12.00 Animação  
13.00 TVI Jornal  
13.30 Raminho de Salsa  
14.00 Ambição  
15.00 SOS Urgências  
16.00 Animação  
18.00 Vida Falada  
19.15 7 Ponto 15  
19.45 TVI Jornal  
20.30 Frasier  
21.00 VR5, Realidade Virtual  
22.00 Ricochete  
(de Russel Mulcahy, EUA, com Denzel Washington, John Lithgow, Ice T, Lindsay Wagner.)  
24.00 TVI Jornal  
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...  
01.00 Hunter



A não perder (domingo, às 20 h. na RTP2) «Karaoke», o último trabalho de Dennis Potter, com o (também) magistral Albert Finney

O regresso de «A Balada de Nova Iorque»



Coincidindo com o ciclo «Cinco dias, cinco filmes» desta semana na RTP2, a rubrica «Foyer» apresenta no sábado a 2ª parte de um trabalho sobre a homossexualidade no cinema



## EM FOCO

## Por isto e por aquilo...

## Corações de Papel

(Quinta, 22.45, RTP2)

Baseado numa famosa peça da Broadway, escrita e interpretada por Harvey Fierstein, *Corações de Papel* é um filme que se debruça, com extrema sensibilidade, sobre a assunção, por parte de um homem, da sua condição de homossexual e que funciona como uma visita nostálgica ao mundo da comunidade gay nos anos que antecederam a revelação do flagelo da SIDA. O longo plano inicial do filme, em que vemos a personagem central a maquilhar-se para a representação da figura de um travesti, insere imediatamente o espectador, do ponto de vista emocional, na atmosfera de uma obra que, embora com algumas irregularidades de percurso, acaba por revelar-se frontal e corajosa.

## Querelle, Um Pacto com o Diabo

(Sexta, 22.45, RTP2)

Último filme de um grande (e controverso) cineasta alemão, Rainer Werner Fassbinder, *Querelle*, obra decadente e repelente, é uma adaptação falhada de um romance de Jean Genet.

## Um Coração Selvagem

(Sábado, 00.10, RTP2)

Ao contrário do que acontece com algumas das obras cinematográficas mais badaladas (mas também mais insuportáveis) de David Lynch - essa personagem tão original como controversa da intelectualidade americana - *Um Coração Selvagem*, sem deixar de evidenciar a marca do seu autor, como que abandona alguns dos tiques mais irritantes de outros filmes eventualmente mais conhecidos e exaltados, mesmo na Europa. Mergulhando na América profunda, Lynch inventou um casal de amantes - duas personagens admiravelmente compostas por Laura Dern e Nicolas Cage - que evoluem neste road movie, num clássico convertível, pelas malhas de uma intriga extremamente violenta em direção a um dramático beco sem saída ou precipício, como preferirem. Um filme nada bonito de ver, muito antes pelo contrário!

## Paixão Imortal

(Sábado, 01.50, TVI)

Após a morte de Beethoven, o seu confidente Anton Schindler empreende uma busca na tentativa de encontrar a misteriosa «amada imortal» que figurava no testamento do grande compositor. É assim que é arquiectada a história deste filme, no acompanhamento de um percurso que nos conduz a várias hipóteses. Diz-se que o realizador deste filme - o britânico Bernard Rose - conseguiu devolver-nos o ambiente da época e que o faz com um admirável e extremamente belo sentido visual. Belas são, também, Valeria Golino ou Isabella Rossellini, duas das paixões de Beethoven que se ajustam ao perfil de «amada». Será alguma delas a «imortal»? A confirmar.

## O Exterminador Implacável II: O Dia do Julgamento

(Domingo, 17.20, SIC)

Insólita mescla de homem e robot, Terminator é um andróide indes-



Matthew Broderick, Harvey Fierstein, Anne Bancroft e Brian Kerwin, os intérpretes principais de «Corações de Papel», realizado por Paul Bogart



Laura Dern e Nicolas Cage, numa cena de «Um Coração Selvagem», filme de David Lynch

## No Dia dos Meus Anos

(Domingo, 18.00, RTP2)

Continuando a apresentar os pequenos filmes inseridos na série Os Quatro Elementos, por si co-produzida, a RTP apresenta hoje aquele que João Botelho realizou. O tema é «o ar», neste caso a atmosfera pesada que caracteriza o quotidiano de uma família, em particular de um rapaz de sete anos cujo pai está preso e se interroga sobre a realidade à sua volta. Nos principais papéis, estão excelentes interpretações de Vítor Norte e João Lagarto, com a curiosidade do papel desempenhado pelo realizador Artur Ramos.

## Branco

(Domingo, 22.45, TVI)

Datado de 1994, este é o segundo filme da trilogia Três Cores que está a ser transmitida pela TVI e da autoria do realizador polaco Kieslowski e cujos três títulos - Azul, Branco e Vermelho - se referem às três cores da bandeira francesa e às noções de liberdade, igualdade e fraternidade. Trata-se de mais uma história que evolui em ziguezague, ao sabor das curiosas e por vezes bem estranhas personagens que o povoam, não raro mostrando-nos imagens cuja «qualidade» é mais documental do que do mundo da «ficção» e que, explícita e implicitamente, desta vez nos dá um retrato irónico e mordaz da «nova» Polónia capitalista.

## O Homem Que Matou Liberty Valance

(Domingo, 00.30, SIC)

Mais de uma vez transmitido na televisão, O Homem que Matou Liberty Valance é naturalmente um dos filmes indispensáveis da semana, já que se trata de uma obra-prima do western e um dos mais fabulosos filmes de John Ford, com interpretações esmagadoras de um naipe de intérpretes de excepção. Uma história que nos fala da transição do poder da justiça das armas para a justiça das leis, das contradições entre as prepotências que afligem os «pequenos» e a supremacia dos «senhores do dinheiro», da criação do Estado - tudo visto, é claro, segundo os sedutores conceitos de «democracia à americana» que Ford tão eficazmente soube expressar na sua brilhante filmografia.



Gary Oldman (Beethoven) e Valeria Golino (Giulietta Guichardi), intérpretes e personagens principais do filme de Bernard Rose «Paixão Imortal»



Arnold Schwarzenegger, o jovem Edward Furlong e Linda Hamilton, numa cena de «O Exterminador Implacável II: O Dia do Julgamento», a continuação do filme original realizado por James Cameron

## Eu Ouvi o Canto das Sereias

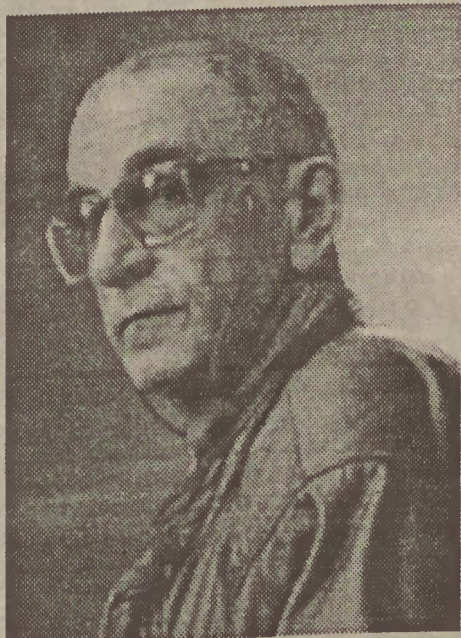
(Segunda, 22.45, RTP2)

Eis o excelente e tão pouco divulgado cinema canadiano na RTP. Prémio da Juventude no Festival de Cannes de 1987, este primeiro filme de uma argumentista e realizadora canadiana (Patrícia Roseman) é uma interessante comédia dramática que se envolve no estudo psicológico de três mulheres no ambiente artístico e sofisticado de uma galeria de arte, sobretudo a partir da experiência e do olhar de uma delas, fotógrafa, à qual progressivamente é revelada a realidade encoberta pelo manto da fantasia. Uma brilhante estreia, também, para uma excelente actriz: Sheila McCarthy.

## Duelo no Missouri

(Terça, 02.05, SIC)

Um assassino profissional é contratado por um criador de cavalos para eliminar quem se apropria das suas manadas. A partir deste simples elemento dramático, o realizador Arthur Penn constrói um filme interminável e extremamente violento em que são descritos ao pormenor os confrontos entre as duas personagens principais mas cujos mecanismos de narração e de identificação com o género em que o filme se insere - o western - estão completamente subvertidos. A tal ponto que não só o público como também a crítica, desfizeram por completo esta obra. Além do mais, Penn não parece ter-se preocupado em dirigir (e portanto «domar») dois grandes actores tão talentosos quanto rebeldes e intratáveis como são Marlon Brando e Jack Nicholson, pelo que, evoluindo à solta, ambos parecem apostados em afundar ainda mais um projecto que começou mal e terminou pior. Uma curiosidade.



Krzysztof Kieslowski, realizador de «Branco», o segundo filme da sua trilogia, em exibição na TVI



John Wayne, actor favorito de John Ford e intérprete principal de «O Homem que Matou Liberty Valance»

trível que veio do futuro para lutar contra as forças do mal e, assim, salvar a humanidade da destruição nuclear: era este o traço essencial do primeiro filme da série Exterminador Implacável (1984) que constituiu um grande êxito de bilheteira e, através da originalidade e espectacularidade dos efeitos especiais, marcou então pontos na história do cinema de ficção científica, transformando-se num filme de culto. Sete anos depois, o seu realizador James Cameron reincide na continuação da saga do nosso robot, desta vez desenvolvendo ainda mais todas as potencialidades da indústria do espectáculo - o que lhe valeu nada menos do que quatro Oscars, a premiar um objecto cinematográfico de grande impacto visual, ao qual entretanto só é impossível ficar indiferente quem desaproveitou as dezenas de oportunidades proporcionadas pelos vários canais.



■ Correia  
da Fonseca

# Um século em dois canais

**N**a passada segunda-feira, ao apresentar o Primeiro Jornal da SIC, o jornalista Paulo Nogueira mostrou-se preocupado não apenas com a intervenção cirúrgica a que João Paulo II iria ser submetido mas também com a sua eventual sucessão, mais ainda por se tratar da eleição de um papa no encerrar do século e do milénio. O padre João Caniço, que estava a ser entrevistado sobre o assunto, tratou de sossegar Nogueira explicando-lhe que, quanto a datas, século e milénio, a questão é apenas psicológica.

Não sei se o jornalista ficou mais tranquilo pelo menos quanto a este ponto, espero que sim, mas sei que o peculiar «trac» perante o fim do século e do milénio não o toca apenas a ele, longe disso, e, pelo contrário, está a surgir um pouco por todo o lado. Por razões óbvias e também porque a generalidade das gentes não se dá conta, «não sabe nem sonha», que os séculos não começam nem acabam em rigoroso acordo com o calendário, pelo menos quanto ao devir histórico. Se não se importam, voltarei a este aspecto umas linhas mais para diante, depois se verá porquê.

## Velhos bilhetes postais

Quanto à proximidade do final do século, que por sinal não vai terminar quando quase todos supõem, está a motivar, entre muitas outras coisas, a transmissão de duas séries na TV portuguesa: uma na SIC, intitulada «O Século do Povo», outra intitulada «O Nosso Século», na TV2, porque a RTP não quis ficar atrás pelo menos nessa matéria. Tanto quanto julgo saber a partir dos elementos disponíveis, que não são muitos, «O Nosso Século» é construída com material francês da Garmont a que poderão ser adicionadas contribuições da própria RTP. De qualquer modo, o que sei de certeza é que o episódio inicial, debruçado sobre a primeira década deste século e pouco mais, lembrava excessivamente uma colecção de postais antigos, o que é simpático e um pouco patusca mas escasso no plano da informação histórica. Por múltiplos que tenham sido os caminhos do século, não podem ser narrados, ou sequer apontados, por imagens avulsas, tal como o quadro de um *puzzle* não é reconhecível diante de um punhadão de peças soltas. O próximo episódio abrangerá, ao que consta, os anos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução de Outubro. Talvez então tenhamos oportunidade de avaliar melhor a série, sendo certo desde já que, em princípio e salvo falsificações graves que infelizmente nunca são surpreendentes, um programa que se assume como memória é saudável nestes tempos em que forças dominantes andam a semear a convicção de que a memória é irrelevante ou, de outro modo, não passa de um empecilho que é preciso suprimir.

Em confronto com «O Nosso Século», a série transmitida pela SIC com o ar de obra mais elaborada e mais ambiciosa, o que aliás desde logo se explica por ser uma produção da BBC, casa que não deixa por mãos alheias nem o seu prestígio nem as suas intenções, que por sinal nem sempre são as mais puras. No plano interno, também a SIC tem a óbvia intenção, aliás perfeitamente legítima, de a utilizar como peça prestigiante que sirva para conferir algum verniz de seriedade a uma programação hegemónica pelo tom «pimba». A presença de Mário Soares como comentador da série reforça esse objectivo ou, porventura, essa ilusão. Numa altura em que, ao que parece, a SIC deitou contas à vida e concluiu que não foi suficientemente rendosa a venda que fez dos seus telespectadores ao omnipresente império da patética convencida, a transmissão desta série abrilhantada por uma colaboração ilustre terá correspondido à esperança de recuperar uma reputação que desabara ao nível da sargeta.

«O Século do Povo» escolheu uma estratégia que talvez pudesse designar-se por qualquer coisa como «a história personalizada»: sempre que possível, arranca a narração a partir de testemunhos individuais, revestindo-se assim de um tom de autenticidade que se presume indismutável e de um clima geral de grande democratização. Um telespectador céptico poderá suspeitar que o método facilita a manipulação e a distorção, mas é claro que as TV's em geral e a BBC

em particular não trabalham para os telespectadores cépticos, até porque provavelmente esperam que eles constituam uma espécie em extinção. De resto, é indiscutível que alguns dos depoimentos já transmitidos são verdadeiramente impressionantes, o que, sabendo-se que a Televisão é emoção, isto é, que aposta na imediata conquista pela via emocional, corresponde a uma vitória assegurada. Entretanto, a série está em curso, dela apenas

vimos dois dos vinte e seis episódios anunciados, pelo que muito haverá ainda para reflectir sobre ela.

## O vencimento adiado

Contudo, um elemento desde já me suscita uma relutância que ainda não consegui vencer: o título. Trata-se da tradução literal do título original, pelo que neste caso está fora de questão a hipótese de um voluntário desvio do tradutor. De resto, «The People's Century» está em perfeita sintonia com o método escolhido para construir a série: ouvir pessoas, *people*, sugerindo que vêm falar de qualquer coisa que foi sua. Duvido, porém, de que o século XX tenha sido de facto o século do povo no sentido que esta expressão assume na nossa língua. Mais me inclinaria para a convicção de que mais do povo foi o século XIX, sobretudo se

contado desde 1789 até 1917 (e aqui regresso ao que acima ficou escrito: os séculos históricos não coincidem exactamente com os do calendário e, de resto, já é comum escrever-se que o século XIX terminou em 14 e não em 1900). Quanto ao século que agora finda, talvez o recorde mal mas, ao reperiê-lo, lembro-o como o século dos nazifascismos na Itália em 22, em Portugal em 26, na Alemanha em 33, em Espanha em 36, noutras datas noutras lugares: dos dois monstruosos macro massacres provocados em 14-18 e 39-45 pelas rivalidades imperialistas; da derrota da experiência socialista do Leste perante o capitalismo multitentacular; de um final de século com o imperialismo triunfante a tentar proclamar-se definitivamente vencedor lançando o boato um pouco ridículo de «o fim da História». Na verdade, se o século XIX, o das revoluções populares, das barricadas, da consciencialização da classe operária e do marxismo, parecia prometer que o século XX seria o do povo, o certo é que a promessa não se cumpriu.

Entendamo-nos: não se cumpriu *ainda*. A questão é que a História não tem pressa, nós é que a temos porque o nosso horizonte temporal é limitado. A História não tem pressa, e as promessas do século XIX não estão anuladas, apenas foram adiadas. Com a percepção dessas promessas, um apavorado Charles Maurras, oitocentista, autor de cabeceira de Salazar, chamou um dia ao século XX «o século dos vencimentos», isto é, o tempo em que o povo exigiria aos opressores a liquidação dos débitos seculares. Seria, então, o século do povo. Não foi. Mas a dívida está em aberto e a sua eliminação marca, inevitavelmente, o sentido da História.





## ESCAPARATE

## CINEMA



## As glórias do Musical

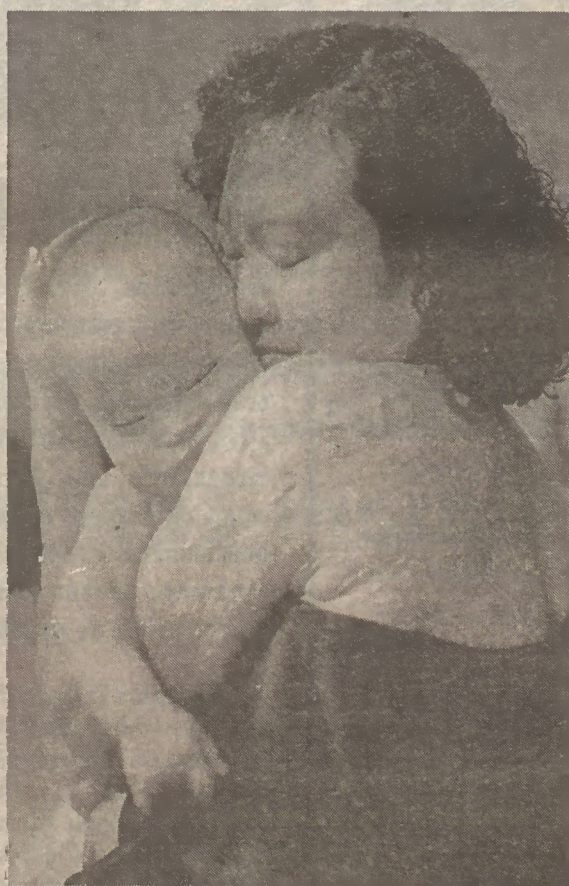
Numa organização da Amascultura, decorrerá a partir de amanhã, sexta-feira, e durante os meses de Outubro, Novembro e Dezembro, um importante ciclo subordinado ao título «O Musical no Cinema», preenchido com algumas das melhores obras cinematográficas inseridas nesta temática. Uma particularidade deste ciclo é ele ultrapassar os habituais limites do grande «musical americano» clássico para tocar também outros géneros como o filme musical espanhol (com Sarita Montiel, em finais de Outubro), o cinema independente americano (já em Dezembro) com *Os Viajantes da Noite*, um filme de Amos Poe ou, ainda, a ópera transposta para o cinema, com *A Flauta Mágica*, de Mozart, numa realização de Ingmar Bergman em finais de Novembro - sempre no Centro Cultural Malaposta. Para já, os primeiros filmes a apresentar são os seguintes: *Primavera da Vida / Babes on Broadway* (1941) de Busby Berkeley, com Mickey Rooney e Judy Garland (11 e 12 às 21.30 e 13 às 15.30); e *A Lenda dos Beijos Perdidos / Brigadoon* (1954) de Vincent Minnelli, com Gene Kelly e Cyd Charisse (18 e 19 às 21.30 e 20 às 15.30).

## FESTAS

## Vinho e Vindimas

Subordinada ao tema «Festa do Vinho e das Vindimas», decorre durante o próximo fim-de-semana (11, 12 e 13) em Bucelas um programa extremamente variado, numa organização conjunta da Câmara Municipal de Loures, da Junta de Freguesia de Bucelas e da respectiva Comissão Organizadora. Depois de um animado baile de abertura, sexta-feira à noite, com o conjunto *6 Latinos*, o sábado começará com Jogos Tradicionais a que se seguirão, pelas 17.00, um Festival de Folclore e às 22.00 outro baile, desta vez com o conjunto *Banda Cajú*. Finalmente, no domingo, às 15.00 há um Desfile Etnográfico, às 18.00 a actuação do grupo *Cantares de Santo António* e às 21.00 o espectáculo de encerramento com a actuação do grupo *Quadrilha*. Mas no quadro destas Festas decorrerão paralelamente outras iniciativas interessantes: nesse fim-de-semana, *Passeios de Charrete*, com visita ao largo, às Adegas Camilo Alves, à casa e capela de N. S.ª da Paciência e ao Núcleo Museológico dos «Ceifeiros da Bemposta»; uma *Exposição de Artesanato* levada a cabo pela Associação de Artesãos de Loures, no Centro de Dia de Bucelas, entre 11 e 20 do corrente; a *Semana do Vinho e da Gastronomia*, de 5 a 13; e, finalmente, de 12 de Outubro e prolongando-se até 2 de Novembro o III Simpósio de Tapeçaria Contemporânea, nas Adegas Camilo Alves.

## EXPOSIÇÕES



## Fotografia de Jornalismo

Ainda pode ser visitada no Centro Cultural de Belém até ao próximo Domingo 13 a notável exposição de fotografia da «World Press Photo». Fazendo uma panorâmica dos grandes acontecimentos do ano de 1995, esta exposição está dividida em oito temas que abrangem a política, o desporto, as artes, a ciência e tecnologia, etc., e percorre um itinerário que visitará 35 países.

## Desenhos de João Cutileiro



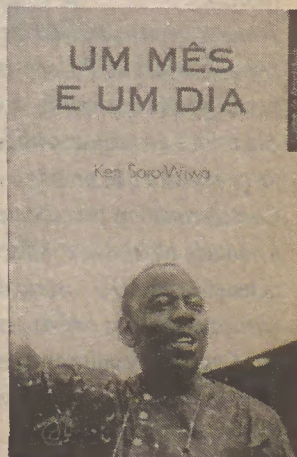
Numa organização da Câmara Municipal de Mora, estará patente na Galeria da Casa da Cultura daquela cidade, até 27 do corrente, a «Exposição de Desenhos de João Cutileiro». Esta exposição abrange trinta desenhos, a tinta-da-China, do grande pintor.

GALERIA da CASA

## LIVROS

## Um Mês e um Dia

Não se trata de um romance, mas de um relato, escrito na prisão, atravessado de reflexões sobre a luta que o seu autor vivia. Último texto, já que o escritor, Ken Saro-Wiwa, foi enforcado na prisão, em 10 de Novembro do ano passado. Contava 54 anos de idade, boa parte deles envolvido na causa da sobrevivência do Povo Ogoni, uma das etnias da Nigéria.



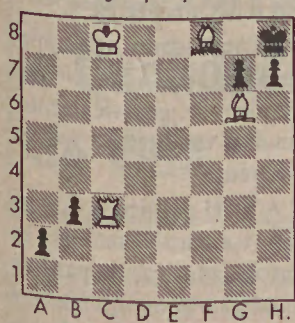
O envolvimento político de Saro-Wiwa data dos anos 60, quando abandona o ensino para exercer funções nos comissariados para as questões do Trabalho, da Terra, dos Transportes, da Educação, Informação e Assuntos Internos do seu país. Mais tarde, constatando a política de genocídio do governo contra a sua etnia de origem, o escritor dedica-se por inteiro à luta política, ocupando o lugar de presidente do Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni, o que lhe vale a perseguição do regime militar nigeriano, que acaba por prendê-lo, condená-lo à morte e executá-lo.

Este livro aparece na tradução portuguesa de Ana Saldanha, editado pela Campo das Letras.

## XADREZ

DLXXX - 10 DE OUTUBRO DE 1996  
PROPOSIÇÃO Nº 1996X041  
Por: E. PREVOROVSKY  
1º Prémio Sach, 1942

Pr.: [4]: Ps. a2, b3, g7 - h7 - Rh8  
Br.: [4]: Bs. f8, g6 - Tc3 - Rc8



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÕES DO Nº DLXXX

Nº 1996X041 (E.P.): 1. Tc11, b2; 2. Tc71, bl-D; 3. Bg7+, Rg8; 4. Bf7+, Rg7; 5. B:a2+ c:g-2... a1-D; 3. Bg7+, Rg8; 4. Bh7+, Rh7; 5. B:b2+ e.g.

A. de M. M.

## MÚSICA

## Concertos no Barreiro

Teve início no passado dia 4 e prolongar-se-á por todo o mês de Outubro um Ciclo de Concertos abrangendo vários géneros musicais e intitulado «A Cidade e a Música», numa organização da Câmara Municipal do Barreiro. É a 10.ª edição deste ciclo musical e esta semana os destaques vão para os seguintes concertos: dia 12, no Auditório da Biblioteca, o grupo instrumental «Académica Clássica»; dia 13, no mesmo local, o grupo «Tetvocal». Mas o ciclo prosseguirá com concertos de guitarra clássica por António Almas, de Jazz pelo grupo «Patrick Brennan Wide Angle», de música clássica coral e instrumental pelos grupos «Regina Coeli» de Lisboa e «Camerata Musical» do Barreiro e, ainda, um outro espectáculo pela Banda Municipal daquela cidade.

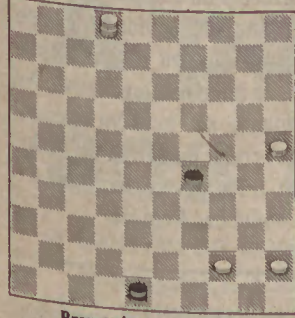
SIMPÓSIO  
OUTUBRO  
1996

## DAMAS

DLXXX - 10 DE OUTUBRO DE 1996  
PROPOSIÇÃO Nº 1996D041  
Por: BLONDE  
[França, 1741/1819]

Trésor des Miniaturistes Français, Nº 109,

Pr.: [2]: 29-(48)  
Br.: [4]: (2)-25-44-45



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÕES DO Nº DLXXX

Nº 1996D041 [B.]: 1. 44-39!! (48x34\*); 2. 2-30!! (34-48); 3. 30-34!!...+

A. de M. M.

## VIDEO

## Obras Lusófonas

Integrado na «Semana da UCCLA» (União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas) realizar-se-á de 12 a 15 do corrente na Videoteca de Lisboa (Largo do Calvário, em Alcântara, Lisboa) a «Mostra do Cinema Lusófono». Esta Mostra, que apresentará em suporte vídeo obras de jornalistas e cineastas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal, começará no sábado às 21.30 com a antestreia do documentário *Uma Frase Qualquer* de Jorge António e a projecção de *Alma Ta Fika* de João Sodrê; no domingo às 16.30 será a vez do documentário *Flora Gomes, Identificação de Um País*, de Diana Andringa, e às 21.30 de *Os Olhos Azuis de Yonia*, de Flora Gomes; na 2.ª feira, serão projectados, às 16.30 *A Guerra da Água de Licínio de Azevedo* e às 21.30 *Memória de Um Dia* de Orlando Fortunato; e, finalmente, no dia 15, 2.ª feira, a mostra terminará com *Felicidade é...* de A. S. Ceclio Neto (às 16.30) e *Sábado* de Ugo Giorgetti (às 21.30). A entrada é livre.

## TEATRO

## O T.E.U.C. em Lisboa

Integrado no ciclo «Outubro Teatral em Lisboa», o Teatro da Trindade (Inatel) vai levar à cena este fim-de-semana a peça *Diniz e Isabel* de António Patrício. Este espectáculo é produzido pelo T.E.U.C. - Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra e terá encenação de João Grosso, com cenografia e adereços cénicos de Luís Pedro Crisóstomo, figurinos de João Grosso e Maria Gonzaga e desenho de luz

de Luís Barbeiro. *Diniz e Isabel* terá como intérpretes principais Catarina Requeijo, André Soares e Luís Pedro Crisóstomo. Os espectáculos serão nos dias 11, 12 e 13 pelas 21.45. Paralelamente, estará patente ao público no átrio do Teatro da Trindade a exposição de fotografia «Gárgulas Góticas no Portugal dos Pequenos» (Coimbra) da autoria de Sara Velez e Paula Albuquerque.

## MÚSICA ANTIGA

## Música da Idade Média

Prosseguem na Fundação Calouste Gulbenkian as «XVII Jornadas de Música Antiga», subordinadas ao tema «Itinerários da Idade Média». Nos próximos dias, realizar-se-ão os seguintes concertos: 6.ª feira, 11, às 21.30, na Igreja de S. Roque, actuarão os Segréis de Lisboa e o Coro Gulbenkian sob a direcção de Manuel Morais executando a *Missa de Notre Dame* de Guillaume de Machaut e a *Missa a 4* de Pedro de Escobar; sábado, 12, às 18.00, no Claustro do Mosteiro dos Jerónimos, o grupo Alla Francesca tocará música da Arte Subtilior ao Advento do Renascimento num concerto sob o tema «O Outono da Idade Média»; e no domingo, 13, às 21.30, na Sé Patriarcal de Lisboa, será a vez do Ensemble Organum apresentar um drama litúrgico do século XIII, «Laudando di Cortona» (Cenas da Vida de Cristo), com encenação de Jérôme Casalonga, Encenação, Figurinos e Luzes de Toni Casalonga e Adaptação e Direcção de Marcel Pérès.



## Diário Meio Inventado

Outro diário. Este de melhores augúrios e, como antecipa a autora, Leonilde Leal, «meio inventado», o que poderia querer remeter o livro, editado pela Escritor, ao campo da ficção. Há nomes e factos, porém, que lhe acentuam o sentido de escrita sobre a realidade, sobre a memória de realidades passadas, de registo sobre o que acontece. Há também reflexões sobre o mundo que somos e que partilhamos. E declarações à beira da sinceridade. E versos.



## A TALHE DE FOICE Lançar pedras

Segundo notícia vinda a lume esta semana, a representação do PS na Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António «chumbou» uma proposta, apresentada pela sua homóloga da CDU neste órgão autárquico, visando a realização de um inquérito à gestão autárquica do município desde 1986 e a efectuar pela Inspeção-Geral de Administração do Território (IGAT).

Trata-se de uma decisão algo estranha por parte dos representantes do PS, sobretudo se considerarmos que a actual gestão camarária deste concelho do Sotavento Algarvio é da responsabilidade da CDU, exactamente a força política que propôs o inquérito.

Considerando os precedentes - onde costuma pontificar a vontade obsessiva e indiscriminada de questionar as actuações da CDU -, seria de esperar que o PS local abraçasse a mãos ambas esta oportunidade, oferecida de bandeja, para esmiuçar a gestão autárquica dos comunistas e seus aliados em Vila Real de Santo António.

Só que a estranheza não se fica por aqui.

Acontece que foram os próprios socialistas locais a propor inicialmente este inquérito.

É verdade que o PS está longe de ser virgem nesta coisa de dar o dito por não dito durante o trajecto que liga o que se promete ao que se devia cumprir.

Mas «chumbar» uma proposta inicialmente pretendida pelos próprios?!...

Como «o coração tem razões que a razão desconhece», podia estar aqui a explicação para este desvario. Na verdade, ao «governar com o coração», o PS anda de facto cada vez mais a fazer coisas que a razão desconhece...

Todavia não é o caso. A explicação para o contraditório comportamento dos socialistas de Vila Real de Santo António tem razões concretas, onde os negócios serão tudo menos do coração.

O desenvolvimento da notícia explica-nos que o inquérito pretendido pelo PS na Câmara de Vila Real de Santo António tinha apenas por alvo o actual mandato, que se iniciou em 1994 - precisamente quando a CDU tomou conta do governo camarário... - e assentava em base algo misteriosa: um alegado «desaparecimento» de equipamento, máquinas e viaturas antigas do depósito da Câmara.

Vai daí, a CDU não esteve de modas: sim senhor, vamos a inquéritos!, e já agora abrangendo também anteriores mandatos, para que tudo fique bem apuradinho...

Só que os mandatos anteriores foram da responsabilidade de gestões do PS chefiadas por António Murta.

As mesmas e o mesmo que já foram fortemente postos em causa por uma investigação realizada pelo IGAT, no passado.

Tão postos em causa, que está a decorrer no Tribunal Administrativo de Lisboa um processo relativo ao licenciamento, ordenado por António Murta, da casa do filho de Picasso em Cacela-a-Velha, que pode ter como consequência obrigar o município de Vila Real de Santo António a pagar uma indemnização na ordem dos milhares de contos.

Como quem não deve não teme, é natural que a CDU não tenha hesitado em apoiar um inquérito à sua gestão neste Concelho algarvio, como pretendia o PS local.

Já não é nada natural que o mesmo PS, que queria ver inquirida a CDU, desista desse objectivo e vá ao ponto de o impedir só porque, em sequência, iria ver também esmiuçada a sua gestão autárquica em Vila Real de Santo António.

Será que estes lançadores de pedras a telhados alheios apenas temem... ou, fundamentalmente, devem?!...

■ HC

## 2.ª Conferência das Cidades Sustentáveis foi um sucesso para Lisboa

Esta semana, concretamente entre 6 e 8 de Outubro, Lisboa foi o grande palco internacional do conceito de «desenvolvimento sustentado» ao organizar e realizar na FIL, através da sua Câmara Municipal, a II Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, uma gigantesca iniciativa que contou com a participação de mais de mil pessoas, nomeadamente representantes de autoridades locais e regionais de toda a Europa, e teve o patrocínio do Presidente da República, Jorge Sampaio.

A Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis foi lançada em 1994 na Conferência de Aalborg por 80 municípios europeus signatários da Carta das Cidades e Vilas Europeias em Direcção à Sustentabilidade («Carta de Aalborg»). Através da assinatura da Carta, essas autorida-

rias de o desenvolvimento das cidades se processar, cada vez mais, na procura e no respeito de equilíbrios - ambientais, sociais, económicos, socioeconómicos, culturais, etc. -, resultando da consciência que, não apenas não estamos nós no Planeta, como tudo o que o Homem faz desenca-

verificar a equitabilidade das condições de utilização do exterior e do futuro. Realizaremos auditorias ecológicas, sociais e económicas do nosso município, com o objectivo de analisar o seu impacto sobre o ambiente e as gerações vindouras e publicaremos os resultados.»

Quanto ao «Plano de Acção de Lisboa» aprovado pelos conferencistas, é um documento baseado nas experiências locais, conforme relatado e debatido nos 26 workshops da Conferência, e toma em conta os princípios e as recomendações especificados na Carta de Aalborg, no «Step by Step Guide» da Comissão de Gestão das Administrações Locais do Reino Unido, no Relatório

Esta eleição do autarca português «resultou» do prestígio conquistado pela cidade de Lisboa no quadro do Comité de Ambiente das Eurocidades, bem como do trabalho realizado na cidade de Lisboa, que culminou esta semana com a organização e realização em Lisboa da II Conferência Europeia das Cidades Sustentáveis, que contou com mais de mil participantes e decorreu com assinalável êxito.

O Comité de Ambiente das Eurocidades integra 35 cidades europeias, nomeadamente Barcelona, Madrid, Copenhaga, Lille, Roterdão, Estrasburgo, Viena, Bordéus, Bristol, Colónia, Edimburgo, Haia, Helsínquia, Leeds, Manchester, Newcastle, Nuremberga, etc.

Esta reunião do Comité de Ambiente das Eurocidades realizada em Lisboa, além de eleger o seu novo presidente para o próximo mandato, aprovou também o programa do Comité para 1997, tal como discutiu a estratégia política e a acção prática para o próximo ano.

O Comité de Ambiente das Eurocidades tem diversos projectos que irão ser prosseguidos no próximo ano, nomeadamente projectos relacionados com a limpeza dos solos, o planeamento urbanístico, o ambiente e a criação de emprego, a nova política de Resíduos Sólidos para a Europa, estratégias e acções para a melhoria da qualidade do ar nas zonas urbanas, etc.

As actividades do Comité de Ambiente das Eurocidades dividem-se, genericamente, em duas vertentes - a política e a prática.

A nível político, a Comissão visa sensibilizar, quer as autoridades locais para os principais desenvolvimentos políticos europeus no sector ambiental e para o seu impacto sobre os governos locais quer as autoridades europeias para as preocupações e necessidades específicas das cidades, a nível ambiental.

Outro objectivo prosseguido a nível político é o de estabelecer o diálogo com as instituições europeias, sendo a Comissão Europeia o principal parceiro do Comité de Ambiente, na sua qualidade de organismo europeu com capacidade de iniciativa legislativa. No entanto, são também relevantes, como parceiros do diálogo, o Parlamento Europeu e o Comité das Regiões.



Mesa que presidiu à abertura da Conferência (da esquerda para a direita): Presidente da República, Jorge Sampaio, Ritt Bjerregaard, Comissária Europeia do Ambiente, João Cravinho, ministro do Equipamento Social, João Amaral, presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Rui Godinho, presidente da Conferência e (no uso da palavra) João Soares, presidente da CM de Lisboa

des assumiram o compromisso de desenvolver e alcançar um consenso no seio das respectivas comunidades locais sobre um plano de acção a longo prazo rumo à sustentabilidade (Agenda Local 21).

A primeira fase da Campanha, com a duração de dois anos, foi dedicada à divulgação da sustentabilidade local através da promoção da «Carta de Aalborg», instando as autoridades locais a assinar a Carta e a aderir à campanha e fornecendo orientações sobre o processo da Agenda Local 21.

A fase seguinte, lançada agora nesta Conferência de Lisboa, concentrar-se-á na execução dos princípios estabelecidos na Carta que iniciará e levará a cabo um processo da Agenda Local 21 e executará o plano de sustentabilidade local. Nesta fase, as autoridades locais europeias envolvidas contribuirão para a aplicação da Agenda 21 (Rio de Janeiro, 1992) e da Agenda Habitat (Istambul, 1996).

A «sustentabilidade» é um conceito que, resumidamente, defende a necessidade impe-

deia fenómenos de interacção, com consequências para todos.

Para se ter uma ideia das preocupações que movimentaram esta II Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, respigamos uma das recomendações saídas do «Plano de Acção de Lisboa», aprovado pelos conferencistas e a ter particularmente em conta pelos governos das cidades ali representados:

«A nossa comunidade não deverá exportar os seus problemas para o exterior ou para o futuro. A ética do desenvolvimento sustentável requer que sigamos o princípio da negociação com o exterior, o qual aborda a necessidade de alcançar um equilíbrio entre a procura e a oferta locais na nossa cidade e, caso isto não seja possível, de entrar em negociações com as nossas regiões, países e continentes vizinhos sobre a partilha de oportunidades, encargos e responsabilidades. Devemos identificar todas as opções que se põem à comunidade, no sentido de travar ou atenuar a exportação de problemas e

sobre Cidades Europeias Sustentáveis, do Grupo de Peritos em Ambiente Urbano da Comissão Europeia, e no Guia de Planeamento da Agenda Local 21 do Conselho Internacional para as Iniciativas Locais de Ambiente.

### Rui Godinho presidente do Comité das Eurocidades

Esta II Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis foi presidida por Rui Godinho, vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa e vereador do Ambiente, que tem representado o município lisboeta neste organismo internacional, que realizou ontem, no final da Conferência, uma reunião do Comité de Ambiente das Eurocidades.

Nesta reunião, Rui Godinho foi eleito presidente do Comité de Ambiente das Eurocidades, sucedendo ao seu homólogo autárquico da Câmara Municipal de Roterdão, Van den Muijsenberg.

